

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E EXTENSÃO MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

GLEICEMAR BARCELOS DE CARVALHO

**A FISTA E O CURSO DE PEDAGOGIA EM UBERABA, MG (1949-1955):
HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Uberaba-MG
2016

GLEICEMAR BARCELOS DE CARVALHO

**A FISTA E O CURSO DE PEDAGOGIA EM UBERABA, MG (1949-1955):
HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como exigência parcial para a obtenção do grau de MESTRE EM EDUCAÇÃO, sob a orientação do Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

Uberaba-MG
2016

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

C253f Carvalho, Gleicemar Barcelos de.
A FISTA e o curso de pedagogia em Uberaba, MG (1949-1955):
história, educação e contextualização / Gleicemar Barcelos de
Carvalho. – Uberaba, 2016.
135 f. : il.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa
de Mestrado em Educação, 2016.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo.

1. Educação. 2. Ensino superior. 3. Uberaba (MG). I.
Universidade de Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. II.
Título.

CDD 370

Gleicemar Barcelos de Carvalho

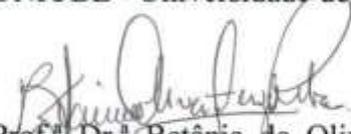
**A FISTA E O CURSO DE PEDAGOGIA EM UBERABA, MG (1949-1955):
HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

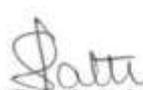
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 13/07/2016

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
(Orientador)
UNIUBE - Universidade de Uberaba


Prof.ª Dr.ª Betânia de Oliveira Laterza
Ribeiro
UFU - Universidade Federal de
Uberlândia


Prof.ª Dr.ª Giseli Cristina do Vale Gatti
UNIUBE - Universidade de Uberaba

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai, José Gomes de Carvalho, professor leigo que nas terras do cerrado, cultivou várias almas com criatividade, amor e dedicação aos seus filhos de sangue e os filhos “emprestados”, que por pretexto utilizou o quadro negro para transformar vidas. Dedico à minha mãe, Marta Amaral Barcelos (in memoriam) que sempre me incentivou a buscar o conhecimento, com determinação e motivação; ela enxergava além de mim...

AGRADECIMENTOS

A Deus,

Por ter me fortalecido neste objetivo, muitas vezes difícil, de realização desta conquista tão almejada.

Ao Professor José Carlos Souza Araújo mestre que me orientou e incentivou nos caminhos da pesquisa e do conhecimento.

A Professora Silvana Elias da Silva Pereira Secretária Municipal de Educação e companheira de lutas e trabalho que soube me compreender e incentivar nos estudos e no tempo dedicado ao labor diário.

Ao Arquivo Público de Uberaba Através dos seus funcionários que colaboraram comigo nas pesquisas ali realizadas.

Ao Elcimar Assis dos Santos Funcionário dedicado do Arquivo Remanescente da UNIUBE, que de forma solícita me atendeu e ajudou com a presente pesquisa.

RESUMO

Em consonância com a Linha de Pesquisa do Mestrado, Processos Educacionais e seus Fundamentos, essa investigação sobre a gênese do curso de Pedagogia no município de Uberaba, MG, partiu da necessidade de preenchimento de uma lacuna em torno da história do ensino superior no referido município, gênese esta sintonizada com o movimento de institucionalização do referido curso no Brasil, posto que a diferença de data de ambas é de apenas 10 anos, uma vez sua institucionalização no Brasil deu em 1939, e, em Uberaba, a partir de 1940. Tendo em vista que se trata de uma investigação histórico-educacional, bibliográfica, o objeto precisa ser delimitado aos anos de 1940, sobretudo em relação às suas origens ao final dos mesmos, quando se instala a FISTA (Faculdades Integradas São Tomás de Aquino), sob a responsabilidade da Ordem das Dominicanas, presente em Uberaba desde 1885, através do Colégio Nossa Senhora das Dores. Objetivando pesquisar as razões da criação de um curso de Pedagogia na cidade de Uberaba/MG, trata-se de verificar se a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era parte de um projeto nacional católico, bem como verificar os determinantes sociais, políticos e econômicos e de ordem institucional assumido pelas Dominicanas, além de indagar se atendeu a lógica das Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, ou se conseguiu ser uma proposta diferenciada à época. Para a viabilização dos objetivos desse projeto, utilizou-se da pesquisa bibliográfica e documental. A primeira etapa fundamental é a investigação sobre o contexto e gênese do curso de Pedagogia no Brasil em 1939, bem como o conhecimento do currículo que se estabelecia então como diretriz, além de suas concepções e princípios. A segunda etapa tratou de um estudo documental da instituição nomeada e de suas circunstâncias locais e institucionais. A terceira etapa traz a sistematização dos dados, respaldada pela bibliografia e pela documentação que colaboraram para configurar o objeto dessa dissertação.

Palavras-chaves: Instituição Escolar – Ensino Superior - Pedagogia

ABSTRACT

Research on the genesis of the Faculty of Education in the city of Uberaba stemmed from the need to fill a municipality gap around the history of higher education in that the borough,, however genesis this tune with the said course institutionalization movement in Brazil, since that the difference in time of both is only 10 years since its institutionalization in 1939. Given that it is a historical and educational research, the object needs to be defined, to the 1940s, especially in relation to its origins the end of the 1940s, when installing the FISTA (Integrated College St. Thomas Aquinas), under the responsibility of the Order of Dominicans, present in Uberaba from 1885 through the College Our Lady of Sorrows. Aiming to investigate the reasons for the creation of a Faculty of Education in the city of Uberaba, MG, verify that the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters was part of a Catholic national project and verify the social, political and economic and institutional assumed by the Dominican observe the FISTA attended the logic of FFCL, or could be a different proposal at the time. To the viability of the objectives of this project, we used the bibliographical and documentary research. The first key step is to research on the pedagogy course in Brazil since 1939 and the curriculum knowledge that was then established as a guideline, as well as his views and principles. The second stage dealt with a documentary study of the nominated institution and its local and institutional circumstances. The third stage brings the systematization of data, supported by the literature and the documentation that helped to set up the object of this dissertation.

Keywords: School Institution – Ensino Superior - Pedagogy

LISTA DE QUADROS

QUADRO I- Professores de Uberaba (então Vila de Santo Antonio de Uberaba) no século XIX.....	54
QUADRO II- Relação de estabelecimentos de educação secundarias privadas	59
QUADRO III- Estatística realizada pela prefeitura de Uberaba no ano de 1934.....	60
QUADRO IV- Levantamento de profissionais liberais no município de Uberaba-1934.....	60
QUADRO V - Estabelecimentos de ensino superior em 1955 – Rio de Janeiro-publicação nº04 - março de 1955.....	65
QUADRO VI – Primeiros professores da Fista.....	84
QUADRO VII - Grade curricular do Curso de Pedagogia/Fista	89
QUADRO VIII - Grade curricular do curso de didática.....	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Prédio do Instituto Zootécnico de Uberaba	63
Figura 2. Sede da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro onde era a antiga penitenciária de Uberaba	65
Figura 3. Quando se inaugurou o prédio do Colégio Nossa Senhora das Dores, 1885.....	73
Figura 4. Irmã Maria do Loreto	80
Figura 5. Aula inaugural em 1961.....	81
Figura 6. Projeto inicial da sede da FISTA -1956.	82
Figura 7. Foram 5 anos de construção da sede própria da FISTA	83
Figura 8. As irmãs não contaram com subvenções públicas para a construção da sede da FISTA	83
Figura 9. Formandas dos cursos da FISTA.....	86
Figura 10. Sala de aula FIFAFISTA.....	87
Figura 11. Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores.....	88
Figura 12. Biblioteca da FAFI/FISTA.....	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: CONTEXTO E GÊNESE DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL.....	21
Reforma Francisco Campos.....	24
Movimento Escolanovista.....	25
Manifesto Dos Pioneiros Escolanovistas.....	26
Criação Das Faculdades De Filosofia, Ciências E Letras (Ffcl)	30
Constituição de 1937.....	36
1938: Criação Do Inep.....	40
Criação Do Curso De Pedagogia No Brasil.....	41
Do Curso De Pedagogia.....	44
Reforma Capanema (Leis Orgânicas Do Ensino De 1942 E 1946)	45
CAPÍTULO 2: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM UBERABA	52
Do sertão da farinha podre a centro de referência em educação.....	52
Educação provinciana.....	53
Educação para a formação de mão-de-obra.....	54
Uberaba no século XX	55
Panorama educacional da cidade de Uberaba.....	56
Educação e as escolas privadas.....	58
Estabelecimentos de educação secundárias privadas - século XX- Uberaba/MG....	59
Educação superior no Brasil central.....	62
CAPÍTULO 3: GÊNESE DO CURSO DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE UBERABA E A RELAÇÃO COM O CATOLICISMO.....	68
Vinda das primeiras irmãs dominicanas para Uberaba/MG.....	69
A prática pedagógica dos irmãos maristas e a influência na educação uberabense..	75
A preocupação católica com a educação.....	76
Uberaba investindo na educação ou na hegemonia?.....	78

Fafi/fista– instituição de ensino superior para a formação de professores de Uberaba no período1949/1980.....	79
Primeiro corpo docente da FAFI/FISTA.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
REFERÊNCIAS.....	95
ANEXOS.....	104
Anexo 01 - Formandas dos cursos da FISTA	104
Anexo 02 - Materia publicada no Jornal Lavoura e Comércio, 22/06/1939.....	104
Anexo 03 - Jornal O Triângulo em 12, junho de 1942.....	105
Anexo 04 - Jornal Lavoura e Comércio, 1943.....	105
Anexo 05 - Lavoura e Comércio, 12/10/1945.....	106
Anexo 06 - Logo marca da FAFI/FISTA	106
Anexo 07 - Alunas uniformizadas no dia a dia.....	107
Anexo 08 - Exemplo de Formaturas.....	107
Anexo 09 - Formandos de Pedagogia do ano de 1963. (Pe. Eddie Bernardes o docente junto como as 6 discentes)	108
Anexo 10 - Biblioteca da FAFI/FISTA	109
Anexo 11 - Frente de um Histórico Escolar curso de Pedagogia FISTA	109
Anexo 12 - Verso de um Histórico Escolar curso de Pedagogia FISTA	110
Anexo 13 - Ata da primeria reunião da congregação do Corpo Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomas de Aquino sob a presidência de Dom..... Alexandre Gonçalves Amaral.....	111
Anexo 14 - Regimento Interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomas de Aquino.....	114

INTRODUÇÃO

Imaginamos que a história é a experiência humana e que esta experiência, por ser contraditória, não tem um sentido único, homogêneo, linear, nem um único significado. Desta forma, fazer história como conhecimento e como vivência é recuperar a ação dos diferentes grupos que nela atuam, procurando entender por que o processo tomou um dado rumo e não outro; significa resgatar as injunções que permitiram a concretização de uma possibilidade e não de outras. (NÓVOA, 1995, p. 22).

Este estudo investigativo tem como objeto de análise o contexto e a gênese do curso de Pedagogia em Uberaba e, para tanto, é necessário o conhecimento da Instituição que o ofereceu à comunidade - a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FISTA), que representou conquistas para o município e para a região de um modo geral, considerando-se sua filosofia de educação, as aspirações e necessidades de determinados grupos sociais.

A implantação e a consolidação dessa instituição como centro de irradiação de cultura é fruto da atuação da Igreja Católica que teve um papel preponderante no sistema educacional. Tal estudo revela aspectos históricos da sua criação, o que a tornou referência para o desenvolvimento sócio-político-econômico e cultural da região. A pesquisa despertou para um novo olhar em torno da história das instituições escolares, história esta que é construída com a participação de sujeitos sociais que se inserem nelas, possibilitando ao momento atual a presença histórica do passado, pelo menos entre os sujeitos sociais que se envolveram com a FISTA.

Ao longo da minha formação como profissional da educação, passando pela Escola Normal e, posteriormente, pelo curso superior de Pedagogia, ambos na cidade de Uberaba/MG, sempre me inquietou a ausência da história do curso no próprio município, bem como na bibliografia dos cursos.

Não ter acesso à história da formação dos pedagogos na minha localidade de inserção profissional e como havia se estabelecido o curso de Pedagogia na sociedade da época (início da década de 1950), foi uma lacuna na minha formação como aluna do mesmo curso em 1990, fato que ainda é repetido nos cursos atuais.

Pensar no benefício profissional e formativo de trazer para a bibliografia dos cursos de Pedagogia atual - e mesmo na Pós-graduação da área educacional - a história mais recente e a realidade da Pedagogia local, motivou-me a seguir meu intento inicial de estudante de procurar o caminho de uma pesquisa fundamentada e sob a orientação científica de um curso de Mestrado em Educação.

Com o objetivo maior de investigar a história do curso de Pedagogia em Uberaba,

visa-se tratar de sua origem, do seu contexto sociopolítico local. Trata-se de colaborar com os novos alunos do curso de Pedagogia no contato crítico com a área da Educação, com a proximidade concreta da sua realidade profissional e possibilitar que sejam sujeitos transformadores no universo em que serão inseridos. No contato com os alicerces e referenciais históricos do curso que fazem é que se efetivará a constituição de suas próprias histórias profissionais. Este trabalho insere-se no campo de pesquisa em Educação, na área de História da Educação, em particular, na história do curso de Pedagogia, de uma instituição escolar de nível superior de Uberaba, MG.

O trabalho enfoca o recorte temporal de 1949 a 1955, delimitando-se pela trajetória de consolidação da única instituição confessional de ensino superior criada e administrada pelas Irmãs Dominicanas no Brasil, que pensaram a formação de professores e especialistas em Educação com a oferta do curso superior de Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. Durante este trabalho, optou-se por utilizar a sigla FISTA (já que é assim que o referido estabelecimento de ensino é normalmente lembrado pela população em geral) para designar a instituição em pauta.

A FISTA iniciou suas atividades acadêmicas, em 1949, com quatro cursos: Filosofia, Geografia e História e Letras Clássicas, com 23 alunos efetivamente matriculados. Funcionou em dois prédios distintos até 1954, quando houve sua unificação. Em 1961, instalou-se em sede definitiva, efetivando-se a sua fase de consolidação. A preocupação fundamental da instituição era propiciar aos alunos não só um sólido conhecimento como também uma formação pautada em princípios éticos e cristãos.

As instituições escolares constituem-se historicamente a partir das relações com a sociedade, com os valores que perpetuam e com o conhecimento que é construído historicamente. São fontes inesgotáveis para a apreensão de uma cultura impregnada de saberes e práticas educativas. Além das práticas sociais, investigar uma instituição escolar é um dos caminhos para se estudar Filosofia e História da Educação, Sociologia etc.

Ao trilhar por esta linha de pesquisa, esmiuçando uma instituição para entender a razão da abertura do curso de Pedagogia pouco mais de uma década após a sua criação no Brasil, depara-se com vários atores envolvidos no processo educativo; descortina-se assim o que se passava no campo educacional: experiências, avanços, contradições, relações com o saber, enfim, a identidade histórica da instituição e, conseqüentemente, dos alunos das primeiras turmas do curso de Pedagogia.

Os arquivos do Centro de Cultura e Espiritualidade Santo Tomás de Aquino, das

Irmãs Dominicanas, o Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores e o Arquivo Público Municipal abrigam vários documentos que ajudam a compreender como se configuraram os processos de gestão, organização e avaliação da instituição escolar em questão. A imprensa, a educação e a sociedade estão intimamente ligadas. Tivemos acesso a artigos do *Jornal da Manhã* e do *Lavoura e Comércio*, os quais comprovam tal sintonia: o regional e o local, com suas especificidades, estão ligadas a um movimento histórico nacional. Os artigos jornalísticos revelam a FISTA¹ como formadora e propagadora de concepções educacionais. Focalizam sua formação docente, currículo, disciplinas e ensino humanista como referência.

Nessa perspectiva, propôs-se investigar o escopo do curso de Pedagogia no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino, enquanto espaço social destinado à formação docente de caráter humanista, procurando compreender os elementos que a tornaram marco de referência local até os dias atuais. Uma expressão do passado no presente.

Durante o processo de levantamento e catalogação das fontes bibliográficas, periódicos locais e dissertações sobre a FISTA, percebeu-se que o curso de Pedagogia definia-se dentro de uma linha nitidamente humanista, oportunizando ao aluno uma análise lúcida da realidade, uma interpretação amadurecida do mundo, incentivando a criar formas de participação na comunidade.

Entende-se, no contexto deste trabalho, por educação humanista que todos os processos educativos eram norteados pelos princípios básicos do humanismo cristão, humanismo este como movimento que ressuscitou o culto das línguas e as literaturas greco-latinas e reafirmou a centralidade do homem como sujeito universal e criador. Os filósofos humanistas valorizavam e respeitavam o ser humano em sua integralidade, na relação com a natureza, com o outro, com o mundo e com Deus (SANTOS, 2006).

A razão da escolha do nome da Faculdade intitulada Santo Tomás de Aquino não ignorou suas raízes por uma educação humanista. A filosofia da instituição assumiu o humanismo integral de *Jacques Maritain* (1882-1997) como ponto fundamental de sua formação docente uma vez que é considerado um dos maiores protagonistas do chamado neotomismo², que pressupunha uma sociedade mais justa, humana, sem distinção de classes,

¹ **FAFI**- Faculdade de Filosofia, primeira denominação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras criada em 1949 em Uberaba, MG, e **FISTA** – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino a denominação final da mesma, a partir de 1961.

² O Neotomismo é a tentativa de fazer renascer o Tomismo, o sistema filosófico de São Tomás de Aquino, no seio da modernidade. O neotomismo pretende manter, no fundamental, todas as características atribuídas à

construída pelo próprio homem a partir da vivência dos valores éticos e cristãos.

Nesse sentido, é fundamental considerar nesta investigação a relação da instituição com o contexto social no qual se insere, observando os fatores organizacionais, políticos, religiosos e econômicos que se influenciam mutuamente.

Pensar a história dentro de condições particulares e específicas, com as suas múltiplas atividades, necessidades e interesses diferenciados será relevante para integrar todas estas dimensões no processo de construção das interpretações históricas sobre o passado. Neste aspecto, Ester Buffá (1994, p. 61) afirma que: “escrever a história de uma escola hegemônica é, de certa forma, escrever a história da escolarização geral do município”. Assim, as interpretações históricas abrigam uma diversidade de características sobre a história da instituição, e do curso superior em pauta, que apresentam possíveis caminhos de análise por meio de um método de pesquisa bibliográfica e documental.

A organização dos papéis para a submissão da FISTA ao Ministério da Educação e da Saúde foi toda elaborada pelas Irmãs Dominicanas e, em particular a Irmã Loreto teve papel importante neste trabalho. A faculdade foi então fundada, em 1948, e passa a funcionar em 1949, quando a referida Irmã lecionou por três anos. Em 1952, conseguiu uma bolsa para a Sorbonne (Universidade de Paris), e foi à França realizar o doutorado, patrocinado pelo professor Francis Ruellan e com apresentações de Hilgard Stenberg e Pierre Deffontaines. A escolha da França como destino para a realização do doutorado se deu por afinidade com a língua e pela influência de alguns professores franceses que lecionavam no Rio de Janeiro. Um exemplo é o professor Ruellan, que foi, inclusive, quem orientou Loreto em suas teses. A respeito de seus estudos, Loreto defendeu duas teses: uma na França, em 1956; e a que lhe proporcionou o título de doutora, defendida na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio

filosofia Tomista, que considera representar o ponto mais elevado da escolástica medieval. Das teses Tomistas destaca-se a tese mediadora da acesa problemática que ocupou a filosofia medieval, na tentativa de definir uma posição quanto ao problema do realismo e do nominalismo. A tese tomista inspirou-se em Aristóteles para defender que o gênero é real (realismo), mas que a substância primeira é o indivíduo (nominalismo), como individuação do gênero. Os neotomistas pretendem que o pensamento de São Tomás foi o ponto culminante do saber filosófico e daí o apelo para a necessidade de a ele retornar. O tomismo, após o seu período de ampla divulgação, na Idade Média, acabou por ir ficando no esquecimento durante a modernidade, até que o Papa Leão XIII faz uma exortação, na encíclica *Aeterni Patris*, em 4 de agosto de 1879, em favor do regresso ao tomismo por parte dos católicos, dando assim o impulso necessário para que o movimento neotomista já iniciado em Itália se pudesse desenvolver. Há a destacar, como personagens fundamentais neste renascimento, ainda na primeira metade do século XIX, Buzzetti, depois Serafim e Domingos Sordi, Luís Taparelli d'Azeglio e Mateus Liberatore. Na Alemanha foi precursor do neotomismo o jesuíta G. Kleugten. Na Universidade Católica de Lovaina, em 1889, constituiu-se o Instituto Superior de Filosofia, de inspiração tomista. Em Portugal, logo em 1879, após a encíclica de Leão XIII, teve início no Seminário de Coimbra uma cadeira de filosofia tomista. Depois, em 1880, fundou-se a Academia Conimbricense de Santo Tomás d'Aquino. Em 1896 deu-se início a outra cadeira de filosofia tomista. O movimento neotomista caracteriza-se, em geral, pelo seu esforço de atualização constante e abertura aos novos problemas e novas interrogações vindas de todos os lados da filosofia

de Janeiro. Retornando a Uberaba já como catedrática, lecionou de 1957 até 1979 na FISTA e, após sua incorporação pela antiga FIUBE, até 2002.

A FISTA foi a instituição pioneira na formação de professores de Uberaba e, tempos depois, da criação da Faculdade em Uberaba, posteriormente foram surgindo instituições na região, nas quais irmã Loreto integrou o corpo docente. A esse fato deve-se a importância de sua atuação como docente não só na cidade de Uberaba, mas na região. Além disso, a faculdade polarizava alunos de vários estados do Brasil, o que lhe atribuiu referência nacional.

Decidimos delimitar o recorte temporal da pesquisa a partir do ano de 1949, quando se inicia as atividades da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras São Tomás de Aquino até o ano de 1955, quando a Faculdade se firmou erguendo sua sede própria. A escolha de um objeto de pesquisa, uma instituição de ensino, e mais precisamente, um dos seus cursos, o de Pedagogia, o primeiro a ser ofertado na cidade e na região do Triângulo Mineiro.

Para a sequência temporal coerente acerca da história local envolvendo a batalha pela implantação e oferta do ensino superior uberabense, na tentativa de resgatar as lutas muitas vezes consideradas fracassadas dos pioneiros da educação do município, resgatou-se o trajeto histórico deles, com o intuito de esclarecer aos pesquisadores e estudantes de Pedagogia, evitando assim enganos e esquecimentos históricos, como relata Riccioppo (2006), que, em um texto da Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Uberaba, enviado às instituições de ensino superior da cidade, convida-as a participar do Fórum Municipal de Educação Superior. Em um determinado ponto do convite, ao descrever a evolução da rede de ensino superior da cidade, afirma que:

Em consequência, Uberaba acrescenta às suas potencialidades de Capital do Zebu, a vocação universitária que tem seu início em 1947, com a implantação da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Outros mais se seguiram, não apenas os idealizados pela família Palmério – pioneira no ramo – como também por outros que deixaram sua identidade na qualidade de suas propostas de formação profissional (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA, 2007, p. 4)

O texto elaborado pela Secretaria da Educação, ao afirmar que o ensino superior de Uberaba tem início em 1947, retrata a falta de conhecimento geral acerca de um período rico da história da educação local. E esse desconhecimento não se restringe apenas aos órgãos ligados ao governo municipal no que se refere ao ensino superior e normal. O período da história uberabense, anterior à década de 1940, foi relegado ao esquecimento, tornando-se desconhecido para a população em geral e para a maior parte da comunidade científica.

Essa pesquisa comprometeu-se, pois, em restaurar as iniciativas anteriores que foram precursoras no período de 1881 a 1938 - quando ocorreram várias ações visando à

implantação de instituições de ensino superior e de formação de professores na cidade- até se chegar ao período de surgimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino e a oferta do primeiro curso de Pedagogia em nossas terras. Essas experiências educacionais anteriores ao ano de 1949 poderiam ser denominadas como mal sucedidas, porém foi a partir dessas primeiras tentativas que se formaram as bases necessárias à construção da atual estrutura de ensino superior da cidade, uma das mais importantes de Minas Gerais, portanto, necessárias para a reconstrução e o desencadear histórico da educação local.

Os questionamentos durante toda a pesquisa foram norteados pelas seguintes questões: qual o currículo formativo dos alunos do curso de Pedagogia na cidade de Uberaba/MG? Quais os determinantes sociais, políticos e econômicos e de ordem institucional assumidos pelas Irmãs Dominicanas à época? Durante a pesquisa sempre se buscou o tensionar entre o local, o específico e o geral da história da educação nacional.

A preocupação foi entrecruzar os documentos pesquisados com a historiografia local, visto não se ter mais os egressos da primeira turma de formandos para relatos pessoais sobre o processo formativo deles próprios e da orientação crítica ou acrítica da qual foram alvos na sua educação superior inicial. Muitos deles se tornaram personagens de destaque e referência na educação do Município, o que expressa concretamente a filosofia humanista (confessional) que receberam na FISTA.

Assim se desencadeou a pesquisa construindo o primeiro capítulo – *Contexto e gênese do curso de Pedagogia no Brasil* -, visando-se ancorar história do curso na localidade e dentro da realidade sociopolítica do final da década de 1940 e início da década de 1950. Para iniciar a pesquisa, necessariamente passou-se pelos marcos legais do curso de pedagogia no Brasil. Neste capítulo do atual estudo, as análises efetuadas centram-se especificamente nas regulamentações consideradas aqui como marcos históricos. Analisar a legislação justifica-se pelo fato de que ela delimita as condições nas quais se dará o trabalho educativo sendo, portanto, imprescindível debruçar-se sobre ela antes de adentrar a organização didático-pedagógica do trabalho educativo.

Além disso, entende-se que as legislações direcionam e legitimam uma tendência que já está em curso em confronto com outras contemporâneas. E, sendo assumida como política educacional de Estado, vai, paulatinamente, tornando-se a concepção pedagógica de referência para a organização da educação nacional em todos os níveis e modalidades.

A legislação, portanto, cumpre uma dupla função: legitimar uma concepção pedagógica que já se apresenta como uma tendência e disseminá-la para todo o território

nacional. É justamente por esse motivo que as diferentes regulamentações legais do curso são tomadas como marcos históricos que apontam para a manutenção e/ou mudança de direção na formação do pedagogo de modo geral e, especificamente, de sua formação prática. Não havendo, pois, possibilidade de se chegar ao tema do curso superior de Pedagogia sem se deter na importância das Escolas Normais e dos Institutos de Educação. Para desembocar-se na origem do curso de Pedagogia em Uberaba/MG far-se-á um percurso histórico sobre a formação de professores no Brasil e a efetivação legal do curso de Pedagogia como diretriz de governo em 1939.

O procedimento passou pelo levantamento, catalogação, análise e interpretação de fontes primárias e secundárias acerca da temática em foco e à luz da concepção materialista-dialética da história. Como método de pesquisa, utilizaram-se recursos documentais e a vasta bibliografia em História da Educação Brasileira com seu amplo leque de demarcações, que enriquecem a pesquisa.

O segundo capítulo se desenvolve em torno da *História da Educação em Uberaba* por muitos anos conhecida como a Princesa do Sertão, tendo destaque para o setor educacional. Enfoca-se o período compreendido entre a criação do centro urbano, situada no período colonial, até as primeiras décadas do século XX. Essa visita ao contexto sócio-histórico é importante para conhecer o processo educativo vivenciado neste território e as condicionantes que propiciaram as primeiras iniciativas de ensino superior no município.

Com a intenção de se inteirar da história do curso de Pedagogia em Uberaba, buscaram-se subsídios em teses e dissertações de pesquisadores que, de alguma maneira, colaboraram com os objetivos desta pesquisa. Valeu-se também de uma pesquisa documental que trouxe outras tantas histórias e registros, tais como os encontrados no Museu das Irmãs Dominicanas e de sua historiografia até chegarem a Uberaba, bem como a luta de iniciarem uma Faculdade por essas terras.

O Arquivo Público de Uberaba disponibilizou acessos a publicações de antigos jornais da época, fotos, registros que ilustram a sociedade daquele período em que Uberaba iniciou suas preocupações com a formação superior de seus jovens. E a colaboração dos historiadores enriqueceu com a caracterização socioeconômica e política necessária deste município e região para a compreensão das determinantes históricas que influenciaram a educação e o processo de criação do curso de Pedagogia local.

Percebeu-se ausência de bibliografias mais completas ou específicas acerca da história da educação de Uberaba. O pouco material disponível está contido em livros que relatam a história geral do município. E em algumas dissertações com o objeto de pesquisa de alguma

instituição de ensino específica.

A partir das informações obtidas, iniciou-se o processo de análise crítica em que os diversos fatos históricos, já devidamente relacionados entre si e com o contexto socioeconômico mais amplo, resultou em um arcabouço histórico, formando um todo carregado de sentido. Optou-se por dar à pesquisa o enfoque da dialética materialista histórica, que leva à compreensão do todo e das partes, da história como movimento e como contradição. Por outro lado, essa busca pela visão do todo aumentou o interesse em fixar uma delimitação temporal mais ampla para a investigação. Algo que partisse das iniciativas educacionais pioneiras de missionários católicos até atingir o período histórico da criação do primeiro curso de pedagogia do município e região.

Surgiram muitos desafios durante a pesquisa, muitos deles devido ao falecimento de grande parte das graduadas nas turmas iniciais do curso de Pedagogia - a primeira turma de formandas é datada do ano de 1955. Outro embaraço foi o falecimento da irmã Loreto antes que se pudesse ter tido contato com ela, visto que a dominicana era uma referência intelectual e um arquivo vivo que poderia subsidiar em detalhes e conhecimentos essa pesquisa.

O Capítulo Três desta pesquisa traz uma análise da hegemonia do Catolicismo na educação uberabense. Com o título Gênese do curso de Pedagogia no Município de Uberaba e a Relação com o Catolicismo, o capítulo desenvolve-se sobre a influência determinante da religião na formação de professores e na abertura de cursos, seja em nível colegial ou superior do município. Nas primeiras décadas do século XX, a educação foi assumida por iniciativas particulares, especialmente pela Igreja Católica, detentora dos principais colégios para moças e rapazes que continuou a formar a elite uberabense em detrimento da formação das crianças de origem da classe trabalhadora. Essa forte influência da Igreja Católica estendeu-se também ao ensino superior, com a fundação do Instituto Superior de Cultura, que deu origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Tomás de Aquino, em 1949, um dos tradicionais esteios da educação Uberabense.

Para fazer uma possível interpretação sobre a história do Curso de Pedagogia em Uberaba foi necessário estudar a história da vinda das Dominicanas para essa região bem como a colaboração dos Irmãos Maristas, juntamente ao clero local, que pensaram a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino/FIFA em 1949. Sentiram os observadores logo nos primeiros dias, que à Faculdade estava reservado a honrosa missão de sacudir a estagnação em que adormeceu a vocação de Uberaba pela cultura. Abria-se um capítulo novo na história de nossa inteligência, não havendo lugar dentro dele, para os despidos de vontade e de confiança nos destinos desta comunidade, porque a vida da importante organização foi e continua a ser uma permanente afirmação de entusiasmo. Sem

este, a sua existência não seria possível e, muito menos, o seu extraordinário desenvolvimento (Lavoura e Comércio, 01/02/1956, p.01).

Chegando-se a conclusão da pesquisa do ensino superior em Pedagogia no município, desvela-se a identidade e os objetivos intrínsecos dos primeiros formandos das turmas iniciais do referido curso. Demonstrando o caminho percorrido pelos educadores envolvidos à época na efetivação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino e que inauguraram o curso de Pedagogia na cidade e região, cumprindo o papel de relevância e polo de educação que o município sempre teve na região do Triângulo Mineiro.

CAPÍTULO 1

CONTEXTO E GÊNESE DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL

Neste capítulo, a intenção é contextualizar a década de 1930 no que concerne à política, economia e educação, para alicerçar as transformações no ensino superior e o surgimento das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) até o marco da criação do curso superior de Pedagogia no Brasil.

Para que se possa entender as principais leis educacionais que foram implantadas no Brasil a partir do início da República em 1889 até os anos de 1930 com as Reformas de Francisco Campos, ou seja, passando pelo período da chamada Era Vargas, deve-se reportar ao final do Império e sua transição para a República, contextualizando essa fase histórica marcada por grandes mudanças estruturais e econômicas ocorridas na sociedade brasileira.

O fim da escravatura e a imigração de povos europeus para o Brasil (MANFREDI, 2003) foram um dos fatores marcantes do fim do Império e início da República no Brasil. Esse processo fez com que ocorresse a substituição do trabalho escravo para o assalariado no campo e, em alguns segmentos, da cidade. Essa modificação estrutural no modelo de trabalho escravista para o trabalho assalariado, além de mudar o quadro econômico no Brasil, fez com que ocorresse, ao mesmo tempo, um fluxo de intensa entrada de imigrantes e houvesse um grande êxodo rural da população negra (antes escravizada) para os centros urbanos. Tal população seria, a partir de então, novamente marginalizada, visto que os imigrantes europeus vão ocupar as vagas de trabalho no campo e na cidade. E o poder das oligarquias agrárias estabelece-se garantindo a esse grupo o poder de governar o país.

A grande lucratividade da cafeicultura fez com que fossem criadas as condições necessárias para que uma parte dos lucros obtidos com a cultura cafeeira fosse transferida a outros setores econômicos do país. Foram contemplados: bancos, construção de estradas de ferro e indústrias. Esses acontecimentos criaram a necessidade de promover a educação profissional no Brasil para as classes menos favorecidas economicamente, em detrimento de outros tipos de ensino. Visto que as novas necessidades de trabalho criadas pelo capital, tanto na qualificação profissional (já que, agora, o trabalhador necessitava de ter instrução, mesmo que muito básica, para poder executar o seu trabalho), quanto para que se disciplinasse a classe que seria colocada a serviço do capital, ou seja, como trabalhadores aptos ao trabalho que, naquele momento, tornava-se necessário. (MORAES, 2001)

Com a República instalada no Brasil, a partir de 1889, houve a necessidade de uma nova Constituição que garantisse e estabelecesse a nova forma de governo a se instalar. Em

1891, a Constituição da República é promulgada, instituindo o sistema federativo de governo. Desse modo, também se reconhecia a autonomia dos Estados para elaborar suas próprias leis sobre a educação em nível primário e secundário, como já era tradição desde 1834 por parte das Províncias.

A criação de universidades no Brasil, tema debatido desde o século XIX e início do século XX - destacadamente na década de 1920 - tem sua configuração articulada legislativamente em 1931 com o Estatuto das Universidades Brasileiras.

A Constituição reservava à União o direito de criar instituições de ensino superior nos Estados, além de prover a instrução secundária no Distrito Federal. Desse modo, concedia aos Estados da federação a competência para prover e legislar sobre a educação primária e secundária. Na prática, à União cabia criar e controlar a instrução em toda a Nação, bem como criar e controlar o ensino secundário acadêmico e a instrução em todos os níveis do Distrito Federal. Já aos Estados era atribuído o controle do ensino primário e o ensino profissional, que, na época, compreendia também as escolas normais de nível médio para moças e escolas técnicas para rapazes. (ROMANELLI, 2008)

Devido a essa formulação, é instituído e reconhecido como sendo o sistema a ser seguido o modelo dual de ensino, que já era presente no período imperial. Oficializou-se dessa forma a separação das classes sociais, ou seja, entre a educação da classe dominante em escolas secundárias acadêmicas e escolas superiores e a educação do restante da população, ou seja, escola primária e profissional. No entanto, a sociedade brasileira já não tinha sua estratificação social tão definida, pois havia uma nova classe social que despontava, isto é, uma classe emergente que já dominava os setores comerciais e intelectuais, além de se aventurar na pequena indústria que surgia.

Por conta dessa dualidade, a Primeira República tentou elaborar, em um primeiro momento, algumas reformas educacionais que não resolveram e tampouco atenuaram problemas graves na educação brasileira. A reforma tentou, porém, sem êxito, entre outros aspectos, a substituição do currículo acadêmico por um currículo enciclopédico, com a inclusão de disciplinas científicas. Porém, faltou-lhe apoio político das elites, que enxergavam nas ideias do reformador uma ameaça à formação da juventude, cuja educação vinha sendo pautada nos valores da mentalidade da aristocracia rural (ROMANELLI, 2008)

Nesse mesmo período, embora houvesse vários problemas estruturais na educação no Brasil, ocorreu um avanço na educação profissional, pois ela ganhou nova configuração (MANFREDI, 2003) Se antes eram incipientes e se dedicavam ao ensino de ofícios artesanais e manufatureiros, agora eram escolas dirigidas para essa “nova” sociedade que despontava

como sendo industrializada, sob as diretrizes impostas pelo capital, organizadas pelo Governo Federal e Governos Estaduais.

Com o regime federativo, criado pela República que despontava, criou-se a possibilidade de cada estado confederado poder organizar e direcionar algumas leis educacionais, pois, o que mais os interessava era o ensino profissional. Visto que o estado federado era autônomo para tal direcionamento, alguns estados criaram suas próprias redes de ensino.

No Distrito Federal, é criado o Instituto Profissional João Alfredo em 1892, servindo como um parâmetro para implementação de novas propostas educacionais como a de Fernando de Azevedo em 1929, que transformou a instituição em um Instituto Profissional Elétrico e Mecânico e, também, a de Anísio Teixeira em 1932, que o tornou uma Escola Técnica Secundária. Constitui-se na “primeira tentativa, em nosso país, de superação da reprodução escolar entre o trabalho manual e o trabalho intelectual” (MANFREDI, 2003, p. 86). No entanto, nenhuma dessas reformas obteve êxito. A reforma comandada por Fernando de Azevedo foi substituída pela de Anísio Teixeira, que veria seu projeto naufragar com a entrada do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, a partir de 1934.

É necessário salientar que houve, durante os primeiros períodos do século XX, projetos de educação profissional diferentes dos propostos pelas classes dominantes. Esses projetos foram executados por alguns sindicatos chamados na época de reuniões e que, embora não atingissem uma grande parcela dos trabalhadores, realizaram um trabalho educacional que se diferenciava dos moldes e projetos vigentes.

A localização das escolas obedeceu mais a um critério político do que econômico, pois foram instituídas nas capitais dos estados, embora, na época, poucas capitais contassem com um parque industrial desenvolvido. Além disso, alguns estados tinham suas atividades manufatureiras concentradas em outras cidades. As escolas constituíam eficiente mecanismo de presença e de barganha política do governo federal, nos Estados, junto às oligarquias locais (MANFREDI, 2003).

Quanto à finalidade educacional das escolas de aprendizes, tinham elas bem claras as suas diretrizes e objetivos, ou seja, o de formação de operários por meio de ensino prático de conhecimentos técnicos convenientes e necessários ao estado da Federação em que a escola estivesse funcionando, sempre consultando os industriais locais. Muitas dessas escolas permaneceram, mesmo após a Revolução de 30, durante a chamada Era Vargas. Ao assumir o poder em fins de 1930, o Governo Provisório, a fim de estabelecer seu regime administrativo (além de se estabelecer como poder vigente), já sob o comando de Getúlio Vargas, criou

através do decreto nº 19.402, de 14/11/30, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública (ROMANELLI, 1978).

Reforma Francisco Campos

A Reforma Francisco Campos foi o nome da primeira reforma educacional de caráter nacional realizada no início da Era Vargas (1930-1945), sob o comando do ministro da Educação e Saúde Francisco Campos. Essa reforma, de 1931, foi marcada pela articulação junto ao ideário do governo de Getúlio Vargas e de seu projeto político ideológico.

Dentre algumas medidas de Francisco Campos, estava a criação do Conselho Nacional de Educação e a organização do ensino secundário e profissional. Este último foi destinado à formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional, construindo no seu espírito todo um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos. Dessa forma, Francisco Campos havia dividido o curso secundário em dois ciclos: um de cinco e dois anos, respectivamente. O primeiro deles era fundamental, e o segundo, complementar e orientado para as diferentes opções de carreira universitária. A lei de 1931 previa ainda a criação de um sistema nacional de inspeção do ensino secundário a ser feita por uma rede de inspetores regionais. As universidades também sofreram uma nova orientação, agora voltada para a pesquisa, difusão da cultura e maior autonomia administrativa e pedagógica.

A esse novo Ministério criado pelo novo governo competia o estudo e o encaminhamento de todos os assuntos referentes ao ensino, bem como aqueles atrelados à saúde pública e à assistência hospitalar. Através desse mesmo decreto, as Instituições, Departamentos e Repartições públicas que estivessem de algum modo atrelados à área educacional, ficariam vinculados a esse Ministério comandado pelo Ministro Sr. Francisco Campos, que se efetivou por meio de uma série de decretos:

1. Decreto nº 19.850 – 11 de abril de 1931: cria o Conselho Nacional de Educação.
2. Decreto nº 19.851 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Superior no Brasil e adota o Regime Universitário.
3. Decreto nº 19.852 – 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.
4. Decreto nº 19.890 – 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do Ensino Secundário.
5. Decreto nº 20.158 – 30 de junho de 1931: organiza o Ensino Comercial, regulamenta a profissão de Contador e dá outras providências.
6. Decreto nº 21.241 – 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do Ensino Secundário (SAVIANI, 2004, p. 32).

O Brasil não tinha uma estrutura de ensino organizada à base de um sistema nacional até a Reforma Francisco Campos, (ROMANELLI, 2008). Cada estado da Federação tinha seu próprio sistema, ainda que estivesse atrelado ao poder central. Por isso, sem ter uma política nacional de educação, o ensino secundário era ministrado na maior parte do território nacional como curso preparatório de caráter propedêutico. Além do mais, todas as reformas anteriores à de Campos, efetuadas pelo poder central, eram direcionadas quase exclusivamente para o Distrito Federal. Eram colocadas como modelos para os estados, no entanto, sem que estes fossem obrigados a adotá-las. Desse modo, o governo central ficava sem ter o controle e sem direcionar a educação nos Estados.

À reforma educacional implementada por Francisco Campos é creditado o mérito de, pela primeira vez, ser colocada em prática no sistema educacional brasileiro uma estrutura orgânica ao ensino secundário, comercial e superior que regia todo o sistema educacional do país, dando início à ação objetiva do Estado no campo Educacional (ROMANELLI, 2008, p.131). Além das mudanças já mencionadas, estabelecia definitivamente o currículo seriado; a frequência obrigatória; dois ciclos (um fundamental e outro complementar), que se constituiriam em pré-requisitos para o ensino superior. Fica clara na reforma apresentada a ênfase ao ensino de nível secundário, o que pode ser explicado devido às pressões que o Estado sofria das classes médias urbanas que vislumbravam na educação um canal, ou seja, um veículo de ascensão social pelo curso profissionalizante e clássico preparatório para o ensino superior. (SÁ, 1979)

Os primeiros anos da década de 1930 foram marcados, em âmbito educacional, pelas ideias postas em discussão pelo que foi chamado, Movimento da Escola Nova, que teve sua gestação desde o final do século XIX.

Movimento Escolanovista

Esse movimento, que era formado por educadores da época, já havia se organizado, na década de 1920, por meio de uma associação civil intitulada por Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, tendo um papel importante como instrumento de pressão sobre as autoridades governamentais no sentido de renovação do setor educacional. A Associação Brasileira de Educação realizou várias Conferências Nacionais de Educação. A primeira delas, em 1927, deu-se em Curitiba/PR (ROMANELLI, 1978, p. 130).

Os integrantes desse movimento, intitulado por Escola Nova, também foram chamados de Renovadores da Educação e travaram um debate com os educadores

tradicionais, revelando-se, desse modo, um antagonismo entre os grupos, tendo os renovadores uma visão mais adequada ao momento histórico em que se apresenta. Assim, os renovadores.

[...] se opunham àquela concepção de educação de poucos, discriminada e incapaz de dar solução aos problemas práticos, símbolo de elite, uma educação fundamental, universal e ao mesmo tempo voltada para o trabalho produtivo, através de uma escola comum à toda população (SÁ, 1979, p. 62).

E essa forma de pensar a educação no Brasil se tornou o conteúdo principal do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932. (SAVIANI, 2004)

As ideias contidas em tal Manifesto, em síntese, eram a ampliação da educação pública, a gratuidade, o ensino laico, a obrigatoriedade e a igualdade de direito à educação. Tais ideias foram o foco das lutas pela transformação do sistema escolar vigente, o qual verá na Constituição de 1934, em capítulo sobre educação, algumas de suas ideias contempladas.

Apesar de toda a ebulição provocada pelas ideias do Movimento da Escola Nova, o que concretamente se realizou nesse período foi a Reforma Francisco Campos que, mesmo conferindo uma nova estrutura ao sistema de ensino, não conseguiu romper com o velho molde elitista do ensino que caracterizou a fase anterior. A medida ignorou as necessidades do ensino primário e, em termos de ensino técnico, só cuidou do comercial, deixando à margem o industrial – importante numa sociedade que se voltava cada vez mais para a industrialização. A Reforma acabou por aprimorar um sistema que atendia basicamente à demanda da burguesia e das classes médias.

Manifesto Dos Pioneiros Escolanovistas

Na era republicana, o Brasil mantinha suas bases administrativas voltadas para a Teoria Geral da Administração. Foi neste período que as reformas organizacionais aconteceram com mais força nos Estados e também na Educação. Junto deste movimento, os reformistas da educação (Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e outros) deram suas contribuições. A renovação educacional no início da Segunda República estava alicerçada nas teorias psicológicas de Lourenço Filho, na contribuição sociológica de Fernando de Azevedo e no pensamento filosófico e político de Anísio Teixeira (SANDER, 2007)

Em 1931, acontecia um movimento católico que externava seus conflitos com os escolanovistas pela luta a favor do ensino religioso. Saviani (2007) retrata esse período (1930-1945) como de equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova. Na IV

Conferência Nacional de Educação eclodia a ruptura entre católicos e liberais com a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932).

Nesse contexto, o Manifesto tornou-se base política e moderna que alicerçaria a educação e a sociedade brasileira. Nos primeiros parágrafos do documento, evidencia-se o papel de primazia da administração escolar estabelecida como fator fundamental para a solução dos problemas educacionais agravados com o regime republicano.

Naquele momento, pensava-se na organização de um sistema educacional adequado à estrutura moderna que se visava construir naquele período no país. Para os escolanovistas, era preciso mudar ou os fracassos se propagariam posteriormente. Medidas imediatistas em curto prazo não fariam mais sentido. Era necessário pensar no futuro.

A investigação científica, orientação muito discutida no Manifesto, modificaria e renovaria os olhares dos educadores, e impulsionaria a evolução necessária à administração dos serviços escolares.

Mais que discussões sobre os esforços para administrar o sistema educacional, o Manifesto apresenta uma reflexão importante sobre o pensamento arcaico que segrega a educação das demais articulações sociais de relevância para o desenvolvimento do país, por exemplo, a economia. De acordo com os educadores integrantes deste movimento:

Era preciso, pois, imprimir uma direção cada vez mais firme a esse movimento já agora nacional, que arrastou consigo os educadores de mais destaque, e leva-lo a seu ponto culminante com uma noção clara e definida de suas aspirações e suas responsabilidades. Aos que tomaram posição na vanguarda da campanha de renovação educacional, cabia o dever de formular, em documento público e o governo, a posição que conquistaram e vêm mantendo desde o início das hostilidades contra a escola tradicional. (INEP, 1984)

Com a proposta de renovar a escola tradicional, objetivava-se a aplicação da verdadeira função social da escola, pautada na democracia e na hierarquia das capacidades. O documento enaltece o exercício dos direitos dos cidadãos brasileiros no que se refere à educação; dentre eles, podemos destacar a educação pública, a escola única, a laicidade, a gratuidade e a obrigatoriedade da educação.

A educação pública é compreendida como responsabilidade do Estado que, conseqüentemente, serviria de pano de fundo para as perspectivas de uma escola única. Ou seja, se a educação é para todos, então as classes populares não beneficiadas pelas escolas privadas teriam uma escola comum às instituições privadas e assim de forma igualitária. A defesa da laicidade está relacionada a uma luta travada contra o ensino religioso, predominante no Brasil em boa parte das escolas existentes e pelo respeito à personalidade que se forma dentro da escola, longe de confrontos religiosos e desrespeito pela presença ou

não de crenças. Segundo o Manifesto, a gratuidade é dependente da obrigatoriedade, pois o Estado não pode tornar o ensino obrigatório e igual para todos se este não for gratuito e atender a todos os níveis econômicos e sociais presentes na nação.

Para os educadores que levantaram essas questões da falta do espírito filosófico e científico, da resolução dos problemas da administração escolar é importante antes de tudo pensar em determinar os fins da educação. O educador, portanto, deve perceber a necessidade de uma cultura múltipla e bem diversa; a altura e a profundidade da vida humana e da vida social não deve estender-se além do seu raio visual; ele (o educador) deve ter o conhecimento dos homens e da sociedade em cada uma de suas fases.

De acordo com os pioneiros, o domínio da evolução social permitiria um avanço no poder de organização, ou seja, resolveria o estado em que a educação se encontrava e tornaria o educador mais consciente das capacidades administrativas que deveria desempenhar. Os métodos e técnicas científicos serviriam de base para avaliar a situação e os resultados após sua aplicação. Aspirava-se por uma nova política educacional, pautada na formação do profissional da educação e nas influências industriais vigentes na época, como a esperança de mudança no sistema educacional e o emprego efetivo do pensamento científico nas ações da escola.

Onde se tem de procurar a causa principal desse estado mais de inorganização do que de desorganização do aparelho escolar, é na falta, em quase todos os planos e iniciativas, da determinação dos fins da educação (aspecto filosófico e social) e da aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas da educação. Ou, em poucas palavras, na falta de espírito científico na resolução dos problemas da administração escolar.

O Estado e o movimento da Escola Nova pareciam ter suas consciências atadas em diversos pontos, pois viam necessidade de atender às exigências que viriam com o avanço da industrialização e com o desenvolvimento dos centros urbanos. Além disso, os representantes dessa corrente de pensamento tinham a percepção de que a ampliação do sistema educacional só se daria de fato se fosse implementado pelo Estado e, sendo a educação um importante instrumento de difusão ideológica, deveria ser controlada pelo Estado.

Vale lembrar que a política educacional do período privilegiou os níveis de ensino responsáveis pela formação das elites nacionais, o que, de fato, foi muito relevante para a formação dos quadros requeridos pelas novas atividades que estavam surgindo naquele momento e que garantiam à elite privilegiada um domínio cultural e econômico sobre o restante da população.

Devido ao interesse do Estado, principalmente pelo ensino profissionalizante, o setor educacional teve papel privilegiado no quadro das políticas sociais postas em prática. Nos anos que antecederam a 1937, houve, no Brasil, grandes debates sobre as diretrizes que deveriam orientar a educação. Essas discussões tinham como pano de fundo as ideias do movimento escolanovista que, de certo modo, viu-se representado na Constituição de 1934, principalmente nos aspectos relativos à gratuidade do ensino e à sua universalização.

O Brasil entrou na década de 1930 marcado por intensas mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes da crise internacional da economia. Encontra-se por convergência, o grupo de intelectuais educadores sob a inspiração de novos ideais de educação que lançaram um movimento de renovação educacional e, em 1932, por meio do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Dentre outros assuntos, este incorporou as reivindicações populares por mais escolas e defendeu a universalização do ensino. Sobre isso, diz o Manifesto:

Desprendendo-se dos interesses de classe, a quem ela tem servido, a educação [...] deixa de constituir um privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo, para assumir um “caráter biológico”, com que elas e organiza para a coletividade em geral, reconhecendo a todo permitam as suas aptidões naturais, independente de razões de ordem econômica e social. A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume [...] a sua verdadeira função social, preparando-se para formar “a hierarquia democrática” pela “hierarquia das capacidades”, recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. (AZEVEDO, 1932).

Esse grupo de intelectuais entendia que o emergente processo de industrialização necessitava de políticas educacionais que modernizassem a educação. Defendiam eles uma nova pedagogia que fosse eficaz na formação de cidadãos adequados a esse processo. Esses intelectuais davam muita importância à organização racional do trabalho ao ponto de valorizarem métodos de uma pedagogia que viabilizasse no meio escolar, a realização das máximas organizadoras exigidas pelo trabalho industrial (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2007).

O caminho para a ampliação do número de escolas e para a universalização do ensino passava, necessariamente, segundo o Manifesto, pela formação e profissionalização dos professores e de técnicos em educação. Por isso, os pioneiros participavam dos movimentos sociais de educadores que lutavam pela universidade no Brasil.

De acordo com os pioneiros, o domínio da evolução social permitiria um avanço no poder de organização, ou seja, resolveria o estado em que a educação se encontrava e tornaria o educador mais consciente das capacidades administrativas que deveria desempenhar. Os métodos e técnicas científicas serviriam de base para avaliar a situação e os resultados após

sua aplicação. Surgia uma nova política educacional, pautada na formação do profissional da educação e nas influências industriais vigentes na época, como a esperança de mudança no sistema educacional e o emprego efetivo do pensamento científico nas ações da escola.

Criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL)

Para entender o processo da criação das (FFCL), tem-se que remontar à criação da universidade no Brasil, bem como se remeter ao método utilizado pelos ibéricos para colonizar as Américas. Enquanto “(...) a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência (...)” (TEIXEIRA, 1999, p. 29) - com objetivo de formar profissionais indispensáveis ao processo de expansão das suas possessões, Portugal não permitiu o ensino superior em terras brasileiras a não ser para as carreiras eclesiásticas (AZEVEDO, 1964), pois o intuito era manter o Brasil sob o seu domínio.

Porém, o fato de a universidade haver chegado tardiamente no nosso território não significa que não tenha existido, por parte dos brasileiros, tentativas de instalá-la seja na época colonial, seja no Império. Durante a fase imperial foram apresentados vários anteprojetos tentando criar universidades. Em verdade, foram quarenta e dois anteprojetos ou quarenta e duas tentativas. Mas, alguns historiadores consideram o ano de 1538, portanto na fase colonial, como sendo o marco inicial dos debates para a criação de uma universidade no país (SILVA, 1999).

Foi apenas em 1920 que finalmente foi criada a primeira Universidade brasileira: a Universidade do Rio de Janeiro (CAMPOS, 2004), formada pela união da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da Faculdade de Direito, todas da capital federal (BRASIL, 1920). Segundo Schwartzman (1988, p. 34),

A Universidade do Brasil (antiga Universidade do Rio de Janeiro) já existia no papel desde 1920, mas a grande universidade nacional, que deveria ter como fulcro e ponto de apoio uma faculdade de filosofia, ciências e letras, só ganharia corpo em 1939 (SCHWARTZMAN, 1988, p. 34).

Em 1927, em Minas Gerais, foi criada a segunda universidade do Brasil, nos mesmos moldes da Universidade do Rio de Janeiro, isto é, criada por meio da união de faculdades, todas elas com o caráter profissionalizante.

Iniciar-se-á a análise da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras pela criação da Universidade de São Paulo em 1934. A formação desta faculdade insere-se em um

processo mais geral de reformas educacionais e culturais em nível nacional, o que levou à criação de inúmeras universidades nos diferentes estados brasileiros.

No Estado de São Paulo, o referido processo se inscreve em uma conjuntura histórica específica, ou seja, é o momento no qual a oligarquia liberal e industrial paulista procura construir nacionalmente uma nova hegemonia após ter sofrido duas derrotas sucessivas: a primeira em 1930 e a segunda em 1932. É interessante aqui lembrar igualmente as palavras de Afrânio Peixoto que, em sua introdução ao livro de Roberto Simonsen, *História econômica no Brasil* (ANO), afirma que, após a derrota de 1932, seria necessária a educação política e que, por meio dela, São Paulo desse o exemplo para o Brasil (SIMONSEN, 1978).

Foram criadas neste Estado, ao longo da década de 1930, três importantes Instituições Culturais:

- 1) a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) sob a direção de industriais e com a participação decisiva do historiador econômico Roberto Simonsen, e de inúmeros professores dos EUA. Entre eles, cabe destacar a presença do sociólogo Donald Pierson que morou no Brasil durante 18 anos; e do lógico Willard van Orman Quine (MICELI, 1989, pp. 217- 233).
- 2) o Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo com a participação do escritor e um dos principais animadores da Semana de Arte Moderna de 1922, Mário de Andrade, e de Paulo Duarte, escritor e diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*, e do futuro Instituto de Pré - História da USP;
- 3) a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL – USP) foi criada em 1934.

A criação da FFCL – USP foi o resultado dos esforços dos empresários culturais, em especial do grupo reunido em torno do jornal *O Estado de S. Paulo*, e de seus diretores, Júlio Mesquita Filho, Armando Sales de Oliveira (acionista e diretor do jornal), interventor federal no Estado durante o período de criação da Universidade e também de Fernando de Azevedo, redator do jornal e futuro professor da FFCL-USP.

Este grupo via na criação da Universidade um importante instrumento para estabelecer uma hegemonia cultural em nível nacional e, por meio dela, chegar a uma regeneração política como obra das classes dirigentes e intelectuais; ao lado da formação desta elite orientadora, a Faculdade teria igualmente o papel de formação de professores para os outros níveis de ensino (primário e secundário). (CARDOSO, 1982).

Para a realização do projeto de fundação da FFCL-USP, concebida como centro da futura Universidade e também como forma de superar a estrutura das escolas profissionais isoladas constituídas pelas faculdades de Direito, de Medicina e Politécnica, foi indispensável a colaboração de uma “missão cultural francesa”, missão esta que representou o coroamento das relações culturais entre a França e o Brasil, em especial com o Estado de São Paulo e que

teve os seus primórdios nos antigos cursos de conferência realizados por professores franceses nesta cidade (COSTA, 1945).

Desde a fundação da Faculdade, ensinaram em São Paulo jovens professores franceses que, posteriormente, exerceram uma influência significativa no desenvolvimento da cultura e das ciências humanas na segunda metade do século XX. O historiador *Fernand Braudel* (permaneceu em São Paulo 3 anos), o antropólogo *Claude Lévi-Strauss* (3 anos), o economista *François Perroux* (1 ano), o sociólogo *Roger Bastide* (16 anos), o sociólogo mais idoso *Georges Gurvitch* (2 anos). Entre os filósofos, cabe destacar o mais velho dentre eles, *Martial Gueroult*, um dos criadores do Método Estrutural de História da Filosofia (1 ano), *Etienne Borne* (1 ano), *Gilles Gaston Granger* (6 anos), *Jean Maugüé* (9 anos). Nas décadas seguintes chegaram como professores visitantes *Michel Foucault*, *Claude Léfort*, *Gérard Lebrun* e *Michel Debrun*, sendo que estes dois últimos permaneceram no Brasil por longo tempo. A importação de uma “faculdade inteira”, em um meio ainda dominado pelos bacharéis em Direito e pelos diplomados pelas grandes faculdades tradicionais, representou, segundo as palavras de Florestan Fernandes “uma verdadeira revolução cultural” (FERNANDES, 2010). A influência da cultura humanística francesa em geral e da história da filosofia em particular foi muito visível, o que levou a Michel Foucault afirmar ironicamente que “o departamento de Filosofia é um departamento francês de Ultramar” (ARANTES, 1994 e MICELI, 1989).

Uma vez analisada a contribuição da missão francesa para a constituição da FFCL-USP, pode-se ocupar da visão propedêutica de ensino que estava presente entre os membros desta missão. Esta visão baseava-se em um conjunto de observações sobre a vida cultural na sociedade paulistana e brasileira daquele momento. Entre os diferentes testemunhos sobre a vida cultural e o projeto intelectual da missão francesa, poder-se-ia enumerar os testemunhos dos então jovens professores *Claude Lévi-Strauss* (LÉVI-STRAUSS, 1984) e *Jean Maugüé* (MAUGÜÉ, 1982). Nestes depoimentos Lévi-Strauss e Maugüé referem-se, entre outras questões, as especializações exóticas e as bizarrices existentes entre os intelectuais e granfinos da elite paulistana, ao papel quase sobrenatural atribuído a cultura européia em geral e francesa em particular e sublinhavam igualmente as conseqüências culturais resultantes do encontro entre estas duas diferentes culturas, o novo mundo brasileiro e a velha Europa. Maugüé refere-se também as resistências existentes, por um lado, entre as Faculdades tradicionais (Direito, Medicina e Engenharia) e por outro lado, da faculdade Católica de São Bento e dos positivistas, a nova faculdade.

Foi em 1934 que surgiu a Universidade de São Paulo (USP): a primeira Universidade brasileira que teve em sua origem também a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Portanto, em 1934, torna-se concreto o projeto da Universidade de São Paulo no qual os objetivos são: desenvolver a cultura filosófica, científica, literária e artística; ampliar a investigação científica, isto é, investigações de altos estudos, de cultura livre e desinteressada; formar as classes dirigentes; e fazer com que a universidade preparasse o homem como profissional e cidadão.

A luta por uma Universidade era permeada pela criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que representava a mudança de concepção de Universidade no Brasil, pois a FFCL possuía o objetivo de desenvolver pesquisa desinteressada. A primeira FFCL foi a da USP, em 1934, projetada pela elite paulista. O projeto da criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras tinha como objetivos:

a) Formar professores para o ensino secundário e superior, que teriam como responsabilidade o desenvolvimento de uma elite intelectual.

b) Desenvolver pesquisas desinteressadas que contradiziam a concepção positivista que influenciou a educação brasileira até então (D'AMBROSIO, 2008). Portanto, o projeto da FFCL pode ser resumido nas palavras de Crodowaldo Pavan³:

A FFCL foi planejada para ser o centro da Universidade de São Paulo e teve sucesso porque para ela foram convidados diversos professores e pesquisadores estrangeiros, assim como brasileiros de alto nível. Se ela tivesse começado somente com docentes brasileiros o fracasso teria sido total. Note-se que à época o Brasil se curvava diante da influência cultural da França. Somando todos esses fatores e a necessidade de formar-se profissionais para áreas do conhecimento em que o atraso brasileiro era incontestável, estruturou-se a Faculdade de Filosofia, cujas finalidades principais eram: preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de altas atividades culturais, de ordem desinteressada ou técnica; preparar docentes para o magistério do ensino básico e superior; realizar pesquisas nos domínios da cultura que eram o objeto de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) foi separada em três seções autônomas – Filosofia, Ciências e Letras – seções essas que dão nome à Faculdade. Conforme o decreto n.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934, as seções seriam compostas da seguinte forma:

Seção de Filosofia: foi iniciada com quatro cadeiras: Filosofia, História da Filosofia, Filosofia da Ciência, Psicologia. Seção de Ciências: foi subdivida em seis subseções, isto é:

³ Crodowaldo Pavan “se formou em história natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1941) da USP e quatro anos depois concluiu doutoramento no Departamento de Biologia Geral, sob orientação de André Dreyfuss, pioneiro nos estudos de genética e evolução no Brasil. Nos dois anos seguintes, como bolsista da Fundação Rockefeller, fez pós-doutorado na Universidade Columbia, em Nova York, Estados Unidos. Em 1952, assumiu a cátedra do Departamento de Biologia Geral da FFCL, substituindo Dreyfuss”. (FAPESP, 2009, s.p.).

- a) Ciências Matemáticas: foi dividida em 3 cadeiras, compostas de sete disciplinas, isto é, Geometria (projetiva e analítica); História das Matemáticas; Análise matemática (inclusive elementos de cálculo das probabilidades e de estatística matemática); Cálculo Vetorial; Elementos de Geometria Infinitesimal; Mecânica Racional e Elemento de Mecânica Celeste.
- b) Ciências Físicas: foi dividida em duas cadeiras, com quatro disciplinas, isto é, Física Geral; Física Experimental; Física Matemática; História da Física.
- c) Ciências Químicas: como a de Ciências Físicas, tinha apenas duas cadeiras, mas com seis disciplinas, isto é, Química Física, Inorgânica e Analítica; Química Orgânica; Biológica; História da Química.
- d) Ciências Naturais: possuía seis cadeiras, com oito disciplinas, isto é, Mineralogia e Geologia; Botânica Geral; Fisiologia Vegetal; Zoologia Geral; Fisiologia Geral e Animal; Biologia Geral.
- e) História e Geografia: era dividida em quatro cadeiras e possuía cinco disciplinas, isto é, Geografia Geral e Antropogeografia; História da Civilização; História da América; História da Civilização Brasileira.
- f) Ciências Sociais e Políticas: tinha cinco cadeiras e possuía oito disciplinas, isto é, Psicologia Social e Antropologia Social; Sociologia; Economia Política, Finanças e História das Doutrinas Econômicas; Direito Político; Estatística Econômica.

Seção de Letras: foi estabelecida com dez cadeiras, totalizando o mesmo número de disciplinas: Lingüística; Filologia Comparada; Filologia Portuguesa; Literatura Luso-Brasileira; Língua e Literatura Grega; Língua e Literatura Latina; Língua e Literatura Francesa; Língua e Literatura Inglesa; Língua e Literatura Alemã; Técnica e Crítica Literária. Assim cada curso de licenciatura da FFCL da USP, foi montado segundo o mesmo decreto n.º 6.283:

- a) FILOSOFIA: no primeiro ano o aluno teria que cursar duas disciplinas das cadeiras de filosofia e uma da cadeira de Geografia e História. No segundo ano, três disciplinas eram de Filosofia e uma de Ciências Sociais e Políticas. No último ano, teria apenas três disciplinas, das quais somente deveria ser da subseção de Ciências Sociais e Políticas.
- b) CIÊNCIAS MATEMÁTICAS: o aluno do primeiro ano cursaria apenas duas disciplinas, ambas as cadeiras de Ciências Matemáticas. No segundo ano, o total de disciplinas era de cinco, das quais duas da subseção de Ciências Físicas. No terceiro e último ano, o curso era formado também por cinco disciplinas, sendo duas da subseção de Ciências Físicas.

- c) CIÊNCIAS FÍSICAS: o aluno do curso de Ciências Físicas praticamente cursava o mesmo que os alunos de Ciências Matemáticas, isto é, os dois primeiros anos eram idênticos. Apenas o terceiro ano diferia, possuindo quatro disciplinas, todas da subseção de Ciências Física.
- d) CIÊNCIAS QUÍMICAS: no primeiro ano do curso, apenas uma disciplina pertencia à subseção de Ciências Químicas, as outras quatro eram das Ciências Matemáticas e das Físicas, isto é, duas eram do primeiro ano e outras duas do segundo, respectivamente. Já os demais anos eram compostos por disciplinas específicas da subseção de Ciências Químicas. Portanto, com a estrutura dos cursos de Ciências Matemáticas, Físicas e Químicas, os alunos dos três cursos acabavam interagindo, uma vez que em muitas oportunidades eles cumpriam as mesmas disciplinas.
- e) CIÊNCIAS NATURAIS: o curso de Ciências Naturais incluía apenas duas disciplinas fora da subseção: Física Experimental (Ciências Físicas) no primeiro ano e Química Biológica (Ciências Químicas) no segundo ano. A distribuição quantitativa das disciplinas era: 1º ano – quatro; 2º ano - cinco; e 3º ano – quatro.
- f) GEOGRAFIA E HISTÓRIA: todas as disciplinas dos três anos pertenciam às cadeiras da subseção de Geografia e História.
- g) CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS: o curso de Ciências Sociais e Políticas possuía apenas duas disciplinas fora da sua subseção específica: História da Civilização e História da Civilização Brasileira, ambas da subseção de Geografia e História. A distribuição quantitativa das disciplinas era: 1º ano – quatro; 2º ano - três; e 3º ano – três.
- h) LETRAS: este curso possuía duas seções, isto é, a seção de Letras Clássicas e de Português (e a seção de Línguas Estrangeiras).

O aluno concluinte de qualquer um dos cursos oferecidos pelas seções ou subseções teria a licença cultural e seria considerado licenciado; havendo apenas três classificações: licenciado em filosofia; licenciado em ciências; e licenciado em letras. Essa classificação é encontrada no art. 11 do capítulo II do decreto n.º 6.283⁴

Voltando a Lévi-Strauss, sublinha ele a existência entre os alunos do fenômeno da coexistência de uma ignorância ao passado aliado a uma busca pelas novidades, o que fazia com que os próprios alunos estivessem muitas vezes mais informados que seus professores. E, por fim, concluiu, referindo-se ao papel das faculdades de filosofia, ciências e letras, que não deixa de se assemelhar ao projeto citado anteriormente da FFCL-USP: elas terão as duas funções de todas as Faculdades de Letras e de Ciências. Uma será a de lhes fornecer

⁴ Cópia do texto da Web – WWW.sbh.org.br/resources/anais 110/1344217546-Arquivo-texto Final-AlexandreM.M.P,Ferreira

professores de ensino secundário que juntarão aos conhecimentos aprofundados e precisos ao espírito de método e de crítica e que guiarão as novas gerações não pela imposição das ideias, mas dando-lhes esta atitude reflexiva que os acostumará a pensar por si mesmos. A segunda função será a de formar pesquisadores, de dar conselhos, orientações e meios de trabalho para aqueles que sejam particularmente dotados para o trabalho pessoal em todos os domínios e que serão especialmente, destinados por suas aptidões, a passar rapidamente das cátedras do ensino secundário às cátedras do ensino superior (SCHWARTZMAN, 2000).

Cabe enfim destacar que a criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo desempenhou uma importância decisiva para o posterior desenvolvimento das Ciências Sociais, da História, da Crítica Literária e também da Filosofia no Brasil, por meio da criação de instrumentos técnicos necessários para o exercício das diversas disciplinas humanísticas enumeradas. Para a concretização desse objetivo, foi de importância decisiva a autonomia relativa que a USP gozou em relação ao poder político, como também o maior ritmo de especialização e institucionalização do ensino superior nesta instituição se comparados as outras faculdades existentes no país.

Por fim, a fundação da FFCL – USP contribuiu igualmente para a criação de um pensamento radical de classe média que permitiu uma reorientação profunda do pensamento social no Brasil (CÂNDIDO, 1974) (CÂNDIDO, 1991).

Apesar dos decretos promulgados (19.851, 19.852 e 22.579), não há registro de funcionamento de escola superior com o nome proposto: Faculdade de Educação, Ciências e Letras. O nome adotado para as instituições criadas destinadas à formação de professores para o ensino secundário foi o de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras,

Constituição de 1937

Em 1937, Getúlio Vargas concretizou um golpe de estado que iniciaria um período de ditadura de oito anos e se estenderia até 1945: o Estado Novo. Curiosamente, essa ditadura expressava-se na Constituição, legitimando os poderes absolutos do ditador, enquanto os direitos humanos eram comumente violados pelo aparelho repressor do governo – a Polícia Especial. A Constituição de 1937, que recebeu o apelido de “Polaca” por ter sido inspirada no modelo semifascista polonês, era extremamente autoritária e concedia ao governo poderes praticamente ilimitados.

Os principais fatores que contribuíram para que Vargas buscasse fortalecer seu poder pessoal por meio de uma ditadura foram o apoio da elite a esse fortalecimento, bem como a radicalização dos grupos esquerdistas e direitistas no período de 1934-37.

O apoio da elite, composta, principalmente, pelos cafeicultores e industriais, dava-se por motivos econômicos e políticos. Como, na época, o governo passou a comprar os excedentes de café de modo a evitar abalos na economia brasileira, os cafeicultores passaram a simpatizar-se com a ideia de um executivo forte que continuasse a auxiliá-los. Já os industriais precisavam do apoio do governo para que continuassem crescendo, o que explica o fato de não terem visto com maus olhos o fortalecimento do executivo.

As razões políticas para esse apoio se resumiam, tanto por parte dos cafeicultores quanto dos industriais, ao medo da “ameaça comunista” e ao receio em relação aos possíveis resultados do maior engajamento político do operariado e classe média.

Para que entendamos o pretexto utilizado por Vargas ao dar o golpe, é necessário analisar a radicalização política ocorrida tanto na direita quanto na esquerda durante os anos que o precederam, bem como a postura do governo diante dessa oposição.

Nos anos de 1930, surgiu no Brasil uma organização política de caráter fascista denominada por Ação Integralista Brasileira (AIB). O comando desse movimento estava nas mãos de Plínio Salgado, político e intelectual, e suas propostas de Estado forte, governo autoritário e sociedade militarizada foram inspiradas nos governos nazifascistas da Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Conforme costume nos regimes totalitários, o nacionalismo também estava presente: os membros da AIB vestiam-se com camisas verdes e cumprimentavam-se levantando o braço direito e gritando a palavra indígena “Anauê”, remontando, assim, aos índios nativos do Brasil.

Em reação ao integralismo, foi formada, em 1934, a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Compunham esse movimento comunistas, socialistas e líderes sindicais que desejavam o governo popular, a proteção aos pequenos proprietários, a nacionalização das empresas estrangeiras, entre outras coisas. Diante disso, poucos meses depois, e sob influência das classes mais conservadoras, a Câmara aprovou a Lei de Segurança Nacional: o respaldo legal que permitiu a Vargas fechar a ANL. Tendo sido considerada ilegal, a ANL tentou reagir através de um levante armado – a Intentona Comunista – que falhou por ter tido pouca adesão de seus membros.

Em resposta ao levante, Vargas decretou o estado de sítio e a Polícia Especial iniciou uma repressão sistemática e violenta. A partir de então, quaisquer elementos que oferecessem

resistência ao governo, além dos comunistas, foram comumente perseguidos, presos arbitrariamente e, não raro, torturados ou assassinados.

Em setembro de 1937, os jornais anunciaram que o exército descobrira um plano comunista para a tomada do poder. Essa situação fora forjada por um militar integralista pertencente ao exército, que criou o boato – com o nome de Plano Cohen – de que os comunistas, nos dias subsequentes, incendiariam igrejas, desrespeitariam os lares, promoveriam greves e massacrariam líderes políticos. Aproveitando-se dessa (falsa) situação e argumentando contraditoriamente que era preciso defender a liberdade, Vargas instalou a ditadura. Poucas semanas depois desse suposto plano comunista ter vazado na imprensa, Getúlio desfechou o golpe, fechando o Congresso Nacional e anunciando no rádio o “nacer da nova era”.

Dessa forma, a nova Constituição, que já estava pronta há meses durante a preparação do golpe, foi imposta ao povo.

Seus tópicos principais estabeleciam:

- Fechamento do Poder Legislativo nos três níveis (Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais);
- Poder Judiciário subordinado ao Executivo;
- Total liberdade de ação à Polícia Especial;
- Propaganda a favor do governo no rádio mediadas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda);
- Eliminação do direito de greve;
- Reintrodução da pena de morte;
- Estados seriam governados por interventores nomeados por Vargas.

Nota-se, assim, que essa constituição mostrou-se como respaldo legal para o regime autoritário do Estado Novo e um retrocesso, se comparada à anterior, em termos de democracia e direitos humanos. Vale lembrar que os crimes e as perseguições a quem se opôs a essa forma de governo perduraram até o fim do regime e, quando este chegou ao fim, a impunidade às atrocidades cometidas vigorou.

Já na Constituição de 1937, as principais conquistas obtidas pela Escola Nova foram derrubadas, pois o Estado, de acordo com o novo texto, praticamente eximia-se de ser o gestor educacional da sociedade para ter um caráter mais suplementar sobre ela.

Quanto ao ensino profissionalizante, este não foi abandonado pelo Estado, ocorrendo inclusive o contrário, ou seja, o ensino profissional foi até implementado. O que ocorre a partir daí é que o Estado deixava clara a divisão de classes existente na sociedade. Pois esse nível de ensino, como transparece na Constituição de 1937, era destinado às “classes menos favorecidas” (FEE, 1983, p. 65). Desse modo, tínhamos dois tipos de ensino para públicos também distintos. De um lado o ensino secundário tradicional, que formaria a elite dominante, ou seja, a classe dominante; e, de outro lado, o ensino profissional direcionado às classes que serviriam de mão-de-obra.

Na mesma Constituição (1937) definia também que as indústrias e sindicatos deveriam criar escolas profissionalizantes para filhos de seus empregados e associados. Dessa forma o Estado utilizava-se das empresas para impulsionar o ensino profissionalizante, visto que o investimento aplicado na criação dessas escolas ficaria a cargo do empresariado que, sentindo a necessidade de obter mão-de-obra qualificada, adotou essa tarefa imposta pelo Estado com o uso da lei, isto é, da Constituição em vigor.

O Brasil aporta na República carregando ainda uma aristocracia rural, e, portanto o que basilava a sociedade era a força do trabalho escravo que não necessitava de sistema educacional para sua formação. A educação era um privilégio da classe burguesa que se afirmava nos seus primórdios no Brasil.

A acumulação de recursos advindos do sistema agrário resultou, contudo, em acúmulo de capital, formando com isto uma nova elite econômica/política no Brasil, fazendo com que se mudasse a ordem econômica até então vigente. Ou seja, os lucros, antes investidos somente na área agrária, agora seriam investidos nas indústrias que começam a surgir nas grandes cidades.

Novas formas e processos de trabalho surgiram com a chegada das indústrias no Brasil. Houve a necessidade de se criar condições para que o trabalhador fosse qualificado e até disciplinado para essa nova realidade imposta pelo capital.

A passagem do comportamento por parte do capital que passava de agrário para urbano/industrial fez com que o governo central, em conjunto com os Estados da Federação, desenvolvessem planos e ações com a finalidade de direcionar a educação no Brasil. Assim, suprimindo em um primeiro momento a falta de mão-de-obra operária, deu condições para se criar um contingente de reserva de trabalho, ou seja, possíveis empregados.

Outro fato marcante ocorrido nesse período foi que o Estado, ao ditar as leis e diretrizes que seriam empregadas na Educação Brasileira, deixou clara a divisão social existente na sociedade, pois diferenciou, principalmente no ensino secundário, os educandos

que seguiriam seus estudos direcionados às universidades, que fariam curso propedêutico, dos que seriam destinados à área operária, que fariam cursos técnicos.

Criação do Inep

O INEP foi concebido em 1936 na gestão do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema Conforme relata Araújo (2005). A sua instalação ocorreu em 1938 graças à habilidade política de Lourenço Filho, que vinculou as atividades do Instituto ao Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), órgão que tinha prestígio no Estado Novo. Esta vinculação, por um lado, permitiu o desenvolvimento de pesquisas educacionais, por outro, a estrutura inicial do INEP visava atender às necessidades do DASP. Em relação às atividades referentes à educação, o INEP, em sua história, caracterizou-se por desenvolver atividades relacionadas à pesquisa, à documentação e à divulgação pedagógica e de executar políticas para a educação.

A Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) desde seu primeiro número é uma publicação oficial do INEP, mantendo autonomia em relação ao Ministério da Educação. Durante o período que Lourenço Filho tem forte influência no INEP (1938-1945), a linha editorial da revista mantém-se coerente com a proposta editorial apresentada no seu primeiro número: adota o ponto de vista nacional, assume a postura escolanovista e trata de temas práticos.

Segundo o Decreto-Lei, cabia ao INEP

Organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos (BRASIL, 2012)

Também cabia ao INEP participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União.

Nas décadas anteriores à sua criação, algumas tentativas de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias ao ensino já haviam sido articuladas sem conseguir, no entanto, ter a continuidade desejada. O INEP configurou-se, então, no primeiro órgão nacional a se estabelecer de forma duradoura como “fonte primária de documentação e investigação, com atividades de intercâmbio e assistência técnica” (CUNHA, 1964, p. 35 - 45), como dizia a lei. Nos anos seguintes à sua criação, o INEP tornou-se uma referência para a questão educacional no país.

O lançamento da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), ocorreu no mês de julho, o ano de 1944 foi importante para o INEP. Todas as informações educacionais produzidas pela autarquia passaram a ser publicadas neste veículo que, até hoje, atende aos gestores, pesquisadores e estudiosos da Educação.

O professor Anísio Teixeira, em 1952, assumiu a direção do Instituto que passou a dar maior ênfase ao trabalho de pesquisa. Seu objetivo era estabelecer centros de pesquisa como um meio de “fundar em bases científicas a reconstrução educacional do Brasil”. (RELATÓRIO DO INEP 50 ANOS, 1987). A idéia concretizou-se com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), com sede no Rio de Janeiro, e dos Centros Regionais, nas cidades de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Tanto o CBPE quanto os centros regionais estavam vinculados à nova estrutura do INEP.

Criação do Curso de Pedagogia no Brasil

Pela via dos Institutos de Educação, sobretudo a partir das experiências escolanovistas do Instituto de Educação do Distrito Federal, a pedagogia, antes mesmo de se constituir como um curso adentrou o contexto universitário, concebido por Anísio Teixeira e dirigido por Lourenço Filho em 1932; e do Instituto de Educação de São Paulo, criado um ano depois, por Fernando de Azevedo. Eles foram pensados a partir de uma concepção de pedagogia como ciência, visando proporcionar ao futuro professor a necessária formação para a docência e também para a pesquisa. De acordo com Brzezinski (1996), a experiência da Universidade de São Paulo referente à formação profissional de professores secundários por meio, inicialmente, do Instituto de Educação Caetano de Campos e, posteriormente, pela introdução da seção de Educação, será referencial, em 1939, para a organização da seção de Pedagogia na Faculdade Nacional de Filosofia.

A criação do curso de Pedagogia, nos anos finais da década de 1930 no Brasil, ocorreu em um período conturbado, no interior do Estado Novo. Naquele momento, as discussões educacionais eram realizadas por vertentes diferentes da intelectualidade ligada à educação. O Curso de Pedagogia nasce articulado à formação do professor, mais precisamente em 1939, e fruto de dissensões no campo educacional. As transformações no setor econômico, político e social acarretaram modificações na área educacional em função de ideais pedagógicos pautados no ideário escolanovista, do qual o movimento dos Pioneiros da Educação Nova é uma das expressões.

Destacaram-se também nesse período a defesa da formação docente em nível superior, se possível na universidade, essa também objeto de instigantes debates que propunham a sua

criação. Neste contexto, o Curso de Pedagogia foi criado pelo Decreto-Lei n. 1190, de quatro de abril de 1939, por ocasião da organização da Faculdade Nacional de Filosofia, parte da Universidade do Brasil – projeto do então Ministro da Educação Gustavo Capanema, no governo de Getúlio Vargas – na qual se transformou a Universidade do Distrito Federal, encerrada no mesmo ano.

O resgate histórico do curso de Pedagogia tem por base, principalmente, a legislação educacional bem como as políticas educacionais que fundamentaram esses aspectos legais. A justificativa da opção de analisar a evolução histórica do curso de pedagogia baseando-se na legislação educacional é bem argumentada por Gentil & Costa (2011, p. 268): “A legislação expressa a forma de pensar e de organizar as relações sociais do período em que é instituída”.

Por meio do estudo e análise da legislação educacional, pode-se perceber o espaço que a educação ocupou e a importância que é dada a ela em relação a outros aspectos da vida em sociedade em cada período da história. Tendo como referência o contexto histórico da educação brasileira, vê-se que, com a expansão das escolas ainda durante o Império, exigiu-se a formação de professores em nível médio, o que era realizado pela Escola Normal. Em virtude de tal necessidade, no século XX, surgiram as primeiras experiências de estudos pós-Normais, que seriam o princípio de um curso superior de formação do pedagogo para atuar nas Escolas Normais.

No Brasil, o Curso de Pedagogia, ao longo de sua história, teve definido como seu objeto de estudo e finalidade precípuos os processos educativos em escolas e em outros ambientes. Merece ser salientado que, nas primeiras propostas para este curso, a ele se atribuiu o estudo da forma de ensinar.

Regulamentado pela primeira vez nos termos do Decreto-Lei n. 1.190/1939 foi definido como lugar de formação de técnicos em educação. Estes eram, à época, professores experientes que realizavam estudos superiores em Pedagogia para, mediante concurso, assumirem funções de administração, planejamento de currículos, orientação a professores, inspeção de escolas, avaliação do desempenho dos alunos e dos docentes, de pesquisa e desenvolvimento tecnológico da educação, no Ministério da Educação, nas secretarias de estado e dos municípios.

Atendendo às reivindicações de mercado, foram criadas a Universidade de São Paulo em 1934 e a Universidade do Distrito Federal em 1935. Foi com a fundação dessas universidades que se organizaram e se implantaram as licenciaturas e o curso de pedagogia, estendidos para todo o país pelo Decreto-Lei nº 1.190 de quatro de abril de 1939. Este Decreto-Lei organizou a Faculdade Nacional de Filosofia que tinha por finalidades, dentre

outras, a de preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal e preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de atividades técnicas. A Faculdade Nacional de Filosofia ministrava os seguintes cursos de licenciatura: Filosofia, Matemática, Física, Química, História natural, Geografia e História, Ciências Sociais, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-germânicas e o curso de Pedagogia.

O Decreto-Lei nº 1.190 criou o paradigma que foi adotado no país inteiro, o famoso modelo esquema 3+1, adotado nos cursos de licenciaturas e no curso de Pedagogia. Este esquema consistia em três anos de estudo dos conteúdos cognitivos ou das disciplinas específicas - o curso de bacharelado - e um ano de conteúdos didáticos - o curso de didática.

O Decreto-Lei nº 1.190 de quatro de abril de 1939 decretou que o curso de Pedagogia fosse criado com o objetivo de “preenchimento dos cargos técnicos de educação do Ministério da Educação” (Art. 51, c). Procurou-se, desta maneira, solucionar o problema de atendimento à demanda.

Para Durham (2009), já no momento da criação do curso de Pedagogia, em 1939, almejava-se algo árduo ou até impossível, isto é, formar três profissionais ao mesmo tempo, dificultando a identidade profissional do pedagogo. Segundo ela, os cursos de Pedagogia foram criados com um triplo objetivo: formar pesquisadores e pessoal capacitado a refletir sobre o sistema educacional; preparar professores aptos a lecionar as matérias pedagógicas que faziam parte do currículo das Escolas Normais e preparar o pessoal especializado para a gestão do sistema escolar, como administradores, orientadores ou supervisores escolares (DURHAM, 2009).

A legislação educacional explicita as políticas públicas governamentais que estabelecem relações entre a educação e o desenvolvimento econômico ou entre a educação e as demandas do mundo do trabalho.

Já no momento da implantação do curso de Pedagogia, em 1939, não era explícita a função do pedagogo no mercado de trabalho, pois o bacharel em pedagogia se formava técnico em Educação e sua função no mercado de trabalho nunca foi precisamente definida (BRZEZINSKI, 1996)

De um modo geral, desde sua implantação no Brasil, em 1939, o curso passou por diversas reformulações, bem como a previsão de sua extinção, seguida da demonstração de suas fragilidades. Tais mudanças direcionavam tanto para docência quanto para a formação de especialistas em planejamento, supervisão, administração e orientação educacional.

A tríade, educação-desenvolvimento econômico-mundo do trabalho, vem implementando as políticas de formação de profissionais na área da educação em diferentes

períodos no que diz respeito, por exemplo, ao estímulo de formação de mais profissionais da educação quando o mercado de trabalho necessitou de trabalhadores com um mínimo de estudos. Isso valorizou a escolarização, ampliando a oferta de ensino e trouxe também a “preocupação com a demarcação de território dessas profissões, materializada em leis, normas, resoluções e decretos que visam definir quem é, o que faz e onde atua esse profissional” (GENTIL; COSTA, 2011, p. 269).

Do Curso de Pedagogia (Decreto Lei n. 1.190 de 04/04/1939)

Art. 19. O curso de pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

Primeira série

1. Complementos de matemática.
2. História da filosofia.
3. Sociologia.
4. Fundamentos biológicos da educação.
5. Psicologia educacional.

Segunda série

1. Estatística educacional.
2. História da educação.
3. Fundamentos sociológicos da educação.
4. Psicologia educacional.
5. Administração escolar.

Terceira série

1. História da educação.
2. Psicologia educacional.
3. Administração escolar.
4. Educação comparada.
5. Filosofia da educação.

A organização do curso de didática era:

Art. 20 O curso de didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas:

1. Didática geral.
2. Didática especial.
3. Psicologia educacional.

4. Administração escolar.
5. Fundamentos biológicos da educação.
6. Fundamentos sociológicos da educação.

O curso de Bacharelado em Pedagogia e o curso de Didática possuíam quatro disciplinas comuns: Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos biológicos da Educação e Fundamentos sociológicos da Educação. O Art. 58 permitia que os bacharéis em pedagogia, que se matriculassem no curso de didática, não seriam obrigados à frequência nem aos exames das disciplinas que tivessem cursado em pedagogia. Sobravam, assim, apenas duas disciplinas a serem cursadas: Didática Geral e Didática Especial.

A criação do curso de Pedagogia nos termos do Decreto-Lei nº 1.190 de quatro de abril de 1939 evidencia que os legisladores distinguiam o trabalho do técnico do Ministério da Educação do trabalho docente, uma vez que este último era reservado apenas à formação complementar para a docência. O objetivo principal do curso de Pedagogia era a formação de um profissional apto para a atuação na administração pública da educação, o que fica manifesto no Art. 51. “A partir de 1º de janeiro de 1943 será exigido: [...] c) para o preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação, o diploma de bacharel em pedagogia” (BRASIL, 2012).

Reforma Capanema (Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946)

O contexto que o Brasil vivenciava antes de Capanema assumir o ministério, segundo Romanelli (1978), ocorria a tentativa de vencer os problemas econômicos, políticos e sociais que se acirravam, isto é, a luta da sociedade para vencer as exigências políticas ganhava força. Os conflitos, tanto sociais quanto políticos, vividos a partir da década de 1920 com a crise econômica, a revolução dos militares, o crescimento das camadas populares, além dos conflitos políticos, no qual o caos social se estabelecia, provocando revolução no meio.

Cabe ressaltar que um dos mais significativos avanços na sociedade foi a urbanização e o crescimento das indústrias. Assim, com tanta transformação, é certo que os conflitos sociais aumentariam. A busca de uma nova política instaurava-se, política esta que pudesse atender a sociedade nos níveis sociais, econômicos, intelectuais e culturais, isto é, que atendesse as necessidades básicas dos trabalhadores como educação, saúde, empregos, dentre outros.

Após o golpe de 10 de novembro de 1937, que instituiu o Estado Novo por meio da outorga da Constituição de 1937, da qual Capanema foi um dos signatários, a ação do

Ministério da Educação e Saúde foi marcada pelo caráter fortemente centralizador e autoritário do novo regime. Segundo Anísio Teixeira (TEIXEIRA,1999), "o ministério transformou-se durante o período estadonovista no organismo central de controle e fiscalização da educação, em tudo equivalente a um cartório nacional".

Conforme palavras do próprio Capanema, em dezembro de 1937, a educação deveria constituir-se num dos instrumentos do Estado e reger-se pelo sistema de diretrizes morais, políticas e econômicas que formaram a base ideológica da Nação e que, por isto, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado. Valores e atitudes como o amor à Pátria, o sereno otimismo quanto ao poder e o destino de nossa raça tornaram-se recorrentes no discurso pedagógico dos ideólogos do Estado Novo e dos compêndios escolares, submetidos a partir de dezembro de 1938 ao prévio exame da Comissão Nacional do Livro Didático.

Dentro da atmosfera de nacionalismo que presidiu a concepção do novo regime, foram nacionalizadas mais de duas mil escolas nos núcleos de colonização alemã, particularmente no Sul do país e, sobretudo, depois de 1942, quando o Brasil declarou guerra à Alemanha. A reforma Gustavo Capanema ocorreu no governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo, período marcado pelo regime totalitário que iniciou-se em 10 de novembro de 1937 e se estendeu até 29 de outubro de 1945.

De modo geral, com relação ao ensino do Brasil nessa conjuntura, Romanelli (1983) faz a seguinte divisão do período a partir de 1930:

1930-1937: Governo provisório, lutas ideológicas sobre o regime; setor econômico mobilizado para sair da catástrofe financeira. Na educação: Reforma Francisco campos e Manifesto dos Pioneiros;

Estado Novo (1937-1946): Regime totalitário, implantação da indústria pesada, Estado assume a posição de empresário industrial. A educação passa a ser vista como fator importante para o desenvolvimento. Decretação das leis Orgânicas de Ensino e criação do SENAI e SENAC;

1947-1961: Lei 4.024 – Diretrizes e bases da educação nacional. Normalidade democrática, nacionalismo e populismo, crescimento das indústrias.

Em 1934 Vargas nomeou Capanema ministro da Educação e da Saúde Pública. Este permaneceu no cargo durante 11 anos, até o final do Estado Novo (1945). É importante ressaltar que o Ministério da Educação e Saúde Pública foi criado por Getúlio Vargas e é curioso notar que criou-se apenas um ministério para tratar da educação e da saúde, pois são duas áreas bem distintas.

Romanelli (1983) estabelece que, em 1942, por iniciativa do ministro Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino. Essas reformas, nem todas realizadas sob o Estado Novo, tomaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, abrangeram os ramos primário e secundário, e foram complementadas por outras, decretadas entre os anos de 1942 e 1946:

- Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- Decreto-lei n.4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI (Serviço nacional de aprendizagem industrial);
- Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- Decreto-lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;

Após a queda de Vargas e durante o governo provisório, respondendo pela presidência da República, José Linhares e pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, Raul Leitão da Cunha, foram baixados os seguintes decretos-leis:

- a) Decreto-lei n. 8.529, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- b) Decreto-lei n.8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- c) Decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o SENAC (Serviço nacional de aprendizagem Comercial).
- d) Decreto-lei n.9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola. (ROMANELLI,1983).

O ensino primário foi reformado após a queda de Getúlio Vargas com o decreto-lei nº. 8.529, promulgado em dois de janeiro de 1946. Até então, o ensino primário não havia recebido nenhuma atenção do governo central, já que esse sistema de ensino estava ligado à administração dos estados, sujeitos às condições destes para legislar e inovar. Essa era uma tradição desde 1834. Cada estado cuidava do seu ensino primário, mas a falta de diretrizes centrais criava uma desorganização completa no sistema.

Em 1946, o governo cria o decreto-lei, chamado Lei Orgânica do Ensino Primário. Esta apareceu num momento de crise política de substituição do Estado Novo por um regime de volta à normalidade democrática. Para Romanelli (1983), o ensino secundário deveria proporcionar ao aluno cultura geral e humanística, alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista, proporcionar condições para o ingresso no ensino superior e possibilitar a formação de lideranças.

O ensino secundário continuou a ter dois ciclos: o ginásial, com 4 anos de duração, e o colegial, com 3 anos de duração. Este passou a ser dividido em dois ciclos paralelos: Clássico (voltado para alunos que iriam para o ensino superior) e Científico, lembrando que os alunos poderiam escolher entre os dois para cursar.

No currículo, nenhum dos dois cursos tinha caráter de especialização. A cultura geral e humanística era muito presente nos currículos, mesmo no científico. O currículo era bem parecido nos diferentes níveis. Na verdade, o objetivo desse ensino era a preparação para o ingresso no ensino superior. Nessa época, ocorreu, paulatinamente, uma forte pressão das camadas médias e populares para que a escola abrisse suas portas, já que essas classes viam o ensino secundário como uma forma de ascensão social ou então de acrescentar prestígio ao seu status.

Com isso, o governo criou um mecanismo capaz de formar individualidades condutoras, fundamentado numa ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista. Havia até educação militar para os meninos nos estabelecimentos de ensino secundário, com diretrizes pedagógicas fixadas pelo Ministério da Guerra. A lei mantinha também o rigoroso calendário de provas e exames, como na Reforma Francisco Campos.

O decreto-lei 4.244 sem o ensino secundário reafirmava a educação religiosa facultativa e a educação das mulheres deveria se dar em instituições próprias para isso. O Manifesto dos Pioneiros já fazia reivindicações contrárias a isso. Apesar de algumas deficiências, a reforma de Capanema representou a definição completa e acabada do ensino secundário com um tipo específico de ensino, perfeitamente caracterizado por seus objetivos, seu currículo e sua organização geral. As Leis Orgânicas que estruturaram o ensino técnico-profissional começaram a ser promulgadas em 1942 e foram decretadas da seguinte forma:

- 30 de janeiro de 1942: organizava o ensino industrial;
- 28 de dezembro de 1943: lei orgânica do ensino comercial;
- 20 de agosto de 1946: Lei orgânica do ensino agrícola (ROMANELLI, 1983).

O período republicano representou o período em que as escolas normais mais cresceram. Eram 540 espalhadas pelo país. Não havia diretrizes do governo para estas escolas, pois o ensino normal era da responsabilidade dos estados. Também no dia dois de janeiro de 1946 foi promulgada a Lei Orgânica do Ensino Normal. Esta centralizou as diretrizes e fixou normas de implantação desse ensino para todo o Brasil.

Além dessas escolas, foram criados Institutos de Educação que passaram a funcionar com os cursos citados acima, acrescidos de jardim de infância, escola primária, cursos de professor primário e habilitação de administradores escolares.

Alguns autores apontam algumas falhas nas reformas do ensino feita por Gustavo Capanema. Para Saviani (2008)

“Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculava estreitamente cada ramo ou tipo de ensino às profissões e ofícios requeridos pela organização social” (SAVIANI, 2008, p. 269).

O maior problema da reforma feita por Gustavo Capanema foi de prosseguir com o afastamento das camadas populares do ensino superior, uma vez que as camadas médias e superiores procuravam o ensino secundário para ganhar prestígio, a expansão do ensino secundário atingiu diretamente estas camadas que posteriormente ingressariam no ensino superior. Restando para as camadas populares as escolas primárias e de ensino profissional.

Após a criação do SENAI (1942) e do SENAC (1946), o sistema de ensino oficial passou a se preocupar mais com os cursos de formação, enquanto o SENAI e o SENAC tratavam mais dos cursos rápidos de aprendizagem. A maioria dos alunos do SENAI e SENAC tinha urgência de preparar-se para um ofício. Eles precisavam trabalhar mais cedo, e por isso não podiam frequentar escolas do sistema oficial. Além destes, havia alunos que já estavam empregados e necessitavam de qualificação para o trabalho. É importante lembrar que no SENAI e SENAC os alunos eram pagos para estudar e isso era uma grande vantagem para a população pobre. Dessa forma, o SENAI e o SENAC tornaram-se escolas das camadas populares e o ensino secundário e superior continuou a ser um ensino para a elite. Portanto, a dualidade de ensino fazia com que as camadas mais baixas não estudassem nas faculdades e universidades, deixando-as para a elite.

Durante o Estado Novo (1937-1945), a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942 com as Reformas Capanema, sob o nome de Leis Orgânicas do Ensino. Foram esses os decretos-lei:

- Decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que organizou o ensino industrial;
- Decreto-lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que instituiu o SENAI;
- Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos;

- Decreto-lei n.6.141, de 28 de dezembro de 1943, que reformou o ensino comercial.

Em 1946, já no fim do Estado Novo e durante o Governo Provisório, a Lei Orgânica do Ensino Primário organizou esse nível de ensino com diretrizes gerais, que continuou a ser de responsabilidade dos estados; organizou o ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado a adolescentes a partir dos 13 anos e adultos; a legislação de ensino organizou também o ensino normal e o ensino agrícola e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC. Nesse momento o Ministério da Educação estava a cargo de Raul Leitão da Cunha. Foram esses os Decretos-lei:

- Decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário a nível nacional;
- Decreto-lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino normal;
- Decretos-lei n 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que criaram o SENAC;
- Decreto-lei n. 9.613 de 20 de agosto de 1946, que organizou o ensino agrícola.

Em 1945, com a denominada redemocratização do país, sob a presidência do general Eurico Gaspar Dutra, eleito no final daquele ano, e com o Ministro Raul Leitão da Cunha, na área educacional foram retomadas as discussões acerca da democratização do ensino, da igualdade de oportunidades. Em 1946, como resultado desse processo, uma nova Constituição (BRASIL, 1946) foi promulgada.

O Art. 5º, inciso XV, alínea da Constituição estabelecia como competência da União legislar sobre as diretrizes e bases da educação. Em 1948, um anteprojeto para estas diretrizes foi enviado à Câmara Federal. Com o Decreto-Lei n. 8.558/46, é criado no quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde o cargo de Orientador Educacional, atendendo às determinações do Decreto-Lei n. 4.244/42, Lei Orgânica do Ensino Secundário. Esta legislação criou o cargo de Orientador Educacional, profissional a ser formado no curso de Pedagogia.

A partir da década de 1940, segundo Warde (1993), observou-se a necessidade de ampliação dos espaços de atuação do pedagogo. Além disso, o pedagogo não tinha exclusividade para lecionar nas Escolas Normais dado que o Decreto Lei n. 8.530/46, Lei Orgânica do Curso Normal, definia que todo graduado poderia exercer o magistério no Curso Normal. Baseado na pergunta: se o pedagogo podia ser mestre dos mestres da escola normal,

por que não poderia ser professor primário? Uma das decorrências desse movimento de ampliação de espaços foi a permissão ao pedagogo de lecionar no ensino primário e no secundário.

Warde argumenta que “como o mercado de trabalho era relativamente pequeno, nas décadas de 40 e 50 se acrescentaram [essas] duas possibilidades para o pedagogo [...]” (WARDE, 1993, p.134). Conforme a portaria do MEC n. 478/54, os licenciados em Pedagogia além de poderem atuar como docentes nas cadeiras de Educação, adquiriram o direito de lecionar em outras disciplinas do Ensino Médio como, por exemplo, Filosofia, História Geral e do Brasil e Matemática.

Ao final da década de 1950, começa-se a interrogar o modelo universitário e entram em pauta as discussões sobre a formação do magistério, a necessidade de uma lei de diretrizes e bases para a educação nacional e de uma reforma universitária.

Sob a influência desse contexto educacional são fomentadas discussões e debates ideológicos antagônicos e, posteriormente, é homologada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que só se efetiva em 20 de dezembro de 1961 (Lei nº4.024/61).

E é nesse cenário que chegamos à criação do curso de Pedagogia na cidade de Uberaba/MG após 10 anos da criação do mesmo curso no Brasil, bem como se encontram associadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, a FFCL São Tomás de Aquino (FISTA) como primeira no Triângulo Mineiro, como o foi também o Curso de Pedagogia da FISTA, do qual se ocuparão os próximos capítulos.

CAPÍTULO 2

HISTÓRIA E EDUCAÇÃO EM UBERABA

Sobre a história de Uberaba foram consultadas as obras de Mendonça (1974), Pontes (1970), Borges Sampaio (1971), Bilharinho (2006), Rezende (1991), Oliveira (2003), Coutinho (2000) e os periódicos *Correio Católico*, *Lavoura e Comércio* e *Jornal do Triângulo*, não mais existentes. Ao pesquisar sobre a história da cidade desde seus primórdios, o objetivo foi conhecer a sociedade uberabense em seus aspectos político, econômico e cultural. Buscou-se conhecer a fundação das primeiras instituições escolares primária, secundária e superior, sendo este o berço do futuro polo universitário da atualidade.

Do Sertão da Farinha Podre ao Centro de Referência em Educação

Em 1818, segundo Teixeira (2001), no Arraial da Farinha Podre, o sargento-mor providenciou a construção de uma capela, já visando à instalação de uma futura freguesia. O lugar passou a ser conhecido como Arraial de Santo Antônio e São Sebastião da Farinha Podre. O capelão nomeado foi o Pe. Fortunato José de Miranda, que celebrou missas até setembro de 1820, quando entregou o cargo ao vigário da nova freguesia. Naquela mesma época, o sargento-mor, Antônio Eustáquio, abriu um desvio na Estrada de Goiás para que ela passasse por dentro do povoado, seguindo o trajeto das atuais ruas de Uberaba denominadas Vigário Silva, Manoel Borges e Afonso Ratto. Nesse contexto, fazendo com que a estrada passasse por onde os tropeiros podiam comprar provisões e a produção pudesse ser mais facilmente escoada, o sargento-mor criou as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades comerciais no arraial. E, assim, nos anos seguintes, a referida Farinha Podre passou por um rápido processo de urbanização

O Arraial da Farinha Podre, erguido a pouco mais de meia légua da estrada, pôde expandir-se dentro das terras aldeanas ao mesmo tempo em que os fazendeiros foram, pouco a pouco, apossando-se das áreas indígenas. Os primeiros colonos a se fixarem, na extensão, no Sertão da Farinha Podre (denominação da região hoje chamada de Triângulo Mineiro) dedicavam-se basicamente às atividades agropecuárias num modelo produtivo simples e praticamente de subsistência, haja vista as grandes dificuldades em se negociar a produção.

Segundo Pontes (1970), a primeira iniciativa educacional ocorrida dentro do atual município de Uberaba (07/01/1837) deu-se ainda no Arraial da Capelinha, por iniciativa de Dona Eufrásia Gonçalves Pimenta.

“Esta senhora, em 1815, nas cabeceiras do Lageado, fundou em território deste município a primeira escola de instrução primária particular, ensinando a ler, bordar, fazer crivo, rendas e ‘teçumes’ a muitas moças de Uberaba”. (PONTES, 1992, p. 123)

Com toda certeza, a pequena escola feminina funcionou em um humilde casebre marcado pela rusticidade característica do lugar.

A partir da criação da freguesia, em 02 de março de 1820, a denominação Uberaba, cuja significação era águas claras, límpidas e brilhantes, foi pouco a pouco substituindo o antigo nome de Farinha Podre. Após o fim do ciclo do ouro, a pecuária cresceu em importância dentro de Minas Gerais e, nesse novo contexto, o arraial de Uberaba atendia bem aos requisitos buscados pelos pioneiros: grande extensão de terras planas e férteis, muitas aguadas e a proximidade com a Estrada de Goiás, o que facilitava o comércio da produção. A região começava a demonstrar a sua vocação pela pecuária, e a população do pequeno arraial e das zonas rurais próximas crescia rapidamente, graças à chegada dos novos moradores provenientes, em sua grande maioria, de regiões decadentes de Minas Gerais.

A Igreja Católica era conivente com a dominação das terras pelas famílias brancas e sempre ocupou papel privilegiado na estruturação da vida social. A sociedade era influenciada e, muitas vezes, conduzida pela Igreja, visto que era de dentro de seu núcleo que se distinguiam homens letrados e cultos que acabavam, inclusive, ocupando os cargos políticos da época.

Educação Provinciana

A educação uberabense permaneceu totalmente entregue à iniciativa privada até meados da década de 1830 quando, com a promulgação da Lei nº 13, o governo provincial assumiu parte dessa responsabilidade. Com a Lei Geral do Ensino de 1827, que determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas (TORRES, 1962-a), previa-se a colaboração das câmaras municipais na implementação da instrução pública a partir de 1834. Essa medida pretendia dar ao governo o controle de todas as atividades de instrução realizadas na província.

A primeira escola pública provincial de Uberaba foi instalada em 1838, e era de nível primário, destinando-se às crianças do sexo masculino. Relata Pontes (1992) que, no século XIX, a Vila de Santo Antônio de Uberaba contou com os seguintes professores em atividade: Quadro I- Professores de Uberaba (então Vila de Santo Antonio de Uberaba) no século XIX.

Quadro 1: Lista de Professores do Município final do século XIX

PROFESSORES	OBSERVAÇÕES
1- Joaquim Marques Rodrigues	Nomeado pelo governo provincial
2- Luiz Beltrão	
3- Mestre Euzébio	
4- Antônio Vieira Alves da Cunha	
5- Dona Josefa	Esposa de Antônio José Teixeira
6- Francisco José Camargos	Conhecido como Mestre Camargos
7- Guilhermina Cândida de Avelar	1ª Escola Normal de Uberaba -1886
8- Fernando Vaz de Melo	Colégio Cuiabá ou Colégio Vaz de Melo (Primeira escola de instrução secundária de Uberaba criada em 1854)
9- Dr. Henrique Raimundo	Fundador do Colégio Des Genettes
10- Manuel Garcia da Rosa Terra	Conhecida como <i>Escola do Professor Terra</i> .
11- César Ribeiro	Primeiro <i>Liceu Uberabense</i>
12- Joaquim Antônio Gomes da Silva Júnior	Fundou o <i>Colégio Piedade</i>
13- frei Germano D'Annecy	
14 Manoel Nicácio da Silva Sobrinho	Fundaram o <i>Colégio Uberabense</i>
15-João José Frederico Ludovice	
16- Martinho B. de Moura	<i>Escola estadual</i> para alunos do sexo masculino
17- Maria Luiza do Valle Rezende	<i>Colégio Fidelidade</i> -destinada à instrução primária e secundária de meninas
18- Maria Amélia de Mello Franco	Fundou o <i>Collegio Santa Clara</i> em outubro de 1881
19- Honório Guimarães	
20- Antônio Joaquim Pinto da Fonseca	<i>Colégio Maria Isabel</i> , escola para meninas
21- Maria Isabel Coutinho da Fonseca	
22- Salvina Umbellina Barra	Fundou uma escola primária mista denominada Externato Salvina

Fonte: Riccioppo (2007).

Educação para a formação de mão-de-obra

A partir de meados do século XIX, com o crescimento das atividades econômicas urbanas que passaram a exigir uma mão-de-obra cada vez mais qualificada, a educação escolar cresceu em importância. Como consequência, a nascente classe dominante uberabense forçou a abertura de novas escolas e a ampliação dos níveis de ensino primário e secundário. Além disso, essa elite econômica emergente formada, principalmente, por comerciantes, fazendeiros, juizes e padres, clamava por uma vida cultural mais intensa, o que fez surgir na cidade, nas décadas seguintes, um teatro, associações literárias, jornais e algumas bibliotecas

de uso público.

Um fato relevante para a educação local aconteceu em 1853, pois, naquele ano, segundo relata Teixeira (2001), foi criada, por meio de uma portaria em 6 de maio, a primeira escola pública para o sexo feminino. Uma instrução escolar elementar fornecida por mestres com uma qualificação mínima bastava para atender à demanda da época.

Somente no último quarto do século XIX, quando se intensificou o processo de urbanização de Uberaba, é que a sociedade local passou a exigir uma escola com professores dotados de eminentes conhecimentos pedagógicos e capazes de derramar a instrução sobre a população ignorante.

Assim como acontecia em outras partes do Brasil, as últimas duas décadas do século XIX foram marcadas por fatos de grande relevância para a educação uberabense. Dentre elas, destaca-se, em 1881, a criação pelo governo provincial da primeira Escola Normal de Uberaba, que iniciou suas atividades em julho de 1881. A partir dela foi dado início à formação de professores em Uberaba e, nos anos posteriores, com a formatura das primeiras turmas, crescia a oferta de mão-de-obra docente regularmente habilitada na cidade. Assim, em substituição aos antigos mestres (na grande maioria leigos), surgia uma nova categoria de professores, profissionais, agora formados pela Escola Normal. O período foi marcado pela fundação de várias escolas primárias e secundárias, além das primeiras iniciativas de ensino superior ocorridas no município já na década de 1890 (PONTES, 1992).

Uberaba no Século XX

No período de 1881 a 1905, a educação primária e secundária de Uberaba foi marcada por um considerável número de iniciativas, na maior parte das vezes efêmeras e geralmente encabeçadas por particulares.

E foi num contexto de prosperidade e de transformações em sua história que Uberaba entra na República. Já no final do século XIX, os capitalistas passaram a aplicar seus lucros na pecuária, atividade econômica que demandava pequena mão de obra e envolvia poucos riscos. Nas mãos de uma abastada burguesia rural, a bovinocultura uberabense cresce enormemente no cenário regional, estendendo como referência para o país.

Continuavam a chegar à cidade muitos imigrantes – principalmente italianos, espanhóis, portugueses e sírio-libaneses –, fazendo mudar o panorama urbano de Uberaba: inúmeros estabelecimentos comerciais e muitas indústrias familiares foram abertos naquele período (Bilharinho, 2006). Pode-se constatar o processo de branqueamento da população

urbana de Uberaba, ocorrido a partir das últimas décadas do século XIX e intensificado no início do século XX, uma decorrência da fixação de um grande número de imigrantes europeus na cidade que, em relacionamento com a população local, fez predominar a raça branca no município.

Os negócios envolvendo animais puro-sangue vinham fazendo a fortuna de muitos fazendeiros locais. Restava, porém, o empecilho causado pelos altos preços praticados pelos comerciantes do Rio de Janeiro, únicos importadores de gado no Brasil. Para reduzir o preço pago pelas matrizes bovinas, nasceu a ideia de importar o gado zebu diretamente da Índia, eliminando os atravessadores fluminenses. No início do século XX, organizaram-se as primeiras caravanas uberabenses para trazer da Índia o gado zebu. Na verdade, segundo Mendonça (1974), o primeiro fazendeiro da região a viajar para a Índia foi o Cel. Teófilo de Godói, de Araguari, no ano de 1906, trazendo uma carga de bovinos que vendeu em Uberaba e Araguari. Naquele mesmo ano, o engenheiro francês Alberto Parton, residente em Uberaba, seguiu para a Índia enviado pelos coronéis Teófilo Rodrigues da Cunha e Geraldino Rodrigues da Cunha e trouxe uma leva de zebus na primeira expedição genuinamente uberabense. Novas viagens à Índia ocorreram nos anos posteriores.

Emergia, assim, uma poderosa classe rural em Uberaba: a dos coronéis zebuzeiros. Desde as primeiras décadas do século XX, os grandes criadores de gado zebu de Uberaba, membros máximos da oligarquia rural, ficaram conhecidos pela população local como zebuzeiros. Como quase todos eles possuíam patentes da Guarda Nacional, cunhou-se o termo coronel zebuzeiro (MENDONÇA, 1974).

Panorama Educacional da Cidade de Uberaba

No período vivido pelo setor educacional uberabense, iniciado em princípios da década de 1880 – com a inauguração da *Escola Normal* oficial (1881) –, e que terminou com o fechamento da mesma escola em 1905, a cidade passou a contar contava apenas com o estabelecimento de formação de professores mantido pelo Colégio Nossa Senhora das Dores⁵, escola Normal particular de orientação católica.

Mas é importante lembrar a fase áurea pela qual passou Uberaba a partir 1889, quando a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, seguindo o rastro dos cafezais, vinha estendendo

5-O Colégio Nossa Senhora das Dores surgiu em Uberaba, em 1885. Foi iniciativa das irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário Monteils, originárias da França que motivadas pela vocação missionária religiosa e pelos convites insistentes do Bispo de Goiás, se estabeleceram em Uberaba.

sua rede pelo território paulista e, no dia 23 de abril de 1889, com a presença do Conde D'Eu, marido da Princesa Izabel, era festivamente inaugurado o novo trecho da estrada de ferro que chegava a Uberaba (SAMPAIO, 1971).

A chegada da ferrovia foi o fator determinante para o início de uma nova era de prosperidade para a cidade de Uberaba, que por quase sete anos (de 1889 até 1895), foi o ponto final da estrada de ferro. O intercâmbio comercial com São Paulo foi grandemente facilitado e muitos imigrantes estrangeiros, em busca de um local promissor onde pudessem estabelecer-se, acabaram aportando em Uberaba. Os imigrantes tiveram como destino preferido a zona urbana, onde passaram a exercer ocupações diversas nas áreas de serviços, construção civil, educação e na incipiente indústria local. Os novos habitantes, frequentemente mais alfabetizados do que a classe brasileira inferior, trouxeram habilidades manuais e técnicas, que raramente se encontravam na localidade (PONTES, 1970).

Em 1909, durante a administração do agente executivo municipal, Dr. Philippe Aché, e seguindo os planos determinados pela reforma do ensino mineiro implementada por João Pinheiro, foi inaugurado o 1º Grupo Escolar de Uberaba⁶. Posteriormente, por um decreto do dia 04/10/1927, no governo do Presidente Antônio Carlos, essa escola teve o nome modificado para Grupo Escolar Brasil (LAVOURA E COMÉRCIO, 1927), e permanece em atividade com a mesma denominação até os dias de hoje na Praça Comendador Quintino. Foi grande a afluência de alunos, e logo no primeiro ano de funcionamento o Grupo já contava com mais de 600 crianças matriculadas.

No início de 1914, foi criado pelos irmãos Maristas, proprietários do Colégio Diocesano, o Externato Nossa Senhora de Lourdes, escola totalmente gratuita. Já no final de 1914, do total de 480 alunos das instituições maristas de Uberaba, 120 eram mantidos gratuitamente no externato (LAVOURA E COMÉRCIO, 1914). Assim, com a carência de vagas nas escolas públicas, parte das crianças carentes da cidade recebia a educação primária nas instituições de ensino católicas subvencionadas pelo governo (Colégio Diocesano e Colégio Nossa Senhora das Dores), o que minimizava o problema, embora ainda fosse muito grande o número de crianças fora das escolas, realidade comum em todo o país,

Nas primeiras duas décadas do século XX, conforme ressalta Riccioppo (2007), os

6 Situado na praça Comendador Quintino, o Grupo Escolar Brasil foi construído por iniciativa do Presidente da Câmara e Agente Executivo, Dr. Felipe Aché, com auxílio da Câmara Municipal e do Inspetor Técnico de Ensino, Sr. Ernesto de Melo Brandão. Sua pedra fundamental foi lançada em 13 de setembro de 1908, sendo inaugurado em 03 de outubro de 1909. Passou por reformas em 1932, depois de ter sido ocupado pelas forças policiais, nos anos revolucionários, e, em 1944. Em 1968, quando a edificação foi aterrada, o pátio interno sofreu algumas modificações e as tábuas do piso foram retiradas. O jardim da praça, com seus tanques, coreto e árvores foi também construído por iniciativa do Dr. Felipe Aché" (IEPHA, 1987).

lucros provenientes dos negócios envolvendo o gado zebu propiciavam o enriquecimento de algumas famílias uberabenses. A riqueza trouxe a sofisticação dos hábitos e o comércio local passou a revender produtos vindos diretamente da Europa. Lojas luxuosas para os padrões da época como as joalherias de Manoel Terra e de Umberto Adamo, além da loja Notre Dame de Paris, de Francesco Riccioppo, atendiam aos caprichos da elite local.

A prosperidade, porém, era para poucos. No início da década de 1920, Uberaba já era uma cidade cuja economia dependia grandemente da pecuária zebuína. O comércio, outrora a base econômica do município, sustentava-se, desde a drástica perda dos mercados goiano e mato-grossense, com o pequeno mercado local. Com o capital nas mãos da poderosa elite zebuzeira, desinteressada das atividades econômico-comerciais urbanas, Uberaba apresentava um quadro econômico que se poderia chamar de ruralização do capital, algo parecido com o que se verificava nas regiões cafeeiras, onde o capital se acumulava nas mãos dos barões do café. Na verdade, tratava-se de um fenômeno comum durante a Primeira República (RICCIOPPO, 2007).

Num período em que a influência dos setores conservadores da sociedade uberabense, interessados na manutenção de seu *status quo*, foi marcante e esmagadora, quaisquer iniciativas econômicas ou educacionais que não se alinhassem com o ideário dominante eram sumariamente barradas. Com isso, a cidade adentrou em um marasmo econômico em que apenas as atividades diretamente relacionadas à pecuária zebuína tinham possibilidades reais de prosperar. As demais iniciativas sofriam com a falta de incentivo e de capital que as alavancassem. Complementando esse panorama cinzento, o país penetrava em tempos turbulentos, repletos de conflitos ideológicos que acabariam por envolver a Princesa do Sertão (RICCIOPPO, 2007).

Educação e as Escolas Privadas

A população total atingira, em 1924, o patamar de 61.326 habitantes (LAVOURA E COMÉRCIO, 1924). Em 1926, o município contava com 18 escolas primárias mantidas pela Câmara e distribuídas pela cidade (4 escolas na sede do município), pelas sedes dos distritos (Campo Formoso, Conceição das Alagoas, etc.) e pela zona rural (LAVOURA E COMÉRCIO, 1925).

O ensino secundário era fornecido unicamente por instituições particulares, o que, de forma indireta, limitava a escolarização das classes populares no nível primário. Dada a incapacidade do poder público para atender à demanda pela educação primária - muita

demanda e pouca vaga, secundária e profissional, coube à iniciativa privada ocupar esse espaço.

Estabelecimentos de Educação Secundária Privadas no Século XX em Uberaba, MG

Quadro II- Relação de estabelecimentos de educação secundarias privadas

<i>Colégio Nossa Senhora das Dores</i>	1885
<i>Colégio Marista Diocesano</i>	1903
Francisco de Mello Fundou o <i>Colégio São Sebastião</i>	1919 a 1923
Augusta de Andrade Costa fundou o Colégio Santa Therezinha	1925
<i>Escola Técnica de Comércio José Bonifácio</i> , destinada à formação de profissionais de contabilidade	03/11/1926
<i>Colégio Souza Novaes</i> fundado pelo jornalista, poeta e educador Alceu Novaes	1928-1958
<i>Ginásio São Luís de Gonzaga</i>	1934 a 1935

Fonte: Riccioppo(2007)

O ensino secundário no século XX, em Uberaba era ofertado unicamente por instituições particulares, o que por si já afunilava o acesso da camada mais empobrecida economicamente a esse nível de ensino.

Em julho de 1929, o número total de alunos matriculados nas escolas do município de Uberaba era de 5.810 (4.945 no nível primário, 654 no nível secundário e 211 no nível superior), sendo que, deste total, 5.209 alunos eram frequentes. A cidade de Uberaba respondia pelo maior número de estudantes matriculados (4.692), enquanto a zona rural e os distritos, que concentravam a maioria da população do município, somavam juntos 1.118 alunos matriculados. A baixa escolaridade da população, principalmente da zona rural, é também corroborada por outro índice: apenas 13,2% dos alunos que se matriculavam no curso primário conseguiam chegar ao ensino secundário ou profissionalizante (RICCIOPPO, 2007).

Em 04 de setembro de 1927, por meio de um decreto, foi criado pelo governo mineiro o segundo grupo escolar de Uberaba: o Grupo Escolar Minas Gerais que, no entanto, só foi inaugurado em 1944, portanto 17 anos após a sua criação. O fato é que, apesar de ter suas obras concluídas ainda no início da década de 1930, o prédio do segundo grupo escolar de Uberaba, assim como aconteceu com o prédio do Liceu e Artes e Ofícios, permaneceu ocupado por alguns anos pelo 4º Batalhão de Caçadores Mineiros (RICCIOPPO, 2007).

No ano de 1929, as escolas municipais abrigavam 1.285 alunos. Essas crianças

distribuíam-se nas 27 escolas mantidas pelo município, sendo que muitas possuíam menos de 30 alunos. Em 1931, dois anos depois, com a reforma implementada por Guilherme Ferreira⁷, a Prefeitura já mantinha em funcionamento 28 escolas que atendiam a 2.600 crianças. Em 1932, as escolas municipais elevavam-se a 42, contando com 52 professores e 3.684 alunos matriculados, revelando um expressivo crescimento (186,7% no número de alunos matriculados) em relação a 1929 (LAVOURA E COMÉRCIO, 1933).

Em 1933, foi fechada a Escola de Topografia de Uberaba e, em 1934, o Seminário Maior de São José foi transferido para Belo Horizonte. A Escola de Farmácia e Odontologia de Uberaba finalizou suas atividades em 1936. (LAVOURA E COMÉRCIO, 1936). A última turma formada pela 2ª Escola Normal oficial de Uberaba concluiu seus estudos no final de 1937.

O rápido crescimento na oferta do ensino primário à população ocorrido em Uberaba e em muitas outras localidades do país após a chegada de Vargas ao poder, antes de significar uma real universalização da educação escolar, como pretendiam os intelectuais revolucionários, pareceu mais uma adequação às exigências reformistas do novo modelo econômico que começava a instaurar-se no país após o fim da República Velha.

Como veremos nos quadros III e IV, a sociedade uberabense revelava, em estatística do ano 1934, uma crescente complexidade e mostrava um número considerável de profissionais de nível superior residentes na cidade, o que demonstrava o interesse da população uberabense e dos imigrantes e seus descendentes em investir na educação superior local.

Quadro III- Estatística realizada pela Prefeitura de Uberaba no ano de 1934.

NÚMERO DE HABITANTES	29.523
NACIONALIDADE BRASILEIRA	27.769
NACIONALIDADE ESTRANGEIRA	1.554
HABITANTES DA ÁREA RURAL	1750

Dados da Prefeitura local, divulgados no jornal Lavoura e Comércio- 02/07/1934

Quadro IV- Levantamento de Profissionais Liberais no município de Uberaba-1934

ENGENHEIROS	10
MÉDICOS	23
ADVOGADOS	13

⁷ Guilherme Ferreira- foi prefeito de Uberaba de 1930 a 1935.

FARMACÊUTICOS	30
PROFESSORES	138
DENTISTAS	41

Fonte: Lavoura e Comércio, 02/07/1934.

Durante o Estado Novo, Uberaba passou por um período de realização de grandes obras de infraestrutura. Importante melhoria nos serviços públicos urbanos ocorreu em 1937, durante o governo municipal de Menelick de Carvalho, quando uma concorrência pública contratou as empresas responsáveis pela execução das redes de água e esgoto da cidade (LAVOURA E COMÉRCIO, 1937) - antes disso, a cidade era servida por redes de água mantidas por empresas particulares. As obras foram concluídas e inauguradas no governo seguinte, de Wady José Nassif⁸.

No governo de Nassif foi executada também a obra da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim, no rio Araguari, que passou a abastecer a cidade com abundante energia elétrica, em contraste com o irregular abastecimento anterior feito a partir da velha usina do rio Uberaba (MENDONÇA, 1974).

Mas se, por um lado, a cidade ganhava ares mais civilizados, por outro, mantinha ainda a mesma estrutura social consolidada nas décadas anteriores. Apesar do fortalecimento político do operariado, chamado para governar pelo governo populista de Vargas, o panorama sócio-econômico-cultural de Uberaba mostrava, ao final da década de 1930, forte influência dos setores conservadores e a concentração do poder político e econômico nas mãos de algumas famílias ligadas à exploração da pecuária zebuína, com destaque para a poderosa família Rodrigues da Cunha⁹ (RICCIOPPO, 2007).

Na década de 1940, houve significativo aumento da população urbana em relação a rural, motivada pelo projeto de desenvolvimento da industrialização nacional e sua interiorização pelo país. Idealizado por Getúlio Vargas como Marcha para o oeste, o Triângulo Mineiro foi contemplado com uma das bases de apoio conhecida como operação Roncador-Xingu¹⁰, quando teve início grandes obras de construção de aeroportos, rodovias, hospitais, escolas, curtumes, etc. Os caminhões e automóveis substituíram os carros de bois, inserindo o sertão no processo de modernização nacional, (VILHAS-BÔAS,1995).

Essa transição de uma sociedade agrária e rural para uma sociedade urbana trouxe, conseqüentemente, implicações na educação. De acordo com recenseamento geral realizado

⁸- Wady José Nassif foi prefeito de Uberaba entre 1937 a 1942, exerceu outros cargos políticos sendo deputado estadual por 2 legislaturas de 1947 a 1955.

⁹ Família Rodrigues da Cunha é historicamente uma família proeminente em terras de Uberaba/MG, com expoentes na política, agropecuária e comércio da região do Triângulo Mineiro.

¹⁰-A Expedição Roncador-Xingu foi uma parte do processo de interiorização do Brasil, a **Marcha para o Oeste**, criada em 1943 pelo governo de Getúlio Vargas.

em 1950, a população de Uberaba era de 69.434 habitantes dos quais 26.128 não sabiam ler nem escrever.

Podemos afirmar que, ao contrário do que vinha acontecendo em outros centros regionais do sudeste brasileiro, onde as antigas oligarquias rurais vinham sendo paulatinamente substituídas por governos apoiados pela emergente burguesia urbana, o processo ocorrido em Uberaba, mesmo após o final da República Velha, tomou um caminho peculiar. Por um lado, com a capitalização advinda da comercialização do gado de elite, o poder dos coronéis rurais expandiu-se ainda mais, enquanto, por outro lado, com a estagnação das atividades comerciais e industriais, a burguesia urbana perdeu poder político e econômico. A influência dos coronéis zebuzeiros prolongou-se até as portas do século XXI.

Educação Superior no Brasil Central

No final do século XIX, iniciou-se também a trajetória do ensino superior em Uberaba. Em agosto de 1895, começava a funcionar o Instituto Zootécnico de Uberaba, instituição de ensino voltada para a formação de engenheiros agrônomos. No ano seguinte, o Seminário de Santa Cruz iniciava as suas atividades. Embora ambas as instituições de ensino tenham sido efêmeras, trouxeram grande contribuição para a sociedade local. Com relação ao ensino superior uberabense, observamos outro fato interessante:

Enquanto no país, como um todo, esse nível de ensino surgiu tardiamente, através de pequeno número de instituições isoladas e de caráter utilitarista ou elitista, em Uberaba ele apareceu de forma prematura, com a criação do Instituto Zootécnico, quando não havia ainda, na cidade, uma base econômico-social que o pudesse sustentar. Sua duração efêmera foi decorrência da má vontade estatal em subsidiar a manutenção de uma escola superior de agricultura, com professores catedráticos de renome internacional, em uma cidadezinha com cerca de 7.000 habitantes perdida no sertão ocidental de Minas Gerais (RICCIOPPO, 2007, p. 126)

Outra singularidade acerca da primeira instituição de ensino superior uberabense, o Instituto Zootécnico, era uma escola gratuita e mantida pelo Estado, não sendo, portanto, o que se poderia classificar como uma escola de elite, embora seja oportuno lembrar que, conforme comentou-se no primeiro capítulo deste trabalho, o verdadeiro filtro para o acesso ao ensino superior era feito por ocasião da entrada no ensino secundário ou propedêutico. Além disso, embora sua criação tenha tido características eminentemente utilitaristas, o processo formativo ocorrido naquela instituição transcendeu, em muito, o que se poderia esperar, se tomarmos por base sua duração efêmera, sua infraestrutura física modesta e seu inadequado aparelhamento técnico.

Figura 1



Prédio do Instituto Zootécnico de Uberaba Fonte: Lavoura e Comércio (06/07/1926)

A Escola de Farmácia foi fundada em 1926 e fechada em 1936 e de Odontologia em Uberaba em 1947, comenta Riccioppo (2007), assim como a Faculdade de Direito, em 1951, a ela ligada, tiveram também a relevância de terem sido as pioneiras quanto à implantação na cidade de um modelo empresarial de gestão do ensino superior. Mesmo fechadas em virtude de supostas irregularidades administrativas e também em função dos interesses de alguns setores da sociedade regional que defendiam o acesso à educação superior, aquele bem-sucedido modelo de organização universitária serviu de exemplo para iniciativas futuras, como a que deu origem à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FAFI).

E é no ano de 1944 que um grupo de intelectuais civis e do clero - Padre Juvenal Arduini¹¹ e Armênio Cruz, com o apoio de Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, Bispo da Diocese, unem-se para pensar uma Faculdade de Formação de Professores. O Instituto Superior de Cultura, sendo a semente da futura Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras São Tomás de Aquino, inaugurada no ano de 1949, para registrar o início do Curso de Pedagogia no Município de Uberaba, objeto de nosso estudo.

Em 1947, o governo federal autorizou Mário Palmério¹² a abrir a Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro, que passou a funcionar no prédio do Colégio Triângulo Mineiro, também pertencente a Palmério. Em menos de dez anos, o célebre educador

¹¹Renomado professor e autor de vários livros, Arduini lecionou Filosofia Geral, Antropologia Filosófica e Lógica na *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FAFI)*, fundada no ano de 1949 e fechada em 1981. Na FAFI, ministrando aulas nos cursos de Licenciatura, Juvenal Arduini foi um dos mais respeitados formadores de professores de Uberaba.

¹²Mário de Ascensão Palmério (Monte Carmelo, 1 de março de 1916 - Uberaba, 24 de setembro de 1996) foi professor, educador político e romancista brasileiro. Responsável pelo incremento da educação uberabense, notadamente do ensino superior através da Universidade de Uberaba (UNIUBE).

conseguiu abrir outros dois cursos: a Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro em 1951 e a Escola de Engenharia do Triângulo Mineiro em 1956.

Na década de 1950, a cidade tornou-se um centro na área de conhecimento da Medicina. Residia aqui uma quantidade significativa de médicos, a maioria graduada no Rio de Janeiro. Em 1927, eles criaram uma Sociedade Médica que, a partir de 1947, participou ativamente da realização dos Congressos Médicos no Triângulo Mineiro e em outras regiões no Estado de Goiás. Foi durante as discussões realizadas nesses congressos e nas reuniões da Sociedade de Medicina, que reunia médicos das diversas áreas, que surgiram as primeiras ideias sobre a possível criação de uma Faculdade de Medicina em Uberaba, conforme pode ser observado em notícia da imprensa por ocasião de discurso proferido pelo Dr. Abgar Renault, Secretário Estadual de Educação:

(...) O Dr. José de Paiva Abreu indaga do conferencista sobre a possibilidade de se fundar uma Universidade em Uberaba. Ao que o professor Abgar redarguiu ser perfeitamente viável tal fundação visto possuir a cidade o núcleo universitário, a Faculdade de Filosofia... aproveitando a deixa do Dr. Abreu, o Dr. Sabino Vieira solicitou ao Sr. Secretário de Educação que fosse lançador da ideia da Universidade de Uberaba (...) (LAVOURA E COMÉRCIO, 1950).

A existência de escolas de ensino superior em uma cidade do interior do Estado demonstra a importância que a cidade adquiria no cenário regional, especialmente pela articulação política junto aos diferentes níveis do poder público. Era impossível criar uma instituição de ensino superior do nível exigido por um curso de Medicina, sem a existência de recursos humanos e materiais disponíveis. Foi, portanto, uma tentativa das lideranças locais de atrelar o desenvolvimento socioeconômico de Uberaba às questões relativas ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural que caracterizavam o período.

Em 1947, o governo federal autorizou o funcionamento da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Era o primeiro passo para a transformação de Uberaba em cidade universitária. Palmério também contribuiu para a fundação e a instalação da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro da cidade referência em ensino superior. Ele então construiu a Campus Aeroporto em terreno de área superior a 300 mil metros quadrados, as Faculdades Integradas de Uberaba (Fiube).



Fonte. Acervo da UFTM

Sede da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro onde era a antiga penitenciária de Uberaba.

Em meados de 1955, apenas 10 cidades em Minas Gerais ofereciam ensino superior, Uberaba figurava entre elas, contando com cinco Faculdades, entre elas, destacava-se a que é objeto desta pesquisa, no que concerne à formação de professores e ao estabelecimento do primeiro curso de Pedagogia no município. É o que se pode confirmar por essa publicação de 1955 por parte da CAPES (Campanha Nacional de Pessoal de Ensino Superior, hoje denominada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pesssoal de nível superior):

Quadro V - Estabelecimentos de Ensino Superior em 1955 – Rio de Janeiro-Publicação nº04 - Março de 1955

INSTITUIÇÕES	CURSOS	LOCAIS
Universidade de Minas Gerais (UMG)	Escola de Arquitetura	Belo Horizonte
	Faculdade de Ciências Econômicas	Belo Horizonte
	Faculdade de Direito	Belo Horizonte
	Escola de Enfermagem	Belo Horizonte
	Escola de Engenharia	Belo Horizonte
	Escola de Filosofia	Belo Horizonte
	Faculdade de Medicina	Belo Horizonte
	Conservatório Mineiro de Música	Belo Horizonte
	Faculdade de Odontologia e Farmácia	Belo Horizonte
Universidade Rural de Minas Gerais	Escola Superior de Medicina Veterinária	Belo Horizonte
	Escola Superior de Agricultura do Estado	Belo Horizonte
Universidade do Brasil	Escola Nacional de Minas e Metalurgia	Ouro Preto
Universidade Católica de Minas Gerais (a ser)	Faculdade Mineira de Direito	Belo Horizonte
	Escola de Educação Física de	Belo Horizonte

instalada)	Minas Gerais	
	Escola de Enfermagem Hugo Wenerck	Belo Horizonte
	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria	Belo Horizonte
	Faculdades de Ciências Médicas	Belo Horizonte
	Faculdade do Serviço Social de Minas Gerais	Belo Horizonte
Estabelecimentos Isolados	Faculdade de Ciências Sociais de Minas Gerais	Belo Horizonte
	Escola de saúde Pública	Belo Horizonte
	Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas	Alfenas
	Faculdade de Odontologia de Diamantina	Diamantina
	Instituto Eletrônico de Itajubá	Itajubá
	Faculdade de Ciências Econômicas de Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Faculdade de Direito de Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Escola de Enfermagem Ermantina Beraldo	Juiz de Fora
	Escola de Engenharia de Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Escola de Farmácia e Odontologia de Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Faculdade de Filosofia e Letras de Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Faculdade de Medicina de Juiz de Fora	Juiz de Fora
	Escola de Agricultura de Lavras	Lavras
	Faculdade de Farmácia e Odontologia de Leopoldina	Leopoldina
	Faculdade de Farmácia de Ouro Preto	Ouro Preto
Estabelecimentos Isolados	Faculdade da Arquidiocese de Filosofia (a ser instalada)	Ouro Preto
	Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras	São João Del Rei
	Faculdade de Direito do Triângulo Mineiro	Uberaba
	Faculdade de Enfermagem Frei Eugênio	Uberaba
	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino	Uberaba
	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro	Uberaba
	Faculdade de Odontologia do triângulo Mineiro	Uberaba

Fonte: CAPES, 1955

Assim, em Uberaba existiam cinco instituições de ensino superior, entre elas, a FISTA, constituída em 1949, da qual a Curso de Pedagogia é uma de suas expressões a partir de 1952, o que será objeto do capítulo três. Fica evidente a potência da cidade de Uberaba no que se refere a educação, sendo uma referência para a região do triângulo mineiro e além, sendo que as décadas de 1940 e 1950 são marcos nesse desenvolvimento.

CAPÍTULO 3

GÊNESE DO CURSO DE PEDAGOGIA NO MUNICÍPIO DE UBERABA E A RELAÇÃO COM O CATOLICISMO

Catolicismo e Educação

Para a interpretação da história da criação do primeiro curso de Pedagogia em Uberaba, o foco primordial dessa pesquisa, não é possível separar a educação da influência da Igreja Católica no município. Com o crescimento do povoado, a presença da Igreja Católica foi se ampliando. O padre passou a residir permanentemente na comunidade, e a presença à missa era obrigatória; a ausência dos moradores deveria ser justificada ao sacerdote. Isso ocorria, porque o catolicismo era a religião oficial do Estado português, e que com a constituição do Império do Brasil, de 1824, tal diretriz se manteve.

A atividade social confundia-se com o cotidiano religioso, e ser católico, à época colonial e imperial, da nascente República, significava prestígio e poder. Apesar do controle da instituição religiosa, a elite¹³ buscou conquistar sua autonomia, dirigindo as Câmaras Municipais, que à época, representavam a sede local do Poder legislativo. A Igreja Católica foi fundamental para controlar não só as mentalidades dos colonos, mas também como sustentáculo do poder, que era atrelado ao do Estado.

A presença da Igreja Católica consolidou-se em todos os momentos cotidianos da população, sendo responsável pela emissão de certidões de nascimentos, casamentos e óbitos. Além das missas, a instituição proporcionava momentos de lazer, como as festas religiosas, quermesses, procissões e novenas.

Todas as tentativas privadas ou governamentais de criação de escolas na localidade foram efêmeras e com duração restrita. Em contraponto a essa situação, as escolas criadas e mantidas pela Igreja Católica tiveram sobrevida, bem como foram determinantes na história da educação local e regional.

Desta forma, para a interpretação da história do Curso de Pedagogia em Uberaba, necessariamente temos que relembrar a história da vinda das Dominicanas para essa região, e também a colaboração dos Irmãos Maristas, juntamente com o clero local, que pensaram a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino/FIFA em 1949. A influência da educação católica com raízes francesas esteve presente na formação da elite uberabense.

¹³ Elites agrárias mineiras, paulistas e cariocas marcam esse período da História do Brasil marcado pelo domínio político das oligarquias cafeeiras. O Brasil firmou-se como um país exportador de café, e a indústria deu um significativo salto.

A luta da Igreja Católica pela hegemonia na educação gerou um episódio marcante na história da cidade (BILHARINHO, 2006), que exemplifica essa hegemonia quando da tentativa de implantação de um educandário no município. O Colégio Metodista Granbery, por se tratar de um estabelecimento protestante, gerou uma intensa campanha contra a instalação do referido estabelecimento de ensino, promovida por um grupo de católicos convocados pelo clero. Sobre esse embate entre católicos e protestantes na busca da hegemonia, Bilharinho (2006) argumenta que o agente executivo (antiga denominação cabível, parcialmente ao Prefeito) Leopoldino de Oliveira, atendendo ao abaixo-assinado da população, encaminhou em 1924, ao Poder Legislativo, a proposta do Colégio Granbery, para a instalação de um ginásio, de uma escola normal e de um patronato agrícola, com capacidade para 300 alunos que estudariam gratuitamente. A aprovação da Lei Municipal nº. 492, de setembro de 1924, gerou tanta reação dos católicos, liderados pelo médico João Teixeira Álvares, pai de Pedro Ludovico, ex Governador de Goiás, que a lei foi revogada. Esse médico monarquista e católico fervoroso foi o fundador da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Uberaba e do Círculo Católico, no qual se promoviam solenidades e conferências para divulgar e defender a doutrina católica, e refutar o comunismo e outros credos, tais como o protestantismo e o espiritismo.

Sobre o episódio, Resende (1991) comenta que foi o conservadorismo de uma sociedade que, nesse período, já se apoiava economicamente numa atividade pastoril que impediu o educandário protestante de se instalar na cidade. O que ocorreu, nesse episódio, foi a luta para manter a posição hegemônica no contexto educacional, que a Igreja Católica possuía até então, e não estava disposta a perder para os protestantes.

Devido à falta de ensino público para a democratização da educação, comumente as moças filhas de fazendeiros e comerciantes abastados estudavam em escolas particulares confessionais católicas, nas quais também aprendiam regras de boas maneiras e prendas domésticas, em escolas dominicanas de origem francesa, como o Colégio Nossa Senhora das Dores de Uberaba, fundado em 1885. E para os rapazes, a opção era o Colégio Marista Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, instituído em 1903. Essas escolas confessionais centenárias representam um padrão de significativa qualidade na educação uberabense, bem como também demonstram a relação entre a religião católica e as elites.

Vinda das Primeiras Irmãs Dominicanas para Uberaba, MG

Em pesquisa no museu do Colégio Nossa Senhora das Dores, encontrou-se um texto construído por ocasião da comemoração de 100 anos do Colégio Nossa Senhora das Dores, do qual se transcreveram as informações, salientando não haver citação da autoria do mesmo no material encontrado, o qual relata que em um projeto apresentado, em 1888, pelo Padre Cormier à Madre Dosithee, Superiora Geral da Congregação, cogitava associar no Brasil as Irmãs Dominicanas de Bora a trabalho dos Frades Dominicanos da Província de Tolosa. O projeto, segundo relata Santos (2006) em sua dissertação, defendida na UFU em Uberlândia-MG, as Dominicanas, de um lado, vinham ao encontro do aconselhamento do próprio Papa Pio X, que exortava as Congregações a fundarem núcleos fora da França para escapar à perseguição laicizante, por outro lado, respondia ao ardor missionário das religiosas dispostas a trocar o berço natal pelas regiões desconhecidas do Brasil.

Os Dominicanos da Província de Tolosa já haviam aberto o caminho das missões em solo brasileiro, desde 1880, e tanto eles como D. Cláudio Gonçalves Ponce de Leão Bispo de Goiás e do Triângulo Mineiro chamavam com insistência as Irmãs para ajudá-los em seu projeto apostólico. A cidade de Uberaba, no Triângulo Mineiro, foi escolhida para acolher as primeiras missionárias: Madre Maria José, designada para presidir os trabalhos da fundação, e suas companheiras Irmã Maria Otávia, Irmã Maria Eleonora, Irmã Maria Hildegarda, Irmã Maria Juliana e Irmã Maria Reginalda.

Transcrevendo o texto apresentado na comemoração dos 100 anos, uma publicação das irmãs sem registrar a autoria do mesmo, conta ele a história da vinda das Dominicanas, que fixaram a data da partida para o mês de maio de 1885. Convinha, porém, que algumas, entre as novas missionárias, conhecessem um pouco a língua do país que viriam evangelizar. Por isso, antes da partida para o Brasil, Madre Maria José, Maria Reginalda e Irmã Maria Eleonora aportaram em Lisboa, alí permanecendo por três meses, hospedadas no Convento Dominicano de Benfca. Aos 5 de maio de 1885, as outras três Irmãs designadas para a Missão, e que ainda se encontravam em Bor, vieram juntar-se às que estavam em Lisboa. Acompanhadas da Madre Geral, elas embarcaram no porto de Bordeaux. As seis missionárias corajosamente enfrentaram então o vasto oceano.

Após uma travessia um tanto penosa (diz o texto encontrado no Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores), chegaram, enfim, no Rio de Janeiro a 23 de maio, recebidas carinhosamente pelas Irmãs de São Vicente de Paulo, ao Rio; depois, viajaram para São Paulo. Alí encontraram as Irmãs de São José de Chambery, que as acolheram.

De São Paulo, vieram de trem para Ribeirão Preto, onde as esperava o dominicano, Frei Vicente Lacoste, superior do Convento de Uberaba. Este empenhou-se em arranjar um carro com cinco juntas de bois para transportá-las até a cidade de Uberaba.

Foi uma viagem de muitos dias, bastante cansativa, mas marcada pela atenção, simpatia e respeito dos fazendeiros, que as acolheram para os pernoites. Durante todo esse tempo, Frei Vicente as acompanhou a cavalo. No dia 14 de junho de 1885, as Irmãs pararam a alguns quilômetros da cidade de Uberaba, na chácara das Toldas, de propriedade da família Barcelos, onde receberam uma hospitalidade cordial e generosa.

No dia seguinte, 15 de junho, às 16 horas, as seis missionárias fizeram sua entrada na cidade, em companhia de várias famílias que tinham ido ao seu encontro. Para recebê-las, fez-se presente D. Cláudio Gonçalves Ponce de Leão, vindo de Goiás, a cavalo, numa viagem que durou vinte dias. Toda a população uberabense ali estava para uma recepção solene, festiva e prazerosa. As Irmãs instalaram-se, provisoriamente, numa casa próxima à antiga Santa Casa de Misericórdia, enquanto se faziam nesta, as adaptações necessárias para o Convento e o Colégio.

Em 26 de outubro de 1885, sob a proteção de Nossa Senhora das Dores, cuja imagem fora encontrada na primeira moradia das Irmãs, o colégio abriu suas portas numa sala da Santa Casa de Misericórdia, possibilitando às Irmãs dedicarem-se, ao lado da educação, os cuidados aos enfermos. Fato significativo, porque se reproduzia, em Uberaba, o compromisso que as Dominicanas tinham desde sua fundação com o binômio: saúde e educação.

Neste início do ano letivo, apenas seis alunas apresentaram-se: duas internas e quatro externas. A mentalidade da época levava a população a duvidar da permanência daquelas religiosas estrangeiras, todavia, com testemunho de abnegação e de adesão à Deus e aos irmãos, elas conseguiram derrubar esses preconceitos.

Anos depois, uma centena de alunas beneficiava-se da zelosa e sábia orientação das irmãs. O crescimento progressivo da matrícula exigiu um reforço para o corpo docente. Este reforço veio num segundo grupo de Irmãs francesas: Irmã Beatriz, Irmã Imelda, irmã Estefânia, Irmã Elisabeth e Irmã Verônica. Com a inauguração do prédio do Colégio, em 1895, as Irmãs deixaram a Santa Casa e passaram a residir no Colégio. Contudo, algumas delas, qualificadas para a enfermagem, continuaram a prestar serviços junto aos enfermos. Desde sua fundação as Irmãs cumpriam seus compromissos morais e religiosos.

Pelos padrões conservadores da época, percebe-se que a educação mantinha a hierarquia entre os sexos para não romper com os bons costumes e a ordem existente, reproduzindo os mesmos valores tradicionais. O currículo da escola que atendia as meninas

era diferenciado das escolas masculinas, levando às mulheres aulas de religião, canto, música, culinária, economia doméstica, costura, etiqueta e similares, que reforçavam as qualidades femininas, e produziam mulheres prendadas para um bom matrimônio, conferindo a reprodução das estruturas da sociedade conservadora (RICCIOPO, 2006).

A primeira escola particular uberabense de vida duradoura foi fundada em 15 de junho de 1885 pelas Irmãs Dominicanas e passou a chamar-se Colégio Nossa Senhora das Dores, uma escola confessional destinada a alunas do sexo feminino. Em interessante anúncio publicitário, divulgado no início do primeiro ano letivo, as Irmãs Dominicanas procuravam expor a proposta educativa da nova escola. Transcreve-se, abaixo, parte do anúncio:

Tem por fim este Collegio a formação de boas mães de família, e de criadas ou servas que possuão vantajosamente substituir as escravas. Receberá pois o Collegio meninas das famílias as escravas. Receberá pois o Collegio meninas das famílias ricas, orphãs e ingênuas no internato e no externato, em divisões bem distinctas. Objecto de uma solícita e sempre maternal vigilância as educandas estarão constantemente sob as vistas de suas mestras, presidindo estas a seus trabalhos, escoláticos, manuaes, como ás suas refeições, recreios etc. As professoras querendo dar á suas alumnas uma educação esmerada e completa, terão particular cuidado de infundir-lhes o espírito de ordem e de economia tão necessário a uma senhora, seja qual fôr sua condição na sociedade. (GAZETA DE UBERABA, 1886, p.3).

Segundo Teixeira (2002), a afirmativa contida no anúncio (de que o colégio tinha por objetivo a formação de boas mães de família, e de criadas ou servas que pudessem vantajosamente substituir as escravas) deixa clara a função subalterna que a sociedade da época relegava à mulher. Embora essa frase possa chocar um observador do século XXI, principalmente se considerarmos que ela foi proveniente de uma instituição de ensino ligada à Igreja Católica, deve-se levar em conta que, naquela época, a sociedade uberabense era profundamente excludente, construída e dominada por homens.

Em outro ponto do anúncio, a direção do Colégio N. S. Dores apresenta como eram cobrados os seus serviços e mostra também como se dava a sua ação assistencialista:

A pensão é de 25\$000 mensaes pagos por trimestres adiantados; havendo redução de meia pensão para o caso de serem admittidas três irmãs, mas unicamente para a terceira; e uma quarta irmã só pagará a terça parte da pensão. Pelas orphãs e ingênuas, receberá o Collegio 2\$000 mensais, quando algum parente ou protector quizer favorecer alguma menina. Neste caso o Collegio fornecerá as roupas necessárias, como á meninas pobres. As externas pagarão 5\$000 mensaes. Far-se-há alguma batimento em favor daquellas meninas menos favorecidas da fortuna. Não se faz desconto algum por férias, nem por qualquer outro tempo que as meninas passarem fora do Collegio. (GAZETA DE UBERABA, 1886, p. 3)

Figura 3.



Quando se inaugurou o prédio do Colégio Nossa Senhora das Dores, 1885.
 Fonte: <http://www.uberabaemfotos.com.br>-2016.

Pelo anúncio, percebe-se que, por ocasião de sua criação, o colégio cobrava mensalidades de todas as suas alunas, embora concedendo descontos àquelas menos favorecidas da fortuna. Entretanto, como costumava acontecer com a maior parte das escolas mantidas pela Igreja Católica, pouco tempo após a sua fundação, o governo passou a subvencionar os estudos de certo número de alunas pobres, principalmente órfãs, através da concessão de uma ajuda financeira, regularmente paga à escola dominicana (MUNIZ, 2003).

Segundo Muniz (2003), ao mesmo tempo, o Colégio Nossa Senhora das Dores recebia também algumas meninas órfãs que eram criadas em regime de orfanato, a expensas da própria congregação dominicana. Era costume que essas alunas amparadas recebessem uma educação limitada às primeiras letras e ao aprendizado de serviços domésticos, dando em troca

Uma exaustiva jornada de trabalho, que incluía a execução de uma série de atividades complementares – limpeza, produção de alimentos, preparação da comida, reforma dos livros, decoração das dependências da escola – essenciais ao funcionamento da instituição (MUNIZ, 2003, p.194)

A prática de utilização da mão-de-obra das alunas carentes na execução de serviços diversos continuou por grande parte do século XX, conforme relata Mendonça (2007),

historiador de Uberaba (MG), falando a respeito de sua mãe, Amélia da Cruz, por algum tempo bolsista daquele colégio.

As Irmãs Dominicanas procuraram implantar uma concepção de formação de professores pautada no sólido embasamento teórico, capaz de imprimir, em suas ações, características diferenciais que a distinguiu de outras instituições (SANTOS, 2006).

Segundo nos informa Ricciopo (2006) que, apesar de o novo colégio ter sido, logo de início, muito bem recebido pela elite uberabense que desejava educar suas filhas dentro da moral católica, a incursão das Irmãs Dominicanas francesas no setor educacional não agradava a muitos professores regularmente habilitados, que se sentiam prejudicados pela concorrência das religiosas francesas. A queixa desses professores concentrava-se no fato de que as freiras dominicanas mal conheciam a língua portuguesa e as particularidades brasileiras e, ainda assim, recebiam subvenção governamental, ao contrário das demais pequenas escolas particulares. Esse descontentamento pode ser percebido na seguinte ocorrência: no dia 26/11/1886, durante uma reunião da Congregação da Escola Normal Oficial,

[...] o professor Miranda Chaves propoz que se representasse ao Conselho Director da Instrucção Pública no sentido de serem obrigados a exames de habilitação perante as Escolas Normaes os professores e professoras das escolas particulares subvencionadas. Essa proposta, que contém idéia justa e ainda não lembrada tem por fim evitar que pessoas que nunca abriram grammatica portuguesa, nem sabem 'pitada' de nossa língua, venham ensinar portuguez aos nossos filhos e filhas, gozando da subvenção do governo, como acontece entre nós, com o ensino subvencionado do Collegio das freiras dominicanas. Sua representação feita vingar, teremos occasião de assistir ao hilariante espetaculo do fiasco que perante o illustrado magisterio da nossa Eschola e do publico vão dar as freiras dominicanas com toda a sua 'sapiencia infusa (GAZETA DE UBERABA, 1888, p. 2).

Entretanto, apesar dos protestos da concorrência, o colégio cresceu rapidamente. Por quase 11 anos, a escola funcionou no prédio da Santa Casa, no Largo da Misericórdia. Em 1893, iniciaram-se os trabalhos de construção da nova sede, também no Largo da Misericórdia, os quais foram concluídos no fim do ano de 1895. Em 22/02/1896, as Irmãs Dominicanas passaram a ocupar o novo prédio, oferecendo os ensinos primário e secundário, em regime de internato e externato. Na década de 1890 e início do século XX, a frequência anual de alunas variou de 250 a 300 alunas, a maior parte delas não pagantes (ALMANACH UBERABENSE, 1903).

Independentemente da forma como os estudos das alunas carentes eram custeados, são inegáveis os benefícios dessa iniciativa. Numa época em que as meninas oriundas das camadas mais pobres da população encontravam dificuldades até para conseguir uma vaga

nas salas parelhadas cadeiras femininas de instrução pública, a possibilidade de frequentar uma escola de qualidade, com estrutura física e humana invejável para a época, como era o caso do Colégio Nossa Senhora das Dores, representou um enorme ganho para as alunas beneficiadas e, porque não dizer, para toda a comunidade local (RICCIOPO, 2006).

Registraram-se nos anexos, ilustrações de reportagens nos jornais locais, em diferentes épocas que demonstram a importância da educação dominicana no Colégio Nossa Senhora das Dores ao longo de mais de um centenário de história.

A Prática Pedagógica dos Irmãos Maristas e a Influência na Educação Uberabense

Em 1893, segundo Coutinho (2000) o bispo da diocese de Goiás, Dom Eduardo Duarte Silva¹⁴, preocupado com a educação e a catequese em sua vasta diocese, estando na França, onde fora para tratamento de saúde, foi, por sugestão de um padre Dominicano que o acompanhava, o Visitador da Ordem no Brasil, até Saint Genis-Laval, sede administrativa da Congregação dos Irmãos Maristas, solicitar ao Irmão Teofanio então no exercício do cargo de Superior Geral, uma equipe de religiosos professores para sua diocese.

Essa foi a primeira vez que os Irmãos Maristas foram convidados para virem ao Brasil, segundo está registrado às páginas 146 e 147, do volume 12 das Crônicas do Instituto Marista. Na ocasião, porém, os Superiores não puderam atender ao pedido de Dom Eduardo, alegando falta absoluta de pessoal, embora o pensamento de enviar Irmãos para o Brasil fosse visto com simpatia. A mesma resposta recebeu Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, bispo de São Paulo (mais tarde primeiro Cardeal do Brasil) a um pedido semelhante, feito em 1º de setembro de 1894. Dom Eduardo não desistiu e, em princípios de 1895, voltou a insistir junto ao Irmão Teofanio que, mais uma vez, não pôde atendê-lo, embora fosse seu desejo (COUTINHO, 2000).

Em 7 de março de 1896, foi a vez de Dom Silvério Gomes Pimenta, bispo auxiliar da Diocese de Mariana, MG, procurar pelo Irmão Superior Geral, a quem levou uma carta de recomendação do Secretário de Estado do Papa Leão XIII, Cardeal Rampolla, reforçando o pedido de Irmãos professores para trabalhar em sua diocese, no Brasil.

¹⁴ Dom Eduardo Duarte da Silva- (1852-1924) foi um bispo católico brasileiro. Foi o décimo-primeiro bispo de Goiás e o primeiro bispo de Uberaba. É patrono da cadeira 8 da Academia Catarinense de Letras.

Continua registrando Coutinho (2000) que diante de tantos e repetidos pedidos de Bispos brasileiros, o Irmão Teofanio e os membros de seu Conselho Geral viram que era necessário atender ao Brasil.

Uma equipe de seis Irmãos foi preparada e, em 25 de setembro de 1897, embarcaram para o Brasil, chegando, em 15 de outubro, a Baía da Guanabara-RJ e, em 18 de outubro, a Congonhas do Campo-MG, primeiro campo de trabalho dos Irmãos Maristas em terras brasileiras.

Em 24 de setembro de 1901, relata Coutinho (2000) que chegou ao Brasil o Irmão Adorator, com a responsabilidade de ser o Superior dos Irmãos e Visitador da Obra Marista brasileira. Com esse Irmão, os trabalhos se consolidaram. Trouxera consigo outros Irmãos, com os quais novas frentes de trabalho foram iniciadas. Não era possível aos Irmãos de Congonhas cuidar de outros serviços além dos que já tinham em seu colégio, Por isso, os Superiores designaram um Irmão Visitador, para cuidar da instalação de outras fundações.

Atendendo convite do Vigário de Franca, SP, Irmão Adorator abriu uma Escola Paroquial nessa cidade, a partir de 4 de março de 1902. Foi durante sua viagem para fundar a obra marista de Franca que o Irmão Adorator, em companhia do Irmão Mario Amâncio, esteve em Uberaba, onde se encontrou com Dom Eduardo.

No dia 27 de janeiro de 1902, os Irmãos Maristas puseram os pés, pela primeira vez, na Princesa do Sertão. Em 19 de dezembro de 1902, acompanhados do Ir. Adorator, chegaram os cinco primeiros Irmãos professores, por cuja vinda tanto se empenhara Dom Eduardo Duarte Silva nos últimos 10 anos.

Conta Coutinho (2000) que depois de alguns dias hospedados no Convento dos Padres Dominicanos, receberam, de Dom Eduardo, o prédio, mobiliário e terreno do Colégio Diocesano do Sagrado Coração de Jesus, para onde se mudaram imediatamente. Feitas as adaptações necessárias, no dia 3 de fevereiro de 1903, as aulas foram iniciadas com 24 alunos internos, 8 semi-internos e 54 externos, sendo 50 do curso secundário e 36 do primário. Muitos desses alunos eram do Colégio São Luiz de Itu, SP, no ano anterior, o único colégio importante que existia no interior do Brasil, até então. Aos poucos, foram chegando mais alunos, do Triângulo Mineiro, Goiás, Mato Grosso e norte do Estado de São Paulo.

A Preocupação Católica com a Educação

A extinção da escravatura e a oligarquia cafeeira dominando a política e o Estado se tornando laico eram situações vivenciadas no fim do período monárquico A religião católica

deixa de ser juridicamente a religião oficial, as ideias positivistas aliadas ao discurso liberal são introduzidas no país, tornando inclusive lema da recém-criada bandeira nacional. O voto não era mais baseado na renda do eleitor, mas ainda se restringia o voto do analfabeto. Assim a educação escolar era medida do poder da elite dominante e excludente daqueles que não tinham acesso à escola, tratados como incapazes para votar e escolher seus candidatos.

As camadas populares não tinham acesso à educação visto que o país ainda vivenciava uma grande carência de professores e de escolas. O Estado republicano não possuía estratégias e muito menos vontade política para ampliar a educação às camadas populares. Somente as capitais dos Estados e grandes cidades desfrutavam desse recurso. Isso fez com que alguns padres e bispos da Igreja Católica tomassem a iniciativa de criar escolas que pudessem atender inúmeras crianças, adolescentes e jovens por todo o Brasil.

A Igreja também aqui se estabelecera, relata Coutinho (2000), como se dava desde os tempos do Império, a presença do bispo Dom Eduardo foi de importância capital para que os Irmãos Maristas pudessem estabelecer-se na cidade, assumindo a direção de uma escola criada pelo prelado, donde se origina o seu nome *Ginásio Diocesano*. A transferência dos Irmãos da cidade de Congonhas do Campo para Uberaba ocorreu sem nenhum conflito entre Igreja e Estado, permanecendo, limitado aos entendimentos entre o bispo uberabense e o representante do Instituto religioso, mas com o incentivo da população.

Tal unidade que se firmava entre a vivência da fé católica e a prática dos deveres de cidadão, a partir dos anos de frequência aos bancos escolares, apresentou-se como o que havia de mais adequado àquelas famílias, que para oferecer uma educação de tal qualidade a seus filhos enviava-os para centros maiores. A questão disciplinar, numa Instituição educativa que via espaço e tempo escolares como sagrados, era de suma importância.

Essas escolas confessionais centenárias representam um padrão de qualidade na educação uberabense, e também demonstram a relação entre a religião católica e as elites. No fundo, o aluno, ao obedecer a seu mestre, seguiu a própria vontade divina em relação à sua vida, pois na visão do fundador do Instituto o que estava em jogo, afinal, era conduzir os alunos rumo à vida virtuosa, merecedora do céu; o que se procurava, em outros termos, era colaborar na própria salvação eterna do educando, esta era em última análise a filosofia educacional posta (COUTINHO, 2000).

Percebe-se claramente a questão de gênero. Preparavam-se os rapazes para ocuparem posições de prestígio na sociedade. O Colégio Diocesano constituía-se ponte para o curso superior na cidade grande. Aos homens de boas famílias, para serem doutores, políticos e homens de negócios, estavam reservados os cursos de Medicina, Direito e Engenharia no Rio

de Janeiro, então a capital federal, enquanto para as mulheres reservava-se o espaço do lar, aguardando o matrimônio (LOPES, 2002).

Diante das necessidades de se criar uma escola para a educação refinada dos meninos das classes privilegiadas economicamente, em 1903, os Irmãos Maristas fundaram o Colégio Marista Diocesano do Sagrado Coração de Jesus de Uberaba. Este Colégio confessional, fundado no início do século XX, foi uma das primeiras escolas construídas na região.

Em Mendonça (1974) encontramos essa confirmação:

A mocidade do Triângulo Mineiro, de Goiás, do norte e do oeste de São Paulo e de Mato Grosso educava-se no Colégio Diocesano. Milhares de rapazes, muitos dos quais ocupam, hoje, as posições mais elevadas em todos os setores da atividade, da inteligência e do trabalho no Brasil Central, formaram, no querido colégio, sua cultura e seu caráter e [...] dignifica a civilização brasileira (MENDONÇA, 1974, p. 107).

Mesmo as mulheres tendo acesso à educação, a hierarquia de gênero permanecia. Os colégios particulares católicos mantiveram sua hegemonia em Uberaba por vários anos. Somente após a reforma educacional mineira, realizada no final dos anos de 1920, durante o governo de Antônio Carlos de Andrada, do Partido Republicano Mineiro, é que cresceu o papel do Estado na oferta do ensino (LOPES, 2002).

Uberaba Investindo na Educação ou na Hegemonia?

Com o desenvolvimento de Uberaba e a carência de escolas na cidade, os problemas também se avolumaram no que concerne à abertura de novas escolas, pois a elite percebeu sua importância na formação da classe dirigente em vista dos destinos do Município, como se pode observar neste fragmento da imprensa da época:

Aos nossos representantes eleitos agora compete a continuação da obra democrática iniciada. Em nosso nome, eles levantarão as paredes, erguerão a cúpula, e o grande edifício irá se construindo. Nós do povo, lhes ofereceremos esse lema: encurtar as distâncias na terra e alargar os horizontes da inteligência. Estradas e Escolas. Eis, a nosso ver, as pedras angulares, as colunas que sustentarão o edifício que ireis construir. (CORREIO CATÓLICO, 1945)

Até então a maior cidade do Triângulo, Uberaba tinha de construir novas escolas para fomentar o desenvolvimento da cidade. Assim, Rezende (1991), relata que os filhos de famílias abastadas estudavam em colégios do Rio e São Paulo, a exemplo dos colégios Sacre Coeur de Marie, Sione Sagrado Coração, principalmente após a instalação dos trilhos da Ferrovia Mogiana em Uberaba.

Embora se considere que a atividade agropecuária produz uma sociedade mais conservadora e menos preocupada com as questões culturais, a educação continuou progredindo na cidade, até porque a elite precisava educar seus filhos; além disso, o próprio desenvolvimento da cidade também demandava a expansão do número de escolas.

Em meados do século XX foi que surgiu uma instituição de ensino superior para a formação de professores, para atender à necessidade de uma escola para preparar seus educadores.

Fafi/Fista – Instituição de Ensino Superior para a Formação de Professores em Uberaba no Período de 1940 a 1980

A semente da primeira Faculdade em Uberaba, preocupada com a formação de professores, lançada pelos representantes da Igreja Católica, quando da fundação do Instituto Superior de Cultura, frutificou na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino (FAFI).

No início, sem prédio próprio para abrigar a faculdade, as aulas eram ministradas todos os dias úteis, separadamente pela manhã, das 7 às 10 horas, para os estudantes masculinos, no Colégio Diocesano. E no período vespertino, das 17 horas às 20 horas, no Colégio Nossa Senhora das Dores para as alunas.

Por ocasião da fundação, informa-nos Coutinho (2000), foi proposto que os Irmãos Maristas assumissem a direção, mas eles não aceitaram, embora prometessem colaborar com as Irmãs Dominicanas que dirigiram a instituição por muitos anos, prestando grande benefício para a cidade e região. Com a criação da Faculdade de Filosofia, o número de universitários da Congregação dos Irmãos Maristas que vinham estudar na Faculdade aumentou.

Ao longo de sua caminhada, o educandário de ensino superior dominicano consolidou-se como referência na formação de professores para atender à demanda dos colégios particulares e públicos da região.

A organização dos papéis para a submissão da FISTA ao Ministério da Educação e da Saúde foi toda elaborada pelas Irmãs Dominicanas e em particular, a Irmã Loreto teve papel importante neste trabalho. A faculdade é então fundada, em 1948, e passa a funcionar em 1949, quando a referida Irmã lecionou por três anos. Em 1952, conseguiu uma bolsa para a Sorbonne (Universidade de Paris), foi à França realizar o doutorado, patrocinada pelo

professor Francis Ruellan¹⁵ e com apresentações de Hilgard Stenberg¹⁶ e Pierre Deffontaines¹⁷. A escolha da França como destino para a realização do doutorado deu-se por afinidade com a língua e pela influência de alguns professores franceses que lecionavam no Rio de Janeiro. Um exemplo é o professor Ruellan, que foi, inclusive, quem orientou Loreto em sua tese.



Figura 4. Irmã Maria do Loreto – foi a primeira professora religiosa da instituição FISTA, primeira professora de Geografia do ensino superior da região do Triângulo Mineiro, doutora em Geomorfologia pela Universidade de Sorbonne (1918-2015).

A FISTA foi a instituição de nível superior pioneira na formação de professores de Uberaba. Só tempos depois da fundação da referida faculdade é que foram surgindo instituições congêneres na região. A faculdade polarizava alunos de vários estados do Brasil, o que lhe atribuiu referência nacional.

Em 07 de março de 1949, dia de Santo Tomás de Aquino, houve a aula inaugural, proferida por Dom Alexandre Gonçalves do Amaral e Alceu Amoroso Lima¹⁸ para os 23 alunos matriculados, amigos e Irmãs. E, no dia seguinte, as aulas regulares tiveram início para os cursos de Filosofia, Geografia, História e Letras. O jornal Correio Católico (1949)

¹⁵-Francis Ruellan–participou da criação dos primeiros cursos de geografia universitária no Brasil, em 1934 na Universidade de São Paulo, e em 1935, na Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), nos quais surgiram pelo esforço de geógrafos trazidos da França, foi contratado com a principal finalidade de treinar os geógrafos nas técnicas de trabalhos de campo.

¹⁶-Hilgard Stenberg-Membro da Academia Brasileira de Ciências e membro da associação americana para o avanço da ciência, Stenberg também recebeu a honra mais alta do Brasil, a ordem nacional do mérito, em 1956. Em 1998, recebeu a Grã-Cruz da ordem nacional do mérito científico do governo do Brasil por suas contribuições para o desenvolvimento científico do país.

¹⁷-Pierre Deffontaines (1894-1978) foi um geógrafo francês. Começou seu contato com o Brasil na década de 1930, quando fundou a cadeira de geografia da Universidade de São Paulo em 1935. Foi ele, também, quem começou a dar aula na igreja de São Francisco do Sul para crianças com surdez

¹⁸**Alceu Amoroso Lima** (1893 –1983) foi um crítico literário, professor, pensador, escritor e líder católicobrasileiro. Foi Conde Romano, pela Santa Sé. Adotou o pseudônimo de **Tristão de Ataíde**.

publicou: “Festivamente inaugurada a Faculdade de Filosofia com o objetivo de formar e aperfeiçoar a inteligência humana, dentro das normas sadias dos princípios cristãos sob a inspiração da Igreja Católica” (CORREIO CATÓLICO, 1949). Nesse sentido, o embasamento teórico com expressiva visão humanista era fundamental para o processo de formação de professores, de acordo com os ideais dominicanos.

A FISTA funcionou dessa forma até 1954. Nesse ano, passou a abrigar os alunos e alunas, bem como seus departamentos em um só local, situado à Rua Governador Valadares, onde se encontra hoje o Colégio Rubem Alves, no centro da cidade. Diante das limitações deste prédio, definiu-se pela construção da sede própria, com instalações mais amplas. Em 15 de novembro de 1956, foi lançada a pedra fundamental e as obras iniciaram-se em 1957.

Figura 5



Fonte: acervo do colégio Nossa Senhora das Dores- Aula inaugural em 1961–Madre Ângela, Ir. Virginita, Madre Maria do Sagrado Coração; Dom Alexandre, convidado, Alceu Amoroso Lima, Irmã Maria Rafael (Mesmo fora do recorte temporal, a fotografia registra momento importante da FISTA).

A área de 40 mil m² foi doada à congregação com as concessões de direitos assinados por Augusto Carleto, sua mulher Angelina Barbassa Carleto e por Maria Zago Barbassa. A construção da sede definitiva no Alto São Cristóvão exigiu muito esforço da congregação que sempre “tinha uma resposta de Esperança” (SANTOS, 2006). O jornal, *Lavoura e Comércio*, órgão de divulgação expressiva na cidade e região, trouxe

contribuições à instituição na socialização de detalhes interessantes da construção, o esforço das Irmãs que não contavam com qualquer subvenção oficial:

Disse-nos a Irmã Virginita do Rosário que a nova sede da Faculdade será das mais completas e modernas do país. O bloco arquitetônico será de 04 pavimentos, ocupando extensa área, constante de 40 salas de aulas, sem se contar de salas especiais, laboratórios de química e de física, de psicologia, puericultura, geografia, história, etc. Amplo restaurante, dormitório, salão nobre, sala de assembléias, capela, pensionato e moderna praça de esportes com piscina, quadras de vôlei e basquetebol. [...] Mantém-se a Faculdade com recursos exclusivos de suas taxas e do Colégio Nossa Senhora das Dores (JORNAL LAVOURA E COMÉRCIO, 1954).

O projeto arquitetônico da Faculdade foi considerado o mais moderno e imponente para a época. Sem nenhuma subvenção oficial do governo federal, estadual ou municipal para a instalação da nova sede, as irmãs avançaram no empreendimento de novos rumos.

Figura 6



Fonte: Foto acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores- projeto inicial da sede da FISTA -1956. Projeto inicial do prédio da FISA/FISTA: Em 07 de março de 1961, foi realizada a inauguração do prédio próprio, localizado na Rua Manoel Gonçalves Rezende, 230, Vila São Cristóvão.

Figura 7



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores - Foram 5 anos de construção da sede própria da FISTA

Figura 8



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora das Dores -As irmãs não contaram com subvenções públicas para a construção da sede da FISTA

O Regimento da instituição em seu Artigo n°.57, do Título IV, estabeleceu a competência dos órgãos administrativos, Direção, Congregação e Conselho Técnico-Administrativo, tendo o mandato da Diretoria a duração de três anos. A primeira Diretora foi a Irmã Virginita e o Bispo Dom Alexandre Gonçalves do Amaral seu Presidente de Honra.

A organização didática da Faculdade foi dividida em quatro departamentos: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia. Havia ainda o departamento especial de Didática, visando à boa formação de professores. Como era uma escola confessional católica, no Artigo 9º, inciso 23 de seu Regimento havia a cadeira de Doutrina e Moral Católica.

Os cursos ofertados pela FAFI/FISTA possuíam duração de três anos, exceto o de Didática, que era de um ano. Em todos os cursos de Bacharelado era obrigatória a matrícula na disciplina de Doutrina e Moral Católica para inculcar os valores cristãos, típicos de uma escola confessional (OLIVEIRA, 2003).

O primeiro quadro de professores da FAFI/FISTA era composto de nove profissionais. Nota-se que apenas três professores não eram padres nem religiosos, mas leigos, e que havia somente uma professora.

Primeiro Corpo Docente da Fafi/Fista

Quadro VI – Primeiros professores da FISTA

PROFESSOR	DISCIPLINA
Padre Juvenal Arduini	Introdução à Filosofia e Lógica
Monsenhor João José Perna	Psicologia
Padre Antônio Tomás Fialho	História da Filosofia
Irmã Maria do Loreto (Ruth Gebrin)	Geografia Física e Humana
Mozart Furtado Nunes	Antropologia
José Mendonça	História da Idade Média, História da Antiguidade e Literatura Brasileira
Monsenhor José Almir Marques	Língua e Literatura Latina
Padre Genésio Borges	Língua Grega
Santino Gomes de Matos	Língua Portuguesa

(Fonte: OLIVEIRA, 2003, p. 88) - Dissertação de Sebastião José de Oliveira, 2003 que versou sobre a “Criação e a consolidação da Faculdade de filosofia, ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, MG: uma experiência singular da Congregação Dominicana no Brasil (1948-1961)”. UNIT – Uberlândia-MG.

Ainda que a filosofia da instituição privilegiasse os saberes e a conduta dos professores, prevalecia o pensamento católico na constituição do primeiro corpo docente da FAFI/FISTA. Além disso, enquanto o ensino das séries iniciais era ocupado, em sua maioria pelas professoras, o ensino superior ainda era um universo essencialmente masculino.

Os processos seletivos dos estudantes – concursos de habilitação, os atuais exames vestibulares – eram realizados na segunda quinzena de fevereiro, momento em que também realizavam-se os exames de 2ª época para os alunos que não conseguissem a aprovação no ano letivo.

As avaliações dos alunos consistiam em provas semestrais. Havia trabalhos práticos, arguições, exercícios escolares e, eventualmente, prova final para os que não obtivessem nota igual ou superior a sete. Essa prova final era oral e o aluno era argüido durante 30 minutos.

As provas parciais eram desenvolvidas por escrito, e o assunto era sorteado pelo professor de acordo com o conteúdo ministrado no semestre, sendo julgado por uma banca examinadora. Os alunos com média inferior a cinco eram reprovados. Em conversas informais com de ex-alunos, comentaram que as avaliações eram criteriosas e executadas de forma rigorosa e exigente.

A Faculdade de Filosofia foi crescendo e firmando seus objetivos e princípios humanistas, buscando responder às exigências da comunidade, criando formas de participação consciente através do diálogo, oferecendo aos universitários elementos para uma interpretação amadurecida do mundo, adotando flexibilidade de ensino, através da matrícula por disciplina, dentro do sistema de crédito e dos turnos matutino, vespertino e noturno.

Figura 9



Formandas dos cursos da FISTA.

Fonte: Acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores/1955.

A Faculdade buscou ultrapassar os limites do Triângulo, trazendo alunos de São Paulo, Goiás, Paraná, Rio Grande do Sul e levando cultura através de seus licenciados oferecendo cursos de: Pedagogia; Letras (Língua Portuguesa, Francês e Inglês); História; Geografia; História Natural; Ciências; Biologia; Matemática e Comunicação Social, com habilitação para Jornalismo. (DOMINICANAS DE MONTEILS, 1996- informativo próprio das irmãs).

Os cursos de formação de professores, na FISTA, funcionavam em regime de semi-internato e externato, para ambos os sexos e tinham como objetivo principal a ampliação da área de atuação dos alunos/docentes, com dedicação e eficiência, preparando professores e religiosos para se integrarem às escolas e atuarem na cidade e em diversas regiões do País.

Em 1949, o número de alunos matriculados foi 23; em 1973, eram 1.175. O Arcebispo da cidade, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral, homenageado pelos estudantes através do Diretório Acadêmico, o qual recebeu o seu nome, relatou de forma entusiasta em 1949: “Quem sabe, no futuro, bem poderemos ter a Universidade Católica do Brasil Central, com sede em Uberaba” (OLIVEIRA, 2003, p.86). Era um sonho; esse ideal não se concretizou, porém, o crescimento do número de alunos matriculados na instituição demonstrou o bom trabalho realizado pelo Educandário.

Figura 10



Sala de aula FIFA/FISTA.

Fonte: Acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores, sem registro de data.

Na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino, ofereceram-se no primeiro ano de funcionamento, três cursos: Filosofia, Geografia e História e Letras Clássicas.

O curso de Pedagogia foi ofertado em 1952, formando-se a primeira turma em 1955. Infelizmente, com as mudanças e transferências da FISTA para a FIUBE (hoje UNIUBE), na década de 1980, os registros dos alunos daquela faculdade eram em meio físico e não foram encontrados para alimentar a pesquisa. A busca do histórico dos alunos na Uniube é feita via nome completo do mesmo ou registro acadêmico em sistema digital próprio, e por não termos encontrado os dados das primeiras alunas não foi possível contar com o referido sistema.

Figura 11



Fonte: Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores - Formandas do Curso de Pedagogia 1955

Diante desse entrave à pesquisa, detectou-se a fotografia (Figura 1) que relaciona, no quadro de formandos, o curso de Pedagogia no ano de 1955, o que coincide com o marco legal do decreto de criação do Curso de Pedagogia em Uberaba no ano de 1952.

Das turmas seguintes obtiveram-se indícios por algumas fotografias que traziam nomes das alunas ou mesmo, no caso da Professora Zilma Terezinha Bugiato Faria, por indicação de seus familiares, conseguiu-se evidenciar que a mesma foi aluna da turma de formandos de 1958.

Assim, com o uso de poucas fotos e confirmação com o registro de alunos encontrados nos arquivos remanescentes da UNIUBE, que conserva os documentos pessoais dos alunos (inclusive da FISTA, que foi encampada por essa Universidade), conseguiu-se a comprovação do ano de início do curso de Pedagogia no município de Uberaba. É então, em 1952, que Uberaba inicia a história da oferta desse curso para a formação de bacharéis em Pedagogia.

Quadro VII - Grade Curricular do curso de Pedagogia/FISTA

Primeira Série	Segunda Série	Terceira Série
Complementos de Matemática	Estatística Educacional	História da Educação
História da Filosofia	História da Educação	Psicologia Educacional
Sociologia	Fundamentos Sociológicos da Educação	Administração Escolar
Fundamentos Biológicos de Educação	Psicologia Educacional	Educação Comparada
Psicologia Educacional	Administração Escolar	Filosofia da Educação

Fonte Oliveira (2003)

Algumas alunas optavam por fazer a complementação curricular do curso de Didática, com duração de mais um ano.

Quadro VIII - Grade Curricular do Curso de Didática

Didática Geral
Didática Especial
Psicologia Educacional
Administração Escolar
Fundamentos Biológicos da Educação
Fundamentos Sociológicos da Educação

Fonte Oliveira (2003)

Portanto, a primeira turma do curso de Pedagogia foi ofertada à comunidade em 1952 e teve sobrevivida até o início dos anos de 1980 quando a instituição foi incorporada pelas Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), futura Uniube a partir de 1988. Com a medida, a FIUBE incorporou os cursos de Letras, Filosofia, História, Geografia, Estudos Sociais, Ciências (Química, Matemática e Biologia), Pedagogia (Supervisão Escolar, Orientação Educacional, Administração Escolar) e a habilitação em Jornalismo do curso de Comunicação Social.

Figura 12



Biblioteca da FAFI/FISTA

Fonte: Acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores

E assim, paralelamente à criação da FAFI/FISTA, surge em Uberaba a maior instituição particular de ensino superior da cidade, a Universidade de Uberaba, pertencente à família Palmério, que remonta ao ano de 1940, quando Mário Palmério fundou o Liceu do Triângulo Mineiro, com sede, inicialmente, na Rua Manoel Borges. Posteriormente, Palmério transferiu a sede do Colégio Triângulo para a Rua Padre Jerônimo, atual Campus I.

Em 1947, o governo federal autorizou a abertura da Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Posteriormente, mais dois cursos foram implantados: o de Direito, em 1951 e o de Engenharia, em 1956. Em 1976, foi inaugurado o Campus II, na Avenida Nenê Sabino. Começa, assim, a estabelecer-se o embrião do complexo universitário, a partir da integração das faculdades antes isoladas. Assim, em 1972, surgiam as Faculdades Integradas de Uberaba, a FIUBE. Além da integração, nessa mesma década foram implantados novos cursos: Educação Física, Psicologia, Pedagogia, Estudos Sociais e Comunicação Social. O início dos anos de 1980 foi marcado pela obtenção da FISTA pela FIUBE, incorporando os cursos até então oferecidos pelo educandário dominicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após meses de pesquisa, seja bibliográfica, documental ou em campo amalhando respostas às questões que me dediquei a responder, chego ao final do trabalho com um gosto apurado por essa possibilidade que a academia proporciona: pesquisar, ampliar a visão, desmensurar a compreensão.

Ao me propor pesquisar a Fista e o curso de Pedagogia em Uberaba, quis refazer a minha trajetória pessoal de aluna egressa desse curso, que desde 1994 quando me diplomei Pedagoga e supervisora educacional, busquei saber das origens do referido curso no nosso município. Tal procura sempre foi a esperança de que a bibliografia a respeito do contexto de onde emergiu o curso de Pedagogia, na cidade de Uberaba, e os pedagogos iniciais, pudesse embasar sobremaneira os alunos desse curso tão essencial para a formação de profissionais críticos e transformadores da educação. A história da educação brasileira sempre foi a minha disciplina preferida e percebia a lacuna da ausência de bibliografia da história da educação local, notadamente do curso de Pedagogia.

O movimento de descentralização pela via da municipalização da educação brasileira, vivenciada nas últimas décadas do século XX, trás a realidade local para uma lupa do observador próximo, e, portanto, esse deve ser conhecedor profundo dessa realidade. Nasce a preocupação em instrumentalizar com o conhecimento, as gerações de profissionais da educação, que se formam semestralmente em grande número, mas infelizmente sem sustentação crítica do arcabouço histórico de sua profissão, na base mais elementar, ou seja no seu local de inserção e prática na sua comunidade.

Pouco ou quase nada sabia sobre o início da pedagogia como curso superior em Uberaba-MG, apesar de ter me formado nessa cidade e de ser servidora pública da rede municipal de educação. Ao conviver ao longo de 21 anos com algumas gerações de pedagogas formadas antes de mim, fui obtendo algumas poucas informações sobre suas graduações, por quais instituições de ensino passaram, até que registrei que grande número delas eram egressas da FISTA- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino. Esta foi a maior pista para pesquisa: o curso superior de Pedagogia em Uberaba-MG tinha surgido na FISTA!

Muitos questionamentos vieram à tona: Por que o curso de Pedagogia em Uberaba? A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) participava de um projeto Nacional

católico? Era a FISTA uma ilha ou fazia parte desse oceano brasileiro representado pelas FFCL? Quais os determinantes sociais, políticos e econômicos e de ordem institucional assumidos pelas Irmãs Dominicanas à época?

A pesquisa foi difícil no início visto que toda a documentação da FISTA foi transferida de seus arquivos para a UNIUBE que a encampou em 1986. E dentro da UNIUBE começamos uma via sacra para encontrar alguma documentação a respeito do curso de Pedagogia.

Na UNIUBE existe um programa específico de controle de registro de alunos, mas a pesquisa não é feita através do curso ou ano de matrícula, e como não encontrei nenhuma relação de nomes de alunos do curso em estudo, tudo ficou mais complicado. Por sorte encontrei, em pesquisa no Museu do Colégio Nossa Senhoras das Dores, fotos de um quadro de formadas do ano de 1955, onde ampliando a imagem, três nomes ficaram visíveis e pudemos então consultar o sistema digital da UNIUBE, que opera por matrícula e/ou nome de aluno.

De posse de alguns nomes fomos montando o quebra cabeça dos anos de oferta do curso ao longo da década de 1950 e 1960 e podendo então comprovar documentalmente alunas diplomadas em Pedagogia pela FISTA. Comprovamos que o curso foi ofertado no ano de 1952 corroborando o Decreto 30344/51 (DOU 11/02/02) que permitiu à FISTA a oferta da Pedagogia com licenciatura de 1º grau e Pedagogia com Licenciatura Plena, que cumpria o velho formato já tratado no 3º capítulo, do modelo 3+1.

Percebemos entre os documentos das formandas que a maioria eram advindas do Colégio Nossa senhora das Dores, como normalistas, mas também haviam pessoas vindas de outros estados (por exemplo Goiás, São Paulo). Grande parte delas retornou à Faculdade (FISTA), posteriormente para cursar habilitações como supervisão e orientação (década de 1970).

Conhecer as intenções católicas que moveram o grupo de pensadores e intelectuais à época (participantes do Instituto Superior de Cultura, como Monsenhor Juvenal Arduine, e o bispo Diocesano, Dom Alexandre Gonçalves do Amaral) evidenciou-se a atuação decisiva da Igreja na criação da FISTA, seguindo o movimento nacional de criação das FFCLs, que sempre se preocupou com a formação intelectual dos religiosos e leigos.

Segundo relatos feitos para a pesquisadora Maria de Lourdes Leal dos Santos, ex-alunos e religiosos informaram que em 1945, numa das conferências oferecidas pelo Instituto, houve a presença de Alceu Amoroso Lima que, admirado com a consistência acadêmica da instituição, vislumbrou a realização do grande sonho: fundar uma Faculdade de Filosofia. E com a força e ajuda desse interlocutor da Igreja católica junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, em 16 de setembro de 1948, o regimento foi aprovado pelo Parecer 551, e em dezembro do mesmo ano, por meio do decreto 26.044 a FAFI, Faculdade de Filosofia foi autorizada a funcionar.

Por que Uberaba sai à frente com a fundação de uma FFCL, adiante de toda uma região? Porque sempre foi uma comunidade influenciada e dominada pela igreja católica no tocante a educação, e assim tentamos demonstrar nessa pesquisa. A FISTA não fugiu a formatação nacional das FFCLs.

Contextualizar Uberaba sociopolítica e economicamente, foi indispensável para compreender a intenção maior da elite intelectual e católica para a criação da FFCL São Tomás de Aquino, para formação de professores e especialistas em educação nas décadas 1950 a 1960.

Formar professores com concepções humanistas foi a preocupação das Irmãs Dominicanas ao criarem a FISTA, e pela sociedade uberabense se espalharam seus alunos, e dentro da Pedagogia, uma aluna egressa dessa faculdade teve o prazer de conhecê-la e trabalhar com a mesma na década de 1990.

Constatei que o número de dissertações e demais produções científicas sobre a história da educação uberabense comentam sobre a FISTA sob vários aspectos de sua existência, mas sobre o curso de Pedagogia propriamente não havia sido citado com maiores detalhes. E o referido curso oferecido em Uberaba não fugiu a regra da feminilização apresentada em outras partes do país. Assim constatei pelo registro em fotografia, que formaram-se quatro pedagogas na primeira turma da referida instituição em 1955: Antônia Ferreira Nonato, Neusa Carneiro Viegas Fontes, Abigail de Souza Campos, Maria do R. Cunha, sendo três delas de Goiás e uma do Pará.

A segunda turma do curso de Pedagogia teve apenas um nome de referência, disponibilizado por sua família, Zilma Terezinha Bugiato que iniciou o curso em 1955 e finalizou em 1958, se destacou na cidade de Uberaba, tornou-se professora da Fista e deixou um legado de trabalho em prol da educação e promoção social.

A terceira turma de formandas do curso iniciado em 1958 e com término em 1961, conseguimos os nomes também por pesquisa em fotografias no museu do Colégio Nossa

Senhora das Dores, sendo seis ao todo: Leda Almeida, Lenice Reis, Mirna Loy Lopes, Myrna Rezende, Yvone Silva, Maria Helena Bortoleto.

As cadeiras ou disciplinas eram assim oferecida:

1º Ano

Sociologia Educacional

Biologia

Psicologia Educacional

Filosofia da Educação

Introdução à Filosofia

História da Igreja

2º Ano

História da Educação

Psicologia Educacional

Psicologia Racional

Administração Escolar

Estatística

Fundamentos Sociológicos da Educação

Filosofia da educação

Teologia

História da Igreja

3º Ano

Psicologia Racional

Administração Escolar

Educação Comparada

Moral

Teologia

Evangelho

História da Filosofia

Psicologia Educacional

4º Ano

Didática Geral

Didática Especial

Psicologia Educacional

Administração Escolar

Fundamentos Sociológicos da Educação

Fundamentos Sociológicos da Educação

A presença, poder e filosofia cristã era amplamente desenvolvida em sala de aula, haja vista as disciplinas permeadas ao longo de 4 anos de doutrinação e princípios católicos. A FISTA foi para seus ex-alunos uma escola humanista assim confirmado em muitas pesquisas e dissertações a seu respeito. A observação e extrapolação sobre o currículo do Curso de Pedagogia evidencia o objetivo maior de formação de especialistas em educação disseminadores dos ideários de uma religião que sempre foi dominante nas terras uberabenses.

É possível concluir que a intencionalidade dos processos educacionais das Irmãs Dominicanas foi cumprindo por algumas décadas, aparentemente desmantelado pelo laicismo crescente no século XX.

O objetivo da pesquisa foi demonstrar que a educação dominicana teve relevante função no sentido de proporcionar às alunas uma formação completa e válida, com noções de cultura geral e específica da educação, proporcionando a quem dela usufruiu, grande cabedal de conhecimento e repertório sociocultural.

A pesquisa ora apresentada vem reforçar que ainda muito se tem a estudar sobre a formação de professores e demais profissionais da educação em âmbito local.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. Parâmetros Curriculares Nacionais e formação do educador: A reforma educacional brasileira em marcha. Revista Educação e Sociedade, Campinas, ano XVII, n. 56, p. 506-515, 1996.

ALMANACH UBERABENSE, 1903

ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Democracia, Educação e Planejamento. José Carlos Rothen e José Carlos S. Araújo – UNITRI.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação e da pedagogia Geral no Brasil. Ed.Saraiva, 3 ed. 2005.

ARANTES, Paulo. O departamento francês de ultramar. São Paulo, Paz e Terra, 1994.

ARAÚJO, José Carlos Souza; INÁCIO FILHO, Geraldo. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: UDUFU, 2005. p. 153-191.

ARAÚJO, José Carlos Souza. Direitos humanos, educação e o escolanovismo de Fernando de Azevedo (1894-1974). Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 17 p. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_050.html>. Acesso em 01 jun. 2007.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

_____. A educação pública em S. Paulo – inquérito para O Estado de S. Paulo, em 1926. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1937.

AZEVEDO, F et al. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932). Disponível em: www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm. Acesso em 24 abr. 2012. Comunicações • Piracicaba • Ano 20 • n. 1 • p. 81-97 • jan.-jun. 2013 • ISSN Impresso 0104-8481 • ISSN Eletrônico 2238-121X 95DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v20n1p81-97>.

BILHARINHO, José Soares. História da medicina em Uberaba. Volume I. Uberaba, MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1983

BRASIL. Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Da organização à Faculdade Nacional de Filosofia. Disponível em: www.senado.gov.br. Acesso em: 14 maio 2012.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil. (18 set. 1946). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm. Acesso em: 14 maio 2012.

_____. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14024.htm. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm. Acesso em: 14 maio. 2012.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. MEC. Parecer CFE 251/62. Currículo mínimo e duração do curso de Pedagogia. Disponível em: www.anped11.uerj.br/24/Silva.doc. Acesso em: 14 maio 2012.

_____. MEC. Parecer CFE 292, de 14 de novembro de 1962. Matérias Pedagógicas Das Licenciaturas. Currículos Mínimos dos Cursos de Nível Superior. Brasília, MEC/CFE, 1974, p. 214 e 255.

_____. MEC. Parecer CFE nº. 252/69. Mínimos de conteúdo e duração dos cursos e Pedagogia. Disponível em www.anped11.uerj.br/24/Silva.doc. Acesso em: 14 maio. 2012.

_____. MEC. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, v. 134, n. 1.248, p. 27.833-27.841, 23 dez. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. MEC. Parecer CNE/CP, nº 05, de 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 15 maio 2012.

_____. MEC. Parecer CNE/CP no 03, de 21 de fevereiro de 2006. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em: 15 mai. 2012.

_____. MEC. Resolução CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, Licenciatura. Diário Oficial da União. Brasília 16 maio 2006, Seção 1, p. 11. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 15 maio 2012.

BILHARINHO, Guido Luiz Mendonça. Uberaba na década de 1880 (II): o colégio Nossa Senhora das Dores. Jornal de Uberaba, Uberaba, MG, 30 jul. 2006c. Cultura, p. 4.

BILHARINHO, Guido Luiz Mendonça. Uberaba na década de 1890 (II): Instituto Zootécnico e sede do bispado. Jornal de Uberaba, Uberaba, MG, 27 ago. 2006e. Cultura, p. 4.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. 6. ed. Campinas:

Papirus, 1996.

BORGES, Vera Lúcia Abrão. Subsídios para a história da formação docente no Brasil. Minas Gerais (1892 a 1930). In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Orgs.). História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: UDUFU, 2005. p. 227-262.

BUFFA, E.; NOSELLA, P. (1996). Scholla Mater: A Antiga Escola Normal (1911-1933). São Carlos: EdUFSCar.

CAMPOS, Ernesto de Souza. História da Universidade de São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2004.

CANDIDO, Antonio. Carta de Antonio Candido. Magma, São Paulo, DTLCC, n. 2, 1995.

CARDOSO, Irene R. A Universidade da Comunhão Paulista. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.

CASTRO, Maria H.G. de. Premiar o mérito. Veja, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 9-13, fev. 2008.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO, 1990, Jomtien, Tailândia. Declaração Mundial de Educação para Todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

COSME, A. A acção docente como uma acção de interlocução qualificada. Porto: LivPsic, 2009. 184 p.

COSTA, João Cruz. O Desenvolvimento da Filosofia no Brasil no Século XIX e a Evolução Histórica Nacional. Editora, São Paulo, 1950.

COUTINHO, Pedro dos Reis. História dos irmãos maristas em Uberaba. Uberaba, MG: Arquivo Público de Uberaba, 2000. 286 p.

CRUZ, Giseli Barreto da. Curso de Pedagogia no Brasil: história e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

CORREIO CATÓLICO, 1945 e 1949

CUNHA, Luiz Antônio C. R. Política Educacional no Brasil: A Profissionalização do Ensino Médio. Rio de Janeiro: Ed. Eldorado, 1977.

CUNHA, L. A. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Cortez, 1981.

CUNHA, Edmundo Rodrigues da Filho. O passado e o presente da odontologia de Uberaba. Uberaba, MG: Vitória, 1983. 190 p.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al (Orgs.). 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Ideologia e Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.

_____. Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – estado e mercado. In: *Educação & Sociedade*, vol. 25, n. 88, 2004, p. 795-817.

_____. *A universidade reformanda*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Uma história concisa da matemática no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008.

DURHAM, Eunice Ribeiro. *A formação de professores iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação*. Disponível em: <http://www.portal.cjf.jus.br>. Acesso em: 18 jun 2009.

_____. *Fábrica de maus professores*. *Veja*, São Paulo, v. 41, n. 47, p. 17-21, nov. 2008.

L – Fundação de Economia e Estatística – Governo do Rio Grande do Sul. *A Política Social Brasileira: 1930 – 64*. Porto Alegre: FEE, 1983

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. 2. *Educação – Brasil – História*. I. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FERREIRA, Orlando. *Terra madrastra (um povo infeliz)*. Uberaba: Typographia do Brasil Central, 1928.

FERREIRA, R. T. S. *O direito educacional na Constituição Federal e LDB*. 2ª ed. SP: Lawbook Editora, 2008. 492 p.

FONSECA, A. A. *Uma história social de Uberaba*. *Historia Revista*, Goiânia, v.19, p.197, 2014.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Teodoro Ramos. *Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 2001. 1. CD-ROM.

FREITAS, H. C. L. *A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada*. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100 – Especial, p. 1203-1230, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 16 maio 2012.

FREITAS, José Ferreira de. *Sertão da Farinha Podre: o caminho para Goyaz e Mato Grosso*. Cuiabá-MT: Edição do autor, 2002. 315 p.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Era uma vez Eunice Durham tropeçando e a esquerda esperando a revolução*. Disponível em: <http://www.ghiraldelli.wordpress.com>. Acesso em 18 jun 2009.

_____. *O curso de Pedagogia no centro das medidas atuais para a Educação Brasileira*. Disponível em: <http://www.espaçodasophia.com.br>. Acesso em: 18 jun 2016.

GAZETA DE UBERABA, 1886, p.3

GAZETA DE UBERABA, 1888, p. 2

GENTIL, H. S.; COSTA, M. O. Continuidades e descontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicações na prática pedagógica docente. Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 267-287, maio/ago, 2011.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética de história. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. 341 p.

INEP-Instituto Nacional de Educação e Pesquisa -1984

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos para quê? São Paulo: Cortez, 1996. 208 p.

LOPES, Jader Janer Moreira. Espaços e tempos escolares: algumas reflexões. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2001. 13 p. Disponível em: <http://www.se.pjf.mg.gov.br/artigos/Espa%20e%20tempos%20escolares.doc>>

MANFREDI, Silvia Maria. Educação Profissional no Brasil.. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 317 pp. Edgard D. A. T. Bedê. Doutorando em Educação.

MORAES, Carmen Sylvia V. Ensino Médio e Qualificação Profissional: uma perspectiva histórica. In: BRUNO, Lúcia (org.). Educação e Trabalho /10 Capitalismo Contemporâneo leituras selecionadas. São Paulo: Atlas, 1996.

MARQUES, M. O. A reconstrução dos cursos de formação do profissional da educação. Em Aberto, Brasília, DF, v. 12, n. 54, p. 43-50, 1992.

MAUGÜÉ, Jean. O Ensino da Filosofia e suas diretrizes. In: Kriterion Revista. Edição 63 Belo Horizonte. / p. 225-234, 1955

MELO, Geovana Ferreira. Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina - Colégio Nossa Senhora das Dores, Uberaba (1) Uberlândia – UFU-2002.

MENDONÇA, José. História de Uberaba. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1974. 296 p.

MINTO, L. W. MEC - USAID. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossário/verb_c_mec-usaid.htm>. Acesso em: 24 abr. 2012. Verbete no glossário do link *Navegando* no acervo do Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” da Faculdade de Educação da UNICAMP.

MOURA, G.F.M. et al. Educação Feminina no Colégio Nossa Senhora das Dores. Boletim CDHIS, Uberlândia/MG,11(22):17-18,1º semestre, 1998.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais (1835-1892). Brasília: Universidade de Brasília, 2003. 357 p.

NÓVOA, A. (org.). Para uma análise das instituições escolares. In: As organizações

escolares em análise. Lisboa: D.Quixote, pp.15 - 43, 1992.

OLIVEIRA, José Sebastião. A criação e a consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba, Minas Gerais: uma experiência singular de congregação dominicana no Brasil (1) Uberlândia: UINIT-2003

ORSO, Paulino José. O papel idealizado para a faculdade de filosofia, ciências e letras da universidade de São Paulo em sua criação. PAULA, Eustáquio Donizeti de. Regime militar, resistência e formação de professores na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino em Uberaba/MG (1964,1980), 2007.

PONTES, Hildebrando de Araújo. História de Uberaba e a civilização no Brasil central. Uberaba-MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. 570 p.

_____. Vida, casos e perfis. Uberaba, MG: Arquivo Público de Uberaba, 1992. 121 p.

PRATA, Thomaz de Aquino. Memória Arquidiocese de Uberaba. Uberaba, MG: Rotal, 1987. 289 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA. Convite [mensagem institucional]. Mensagem recebida por <unipac.uberaba@terra.com.br> em 02 maio 2007.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo uma interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (Org). História geral da civilização brasileira: III. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985. 420 p.

RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

RICCIOPPO, Thiago. Caminhando pelo pântano sagrado: imaginário, conflitos políticos e religiosos em Uberaba/MG por meio da análise da obra de Orlando Ferreira (1912-198). 2003. 85 f. Monografia (Pós-graduação *Lato Sensu*) – Universidade de Franca, Franca.

RICCIOPPO, Plauto. Ensino Superior e formação de professores em Uberaba/MG (1881-1938): uma trajetória de avanços e retrocessos. Uberaba: UNIUBE, 2007.

REZENDE, Eliane Mendonça Márquez de. Uberaba, uma trajetória sócio-econômica (1811-1910). Uberaba, MG: Arquivo Público de Uberaba, 1991, 125 p.

ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil 1930-73*. Petrópolis, Vozes, 1978;

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 33ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 267 p.

_____. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1983. 267 p.

SÁ, Nicanor Palhares. *Política Educacional e Populismo no Brasil*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

SANTOS, Maria de Lourdes Leal dos. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino: um marco humanista na história da educação brasileira (1960-1980)/ Mariade Lourdes Leal dos Santos, 2006.

SANDER, B. Administração da Educação no Brasil: genealogia do conhecimento. Brasília: Liber Livro, 2007a.

SAVIANI, Dermeval. O debate teórico e metodológico no campo da história e sua importância para a pesquisa educacional. In: SAVIANI, Dermeval, et al (Org). História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000. 141 p.

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2004

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia no Brasil: história e teoria. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Memória da Educação)

_____. Pedagogia no Brasil: história e teoria. Ed. Autores Associados, 2008.

SAMPAIO, Antônio Borges. Uberaba: história, fatos e homens. Uberaba, MG: Editora Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1971, 404 p.

SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um auto-retrato*: (Arquivo Gustavo Capanema), Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. (Coleção Temas Brasileiros)

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. Política Educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 4ªed., 2011.

SILVA, Antônio José da. História topográfica da freguesia de Uberaba. Uberaba, MG: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. 13 p.

SILVA, Carmem Silvia Bissoli da. Curso de Pedagogia no Brasil. Autores Associados, 2003

SIMONSEN, Roberto Cochrane. História Econômica do Brasil: 1500/1820, 8ª edição; Editora Nacional, São Paulo, 1978.

SOUZA, Rosa Fátima. Templos de Civilização: A Implantação da Escola Primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

TEIXEIRA, Anísio. Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ANÍSIO Teixeira, “A universidade de ontem e de hoje”. Ciência e cultura, vol. 17, n. 2, p. 348, jun. 1965.

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 3a ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1999.

TEIXEIRA, Edelweiss. O Triângulo Mineiro nos oitocentos: séculos XVIII e XIX. Uberaba, MG: Intergraff, 2002, 171 p.

TORRES, João Camillo de Oliveira. História de Minas Gerais, v.4. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1962. 1156 p.

TOTI, Gabriel. Álbum de Uberaba. Uberaba, MG: Tipografia Galleli, 1956.

WARDE, Mirian Jorge. A estrutura universitária e a formação de professores. *Perspectiva*, ano 11, n. 20, ago/dez 1993. p. 127-148.

WIRTH, John. Minas e a nação: um estudo de poder e dependência regional. In: FAUSTO, Boris (Org). História geral da civilização brasileira: III. O Brasil republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930). 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, 420 p.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. Orlando Villas Bôas: expedições, reflexões e registros. São Paulo: Metalivros, 2006

ANEXOS

Anexo 01 - Formandas dos cursos da FISTA (acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores/1955)



Anexo 02 – Materia publicada no Jornal Lavoura e Comércio, 22/06/1939



Anexo 03 - Jornal O Triângulo em 12, junho de 1942, ressaltando o Colégio Nossa Senhora das Dores como um modelar estabelecimento de ensino, mostrando seu interior e arrojada infraestrutura e beleza de sua sede construída em 1895 após 10 anos de funcionamento numa ala da Santa Casa de Misericórdia.



Anexo 04 - Fonte Jornal Lavoura e Comércio , 1943, ressaltando a oferta do curso científico e clássico naquele ano.



Anexo 05 - Fonte: Lavoura e Comércio, 12/10/1945, homenageando o colégio Nossa Senhora das Dores no seu sexagenário.



Anexo 06 - Acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores-1959 – Logo marca da FIFA/FISTA



Anexo 07 – Alunas uniformizadas no dia a dia. Fonte: Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores - Formandas do Curso de Pedagogia ano de 1958 - FIFA/FISTA



Anexo 08 – Fonte: Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores – Exemplo de Formaturas S/D



Anexo 09 – Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores - Formandos de Pedagogia do ano de 1963. (Pe. Eddie Bernardes o docente junto como as 6 discentes)



Anexo 10 – Biblioteca da FAFI/FISTA – Acervo do Museu do Colégio Nossa Senhora das Dores



Anexo 11 – Frente de um histórico escolar do curso de Pedagogia –FISTA

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - Santa Tereza de Aquino
 BOMBAZAS - MIRAS

Histórico Escolar 5731-51

Nome: ANTONIA FERREIRA FERREIRO
 Filiação: Vinícius Ferreira Bando e Maria Moreira Lima
 Data de nascimento: 6 de abril de 1933 Local: Comunidade de Afogados - Paraíba
 Nacionalidade:

CURSO DE PEDAGOGIA

Serviço Militar

Documentos apresentados: ****
 Repreção expedida: ***
 Data da expedição: *****

Curso Secundário
 1ª Série

Estabelecimento: Esp. Normal N.C. de Juazeiro Data: Porto Nacional - TO
 Data de conclusão: 1953

2ª Série

Estabelecimento: Esp. Normal N.C. de Juazeiro Data: Porto Nacional - TO
 Data de conclusão: 1953

Curso Superior
 Curso de História

Ano Letivo de 1953

DISCIPLINAS	NOTAS DE APROVAÇÃO	MÉDIA
Psicologia e Lógica	8,90	
História	9,00	
Francês	8,90	8,66

1ª Série

Ano Letivo de 1953

MATERIAS DO CURRÍCULO	NOTAS DE APROVAÇÃO	
	1ª SÉRIE	2ª SÉRIE
Complementos de Matemática	7,2	
História de Filosofia	7,77	
Sociologia	7,5	
Fundamentos Biológicos da Educação	9,25	
Psicologia Educacional	7,87	

Anexo 12- Verso de um histórico escolar do curso de Pedagogia Fista

2ª Série

Ano Letivo de 1953

CADERNAS DE DISCIPLINAS	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	
	1ª Prova	2ª Prova
História da Educação	8,5	
Psicologia Educacional	8,5	
Psicologia Geral	8,5	
Administração Escolar	8,5	
Estatística	8,5	
Fundamentos Sociológicos da Educação	8,5	
Filosofia da Educação	8,5	
Teologia	8,5	
História da Igreja	8,5	

3ª Série

Ano Letivo de 1954

CADERNAS DE DISCIPLINAS	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	
	1ª Prova	2ª Prova
História da Educação	7,0	
Psicologia Educacional	8,0	
Psicologia Geral	7,0	
Administração Escolar	10,0	
Educação Comparada	7,0	
Metodologia	7,25	
Teologia	10,0	
Evangelho	9,0	

Data da avaliação do grau: 13 de dezembro de 1954
 Data da expedição do diploma: 13 de dezembro de 1954

4ª Série (Didática)

Ano Letivo de 1955

CADERNAS DE DISCIPLINAS	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	
	1ª Prova	2ª Prova
Didática Geral I	7,5	
Didática Especial	7,5	
Liturgia	10,0	

Data da avaliação do grau: 11 de dezembro de 1955
 Data da expedição do diploma: 11 de dezembro de 1955

OBSERVAÇÕES

Diploma de Licenciada em Pedagogia registrado no M.E.C. D.N.No. sob nº 12.445 no livro V. -14, folha 51v processo 8228/55 em 16 de abril de 1956

Thuraba, 6 de dezembro de 1955

de 10 09

Delores dos Reis Pereira *Glyson Maria Casanova de Sá*

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Anexo 13 – Ata da primeira reunião da congregação do Corpo Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras São Tomás de Aquino sob a presidência de Dom Alexandre Gonçalves Amaral.

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino
 UBERABA - MINAS

40
 F. S. J.

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO

Aos onze dias do mês de fevereiro de mil novecentos e quarenta e nove, às dezenove horas e meia, no Colégio Nossa Senhora das Dôres, realizou-se a primeira reunião do Corpo Docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santo Tomás de Aquino", sob a presidência de S. Excia. Revma. D. Alexandre Gonçalves Amaral. Achavam-se presentes a Ex. Sra. Irmã Diretora, Madre Maria Angela da Eucaristia, a Vice diretora, Irmã Maria Virginita do Rosário, O Regente do Departamento masculino, Snr. Irmão Lourenço e bom número de professores.

Pediram justificar-lhes as faltas o senhores professores: Revmo. Pe. Boaventura Chasseriau, professor de Filosofia do Curso de Doutrina. Professor Pe. Wolfgang, professor de Língua e Literatura Alemã e Dr. José Peres professor de Língua e Literatura Espanhola.

A Diretora abriu a sessão expondo as finalidades da Faculdade conforme o Regimento Interno, artigo 1º, que consiste em:-

- a) formar professores para curso secundário e normal;
- b) dar aos estudantes ensejo de se especializarem, conforme suas aptidões individuais;
- c) colaborar com institutos oficiais congêneres para a difusão da educação nacional e generalização da alta cultural intelectual no Brasil.
- d) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de seu ensino, frisando, entretanto, que acima de todas, a finalidade máxima, é a maior glória de Deus.

A Diretora leu os artigos do Regimento Interno relativos à Congregação, ao Corpo Docente, e Docente da Faculdade.

Em seguida foi dada a palavra aos senhores professores que desejassem apresentar pareceres, sugestões para o ano letivo.

Tomou a palavra a professora de Geografia Física e Humana. Irmã Marta de ...

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino
UBERABA - MINAS

NA

42
Frag

Revmo. Padre Juvenal Arduini - sete votos.

Monsenhor João José Perna - quatro votos.

Revmo. Padre Boaventura Chasseriau - dois votos.

Ficou eleito para o 4º membro do C.T.A. o Revmo Padre Juvenal Arduini.

Entre os professores da secção de Letras, foi apurado o seguinte resultado:

Monsenhor João José Perna - sete votos.

Dr. José Mendonça - cinco votos.

Professor Santino Gomes de Matos - um voto, ficando eleito para o 5º membro o Revmo. Monsenhor João José Perna.

Entre os professores da secção de Ciências, apurou-se o seguinte resultado:

Dr. José Mendonça - seis votos.

Dr. Mozart Furquado Nunes - quatro votos.

Irmã Maria de Loreto - três votos, sendo eleito para o 6º membro o professor Dr. José Mendonça.

Ficou pois assim constituído o Conselho Técnico-Administrativo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santo Tomás de Aquino":

Revma. Irmã Diretora-Madre Maria Angêla da Eucaristia.

Irmã Vice-Diretora - Irmã Maria Virginita do Rosário.

Exmo. Irmão Lourenço.

Revmo. Padre Juvenal Arduini.

Revmo. Monsenhor João José Perna.

e o Snr. Prof. Dr. José Mendonça,

que foram imediatamente empossados.

A Irmã Diretora convidou-os para uma reunião, durante a qual se estudariam os problemas da Faculdade e decidiu-se que a próxima reunião se efetuará dia quatorze do corrente.

Marcou-se o início das aulas para o dia sete de Março, festa de "Santo Tomás de Aquino". Foi proposto o seguinte programa:

Às sete horas, uma Missa festiva celebrada por nosso caris-

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santo Tomás de Aquino
UBERABA - MINAS

113
F. S. G.

Decidiu-se, após discussões, que a Missa seria celebrada no Colégio Diocesano onde funciona o Departamento Masculino e a aula inaugural no Colégio Nossa Senhora das Dôres, onde funciona o Departamento Feminino. Propôs-se que o convite fosse feito pela Imprensa, bem como a propaganda da Faculdade, sendo para isto encarregados os senhores professores Dr. José Mendonça e o senhor Santino Gomes de Matos, que se prontificaram com a máxima boa vontade.

Falou-se após sobre os exames vestibulares a serem realizados na segunda quinzena do corrente mês, devendo cada professor apresentar uma lista de cinco a dez pontos.

A Vice-Diretora apresentou em seguida aos diversos membros da Congregação o horário a ser observado para as aulas, no corrente ano, devendo estas funcionarem para o Departamento Masculino na parte da manhã, das sete às dez horas, e no departamento feminino na parte da tarde das dezessete às vinte horas.

Tomou a palavra o professor de Língua grega, Padre Genésio Borges, pedindo o parecer da Congregação sobre os métodos e formas didáticas a serem seguidos, opinando o professor Dr. José Mendonça para a forma expositiva que é uma das melhores, não devendo porém, ser a única, pois o professor não se deve escravizar a um determinado método, momentaneamente no estudo de línguas.

Falou-se ainda sobre a obrigatoriedade das conferências na Faculdade, ficando escolhidos para a primeira conferência sua Excia. Revma, e para a segunda o senhor professor Santino Gomes de Matos.

Antes de terminar a reunião, Sua Excia. Revma. D. Alexandre Gonçalves Amaral tomou a palavra, frisando a necessidade urgente e real da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nesta cidade.

Seu trabalho será lento, mas a faculdade se fará. Lá na Capital acreditam que a mentalidade de Uberaba não comporta uma Faculdade de Filosofia, isso é engano, e o futuro se encarregará de demonstrar com fatos o que preve os hoje. Contou-nos que o professor Dr. Aleeu de Amoroso Lima quando...

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
"SANTO TOMÁS DE AQUINO"

Regimento Interno

TÍTULO I
 DOS FINS DA FACULDADE

- Art. 1.º — A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Santo Tomas de Aquino", com sede em Uberaba, instituída pela "SOCIEDADE EDUCADORA DA INFANCIA E JUVENTUDE", em reunião de 15 de Maio de 1948, tem por fim:
- a) Formar professores para o curso secundário e normal;
 - b) Dar aos estudantes ensejo de se especializarem, conforme suas aptidões individuais;
 - c) Colaborar com institutos oficiais, congêneres para a difusão da educação nacional e generalização da alta cultura intelectual no Brasil;
 - d) Realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto de seu ensino.

TÍTULO II
 DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO I
 DA CONSTITUIÇÃO

- Art. 2.º — A Faculdade compreenderá quatro secções fundamentais a saber:
- a) Secção de Filosofia;

- b) Secção de Ciências;
- c) Secção de Letras;
- d) Secção de Pedagogia:

Parágrafo único — Haverá, ainda, uma secção especial de Didática.

Art. 3.º — A Faculdade ministrará:

- a) cursos ordinários;
- b) Cursos extraordinários.

- § 1.º — Os cursos ordinários serão os constituídos por um conjunto harmônico de disciplinas, cujo estudo seja necessário à obtenção de um diploma.
- § 2.º — Os cursos extraordinários serão de duas modalidades a saber:
- a) Cursos de aperfeiçoamento, destinados à intensificação do estudo de uma parte ou da totalidade de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários.
 - b) Cursos avulsos, destinados a ministrar o ensino de uma ou mais disciplinas não incluídas nos cursos ordinários.
- rt. 4.º — A secção de Filosofia constituir-se-á de um curso ordinário: curso de Filosofia.
- t. 5.º — A secção de Ciências compreenderá, inicialmente, o curso de Geografia e História.
- t. 6.º — A secção de Letras compreenderá três cursos ordinários:
- a) curso de Letras clássicas;
 - b) curso de Letras neo-latinas;
 - c) curso de Letras anglo-germânicas.
- t. 7.º — A secção de Pedagogia constituir-se-á de um curso ordinário: curso de Pedagogia.
- t. 8.º — A secção especial de Didática constituir-se-á de um só curso ordinário, denominado curso de Didática.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DOS CURSOS

9.º — As disciplinas ensinadas nos cursos ordinários da Faculdade constituirão matéria das seguintes cadeiras:

- I — Filosofia.
 - II — História da Filosofia.
-

- III — Psicologia.
- IV — Sociologia.
- V — Complementos de Matemática.
- VI — Biologia Geral.
- VII — Geografia Física.
- VIII — Geografia Humana.
- IX — Geografia do Brasil.
- X — História da antiguidade e da idade média.
- XI — História moderna e contemporânea.
- XII — História da América.
- XIII — História do Brasil.
- XIV — Antropologia e etnografia.
- XV — Língua e Literatura Latina.
- XVI — Língua e Literatura Grega.
- XVII — Língua Portuguesa.
- XVIII — Literatura Portuguesa.
- XIX — Literatura brasileira.
- XX — Filosofia românica.
- XXI — Língua e Literatura francesa.
- XXII — Língua e Literatura italiana.
- XXIII — Língua e Literatura espanhola.
- XXIV — Literatura hispano-americana.
- XXV — Língua e Literatura inglesa.
- XXVI — Literatura norte-americana.
- XXVII — Língua e Literatura alemã.
- XXVIII — Psicologia educacional.
- XXIX — Estatística educacional.
- XXX — Administração escolar e educação comparada.
- XXXI — História e filosofia da educação.
- XXXII — Didática geral e especial.
- XXXIII — Doutrina Moral e Católica.

Art. 10.º — Cada cadeira, de que trata o artigo anterior, ficará a cargo de um professor interino, que poderá dispôr, conforme as necessidades do ensino, de um ou mais assistentes.

Art. 11.º — Do curso de Filosofia.
O curso de Filosofia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas.

PRIMEIRA SÉRIE

- 1) *Introdução à filosofia.*
- 2) *Psicologia.*
- 3) *Lógica.*
- 4) *História da filosofia*

SEGUNDA SÉRIE

- 1) *Psicologia.*
- 2) *Sociologia.*
- 3) *História da filosofia.*

TERCEIRA SÉRIE

- 1) *Psicologia.*
- 2) *Ética.*
- 3) *Estética.*
- 4) *Filosofia Geral.*

- ° — Do Curso de Geografia e História.
O Curso de Geografia e História será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

PRIMEIRA SÉRIE

- 1) *Geografia física.*
- 2) *Geografia humana.*
- 3) *Antropologia.*
- 4) *História da antiguidade e da idade média.*

SEGUNDA SÉRIE

- 1) *Geografia física.*
- 2) *Geografia humana.*
- 3) *História moderna.*
- 4) *História do Brasil.*
- 5) *Etnografia.*

TERCEIRA SÉRIE

- 1) *Geografia do Brasil.*
- 2) *História contemporânea.*
- 3) *História do Brasil.*
- 4) *História da América.*
- 5) *Etnografia do Brasil.*

- Do Curso de Letras Clássicas será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

PRIMEIRA SÉRIE

- 1) *Lingua latina.*

- 2) Lingua grega.
- 3) Lingua portugüesa.
- 4) Literatura brasileira.

SEGUNDA SÉRIE

- 1) Lingua latina.
- 2) Lingua grega.
- 3) Lingua portugüesa.
- 4) Literatura latina.

TERCEIRA SÉRIE

- 1) Lingua latina.
- 2) Lingua grega.
- 3) Literatura grega.
- 4) Literatura latina.
- 5) Filosofia românica.

Art. 11.º — Do Curso de Letras Neo-Latinas
O Curso de Letras Neo-Latinas será de três anos e terá a seguinte seriação:

PRIMEIRA SÉRIE

- 1) Lingua latina
- 2) Lingua e literatura francesa.
- 3) Lingua e literatura italiana.
- 4) Lingua e literatura espanhola.

SEGUNDA SÉRIE

- 1) Lingua latina.
- 2) Lingua portugüesa.
- 3) Lingua e literatura francesa.
- 4) Lingua e literatura italiana.
- 5) Lingua e literatura espanhola.

TERCEIRA SÉRIE

- 1) Filosofia românica.
- 2) Lingua portugüesa.
- 3) Literatura portugüesa e brasileira.
- 4) Lingua e literatura francesa.
- 5) Lingua e literatura italiana.
- 6) Literatura hispano-americana.

Art. 15.º — Do Curso de Letras Anglo-germânicas.
O Curso de Letras Anglo-germânicas será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

PRIMEIRA SÉRIE

- 1) *Lingua latina.*
- 2) *Lingua e literatura inglêsa.*
- 3) *Lingua e literatura alemã.*

SEGUNDA SÉRIE

- 1) *Lingua latina.*
- 2) *Lingua portuguesa.*
- 3) *Lingua e literatura inglêsa.*
- 4) *Lingua e literatura alemã.*

TERCEIRA SÉRIE

- 1) *Lingua portuguesa.*
- 2) *Lingua e literatura inglêsa.*
- 3) *Lingua e literatura alemã.*
- 4) *Literatura norte-americana.*

Art. 16.º — Do curso de Pedagogia.

O Curso de Pedagogia será de três anos e terá a seguinte seriação de disciplinas:

PRIMEIRA SÉRIE

- 1) Complementos de matemática.
- 2) História de Filosofia.
- 3) Sociologia.
- 4) Fundamentos biológicos de educação.
- 5) Psicologia educacional.

SEGUNDA SÉRIE

- 1) Estatística educacional.
- 2) História da educação.
- 3) Fundamentos sociológicos da educação.
- 4) Psicologia educacional.
- 5) Administração escolar.

TERCEIRA SÉRIE

- 1) História da Educação.
- 2) Psicologia educacional.
- 3) Administração escolar.
- 4) Educação comparada.
- 5) Filosofia da educação.

17.º — Do Curso de Didática.

O Curso de Didática será de um ano e constituir-se-á das seguintes disciplinas:

- 1) Didática geral.
- 2) Didática especial.
- 3) Psicologia educacional.
- 4) Administração escolar.
- 5) Fundamentos biológicos da educação.
- 6) Fundamentos sociológicos da educação.

Art. 18.º — É obrigatória, para matrícula em qualquer curso de bacharelado, a matrícula na cadeira de Doutrina e Moral Católica.

Parágrafo único — O Diretor pode dispensar essa obrigação a qualquer aluno.

Art. 19.º — A Faculdade organizará cursos de aperfeiçoamento e avulsos, na medida de suas possibilidades técnicas e dos recursos financeiros.

TÍTULO III DO CORPO DOCENTE CAPÍTULO I DA CONSTITUIÇÃO

Art. 20.º — O Corpo docente compreende:

- a) professores catedráticos.
- b) professores interinos.
- c) professores contratados.
- d) auxiliares de ensino.

Art. 21.º — Enquanto não se realizarem concursos para as cátedras cada cadeira será regida por um professor interino ou contratado.

Art. 22.º — A escolha do corpo docente deverá basear-se em elementos seguros de apreciação do mérito científico, da capacidade didática e dos predicados morais do candidato.

Art. 23.º — Por necessidade do ensino poderão ser contratados professores para:

- a) a regência de qualquer cadeira;
- b) a cooperação com o professor interino, no ensino normal da cadeira;
- c) a realização de cursos de aperfeiçoamento ou de avulsos.
- d) a execução e direção de pesquisas científicas.

Art. 24.º — O contrato de professores nacionais e estrangeiros será proposto à "SOCIEDADE EDUCADORA DA INFÂNCIA

"JUVENTUDE" pelo Conselho Técnico Administrativo, ouvida a Congregação.

- § 1.º — O contrato depende da aprovação da "SOCIEDADE EDUCADORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE" e será pelo período máximo de três anos, podendo ser renovado.
- § 2.º — As atribuições e vantagens conferidas ao professor contratado serão fixadas nos respectivos contratos.
- Art. 25.º — Poderão ser contratados professores para a regência de cadeiras nos seguintes casos:
- a) para cadeiras novas;
 - b) nos casos de vaga, quando a Congregação o julgar essencial para o ensino.
- § 1.º — Os professores contratados têm as mesmas obrigações e deveres dos professores interinos.
- Art. 26.º — São auxiliares de ensino:
- a) Os assistentes;
 - b) Os sub-assistentes.
- Art. 27.º — Os auxiliares de ensino, sendo da confiança do professor, serão nomeados por indicação deste e proposta do Diretor da Sociedade, podendo ser dispensados a qualquer tempo.
- § 1.º — Os assistentes deverão, dois anos após a sua nomeação, submeter-se a concurso.

CAPÍTULO II DA SELEÇÃO

- 28.º — O provimento de cadeira, por professor catedrático, será feito por concurso de títulos e de provas, devendo basear-se em rigorosa apreciação de mérito científico, da capacidade didática e dos predicados morais do candidato.
- 29.º — Dentro do prazo de trinta dias da data em que se verificar vaga de professor catedrático, ressalvados os casos de contrato, a Congregação providenciará a abertura do respectivo concurso, fazendo publicar, no Diário Oficial do Estado, edital aprovado pela Diretoria de Ensino Superior, contendo as instruções necessárias para a inscrição do concurso.
- Art. 30.º — O prazo para a inscrição não será inferior a quatro meses, contado a partir da data da publicação do edital.
- Art. 31.º — A inscrição será feita mediante requerimento, acompanhado do recibo de pagamento da taxa devida e dos do-

cumentos a títulos referidos no edital de inscrição, subscrito pelo candidato ou por procurador.

- § 1.º — Ao candidato ou ao seu procurador será dado recibo da entrega do requerimento e títulos apresentados.
- § 2.º — Dentro de cinco dias a contar da data do recebimento da petição deverá o Diretor despachá-la, tendo em vista as exigências da lei e deste Regimento.
- § 3.º — Do despacho do Diretor caberá recurso, dentro do prazo de cinco dias, para a Congregação.
- Art. 31.º — O candidato deverá apresentar à Secretaria, no ato de inscrição:
- I — prova de ser brasileiro
 - II — atestado de sanidade.
 - III — atestado de idoneidade moral.
 - IV — prova de estar em dia com as obrigações do Serviço Militar.
 - V — diploma expedido por instituto de ensino superior reconhecido, onde haja recebido ensino equivalente da cadeira em concurso, e devidamente registrado no Ministério da Educação e Saúde, "Diretoria do Ensino Superior".
 - VI — cinquenta exemplares da tese escrita sobre assunto da cadeira em concurso.
 - VII — documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a cadeira em concurso.
 - VIII — documentação da atividade profissional ou científica que tenha exercido e que se relacione com a cadeira em concurso.
 - IX — prova de haver concluído o curso superior, pelo menos cinco anos antes, ou diploma de doutor, ou ainda títulos de professor catedrático ou de docente livre de faculdade oficial ou reconhecida.
- Art. 32.º — A tese a ser defendida constará de uma dissertação sobre assunto de livre escolha do candidato, relacionada com a cadeira em concurso.
- Art. 33.º — A inscrição será um ato acabado, devendo ser apresentada, juntamente com o requerimento solicitando inscrição, toda a documentação exigida, inclusive os cinquenta exemplares da tese escrita.
- Art. 34.º — Decorridos dez dias depois de encerrada a inscrição, mandará o Diretor publicar a relação dos candidatos inscritos.
- Art. 35.º — Encerrada a inscrição e havendo candidatos inscritos será

organizada a comissão julgadora do concurso, composta por cinco membros, que deverão possuir conhecimento especializado e aprofundado da cadeira em concurso.

- § 1.º — Dois dos membros da comissão julgadora serão escolhidos pela Congregação, dentre os professores catedráticos da Faculdade, e três outros pelo Conselho Técnico-Administrativo, dentre professores catedráticos de outros institutos de ensino superior oficiais, ou reconhecidos, ou dentre profissionais especializados na cadeira do concurso.
- § 2.º — Não havendo candidatos inscritos, resolverá a Congregação sobre a conveniência de contratar profissional competente para a regência da cadeira vaga ou da abertura imediata de novo concurso para o seu provimento efetivo.
- § 3.º — Resolvendo a Congregação que deve ser contratado profissional competente para reger a cadeira, caberá ao Diretor providenciar a respeito, ouvido o Conselho Técnico-Administrativo.
- rt. 36.º — O concurso de títulos constará da apreciação dos seguintes elementos dos comprobatórios dos méritos do candidato:
- I — diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas.
 - II — trabalhos científicos, estudos e pareceres de real valor, relacionados com a cadeira em concurso, particularmente os que constituam contribuição original ou revelam conceitos doutrinários pessoais;
 - III — atividades didáticas exercidas;
 - IV — realizações práticas, de natureza técnica ou profissional, principalmente as de interesse coletivo.
- ágrafo único — O simples desempenho de função pública, técnica ou não, a apresentação de trabalho cuja autoria exclusiva não possa ser autenticada, e a exibição de atestados gratuitos, não constituem títulos idôneos.
- 37.º — O concurso de provas, destinado a verificar a erudição e o tirocínio do candidato, bem como as suas qualidades didáticas, constará de:
- I — prova escrita;
 - II — defesa de tese;
 - III — prova didática;
 - IV — prova prática, nas cadeiras que a comportarem.
- 38.º — A prova escrita versará sobre assunto incluído num ponto constante de uma lista de dez a vinte pontos, formulados pela comissão julgadora, no dia fixado para a realização

- da prova, versando sôbre matéria constante do programa de ensino da cadeira.
- § 1.º — Tratando-se de concursos de cadeira lecionada em mais de uma série do curso, os pontos serão repartidos, igualmente, de modo a abranger a matéria distribuida por tôdas elas.
- § 2.º — O enunciado do ponto restringir-se-á a simples menção do assunto, de modo que o candidato tenha completa liberdade de explanação.
- § 3.º — Sorteado o ponto pelo candidato inscrito em primeiro lugar, na presença dos demais, será imediatamente dada início à prova cuja execução, a portas fechadas, não poderá exceder de seis horas.
- § 4.º — A comissão julgadora fiscalizará a realização da prova, fazendo observar na sala o necessário silêncio e evitando que qualquer concorrente tenha comunicação com quem quer que seja, consulta, notas ou livros.
- § 5.º — Para a execução do disposto no parágrafo anterior, poderá a comissão subdividir-se em turmas, de modo, porém, que sempre estejam presentes, pelo menos dois dos seus membros.
- § 6.º — Exgotado o prazo de execução da prova escrita, cada candidato rubricará, folha a folha, as provas dos demais concorrentes, e havendo um só candidato, a respectiva prova será nas mesmas condições rubricada por dois membros da comissão julgadora.
- § 7.º — As provas entregues, depois de acondicionadas em envólucros separados para cada uma delas, -- que serão lacrados e rubricados pelos candidatos e por mais membros da comissão julgadora, -- ficarão, até o momento de sua leitura, mantidas secretas na Secretaria.
- § 8.º — Em dia e hora previamente marcados, cada candidato lerá a sua prova perante a Comissão Julgadora, podendo assistir a essa leitura os demais candidatos.
- Art. 30.º — A defesa de tese será realizada em sessão pública, perante a comissão julgadora, sendo chamados os candidatos pela ordem de inscrição.
- § 1.º — Caberá a cada um dos membros da comissão, arguir cada tese, pelo prazo máximo de trinta minutos e será assegurado, para a respectiva defesa, igual prazo ao concorrente.
- § 2.º — Quando duas ou mais teses versarem o mesmo assunto,

durante a defesa ficarão incomunicáveis os respectivos autores ainda não chamados.

t. 40.º — A prova didática, a ser realizada perante a Congregação constará de uma dissertação, pelo prazo improrrogável e irredutível de cinquenta minutos, sobre pontos sorteados, com vinte e quatro horas de antecedência, de uma lista de dez a vinte pontos, organizados pela própria comissão julgadora, compreendendo assuntos do programa da cadeira ou, no caso da cadeira ser lecionada em mais de uma série, da totalidade dos programas nelas lecionados.

1.º — Sempre que possível, todos os candidatos realizarão a prova didática no mesmo dia e sobre o mesmo ponto, conservando-se incomunicáveis, depois de iniciada a prova, os candidatos ainda não chamados.

2.º — A ordem de chamada será a de inscrição dos candidatos.

1.º — Aplicar-se-ão à prova prática as mesmas regras indicadas para a prova escrita.

2.º — O julgamento do concurso será realizado pela comissão julgadora, a qual caberá estudar os títulos apresentados pelos candidatos, acompanhar a realização de todas as provas do concurso, classificar, em parecer fundamentado, os candidatos por ordem de merecimento e indicar o que deve ser provido na cadeira.

3.º — A comissão deverá lavrar uma ata de cada uma das reuniões que efetuar, seja para organizar os pontos, seja para os respectivos julgamentos.

— A presidência da comissão, salvo o caso em que dela fizer parte o Diretor da Faculdade, caberá ao professor mais antigo dos que forem eleitos pela Congregação.

— A composição definitiva da comissão julgadora e o dia da instalação do concurso, serão notificados aos candidatos inscritos com antecedência mínima de trinta dias, mediante edital publicado no Diário Oficial do Estado, podendo, também, ser feita por escrito.

— Antes de iniciar as provas, a comissão se reunirá para conferir nota ao conjunto dos títulos de cada candidato.

— Se não se puderem realizar, na época fixada, por ausência de um ou mais membros da comissão julgadora, as provas do concurso, serão adiadas por trinta dias, dando-se ciência aos candidatos inscritos.

4.º — Se, na segunda data fixada, ocorrer ausência de qualquer membro, será constituída nova comissão da qual

não poderão fazer parte nenhum dos indicados para a primeira.

Art. 44.º — Todas as provas e julgamentos do concurso serão realizados em sessão pública, excetuada a prova escrita e a prova prática e, no mesmo ato de julgar, cada examinador conferirá uma nota de zero a dez, consignando-a em cédula assinada, que será conservada em envólucro opaco até apuração final.

Parágrafo único — Ao candidato que provar moléstia, por atestado assinado por três médicos indicados pelo Diretor, é facultado requerer o adiamento do concurso por três dias, no máximo, se não tiver sido sorteado o ponto da prova a que tiver de se submeter.

Art. 45.º — Terminadas as provas, proceder-se-á à habilitação dos candidatos e à sua classificação, fazendo-se a apuração das notas de que trata o artigo anterior.

§ 1.º — Cada examinador extrairá a média das notas que atribuir a cada um dos candidatos, somando a nota dos títulos e as notas das provas e dividindo a soma pelo número de provas acrescido de uma unidade, sendo habilitado o candidato que alcançar de três ou mais examinadores a média mínima sete.

§ 2.º — Cada examinador fará a classificação parcial dos candidatos indicando aquele que tiver atribuído a média mais alta. Será escolhido para provimento da cadeira o que obtiver o maior número de indicações parciais.

§ 3.º — Cada examinador decidirá o empate entre as médias atribuídas por ele mesmo a dois candidatos, e o empate entre os examinadores será decidido pela Congregação, em ato contínuo, e em tantos escrutínios quantos forem necessários.

Art. 46.º — A comissão julgadora indicará para a nomeação o candidato escolhido na forma do artigo anterior.

Art. 47.º — O parecer, lavrado pela comissão julgadora, será submetido à Congregação, que só o poderá rejeitar por dois terços da totalidade dos seus membros efetivos, quando unânimes ou reunir quatro assinaturas concordes, e por maioria absoluta, quando o parecer estiver apenas assinado por três dos membros da comissão julgadora.

§ 1.º — Os professores catedráticos que tiverem feito parte da comissão julgadora não participarão da votação do parecer.

- § 2.º — *Em caso de rejeição do parecer da comissão julgadora, abrir-se-á novo concurso.*
- § 3.º — Não sendo indicado nenhum candidato para o provimento da cadeira, a Congregação deliberará sobre a conveniência de abertura imediata de novo concurso ou de contrato de professor para reger a cadeira.
- t. 48.º — Em todos os atos relativos a concurso de catedráticos, somente os professores catedráticos terão direito de voto.
- t. 49.º — Do julgamento do concurso caberá recurso exclusivamente de nulidade e dentro de dez dias, para a Congregação e desta para o Ministério da Educação.
- t. 50.º — Decorrido o prazo de dez dias, e não tendo sido interposto recurso, o Diretor expedirá o título de professor catedrático ao candidato indicado pela comissão julgadora.
- § 1.º — A posse do professor catedrático será dada pelo Diretor em sessão solene da Congregação, conferindo-lhe, também, o grau de doutor e o título de docente livre.
- t. 51.º — O provimento do cargo de professor catedrático poderá ser efetuado, se assim o indicarem irrecusáveis vantagens para o ensino, pelo aproveitamento de professor catedrático da mesma cadeira de outras faculdades, oficiais ou reconhecidas.
- t. 1.º — Esse aproveitamento só será permitido antes da abertura de concurso para a cadeira vaga, mesmo que este seja anulado ou se torne, sem efeito, salvo se no prazo para nova inscrição nenhum candidato se inscrever.
- t. 2.º — Esse aproveitamento depende de parecer favorável de uma comissão constituída pela forma estabelecida para concurso de catedrático, aprovado por dois terços da totalidade da Congregação, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

CAPÍTULO III DOS DEVERES

- Incumbe ao professor catedrático ou interino:
 - Observar o regimem escolar;
 - Satisfazer aos encargos e comissão que lhe forem cometidos pelo Diretor, no interêsse do ensino;
 - Apresentar, quinze dias depois do encerramento dos cursos, comunicação escrita sobre a execução integral do programa de sua cadeira, ou das alterações havidas no
-

mesmo com os motivos que as determinaram e sobre a natureza e número dos trabalhos práticos apresentados.

- 4.º — Remeter dois meses antes da abertura das aulas o programa da sua cadeira para ser estudado pelo Conselho Técnico-Administrativo.
 - 5.º — Submeter, durante o ano letivo, os alunos a exercícios da matéria explicada;
 - 6.º — Fiscalizar a frequência dos alunos às aulas;
 - 7.º — Tomar parte nas sessões da Congregação.
- Art. 53.º — São atribuições dos assistentes e sub-assistentes:
- 1.º — Cooperar nas realizações do ensino e nos trabalhos de investigação, sob a orientação do professor;
 - 2.º — Orientar os alunos nos exercícios práticos e em suas leituras;
 - 3.º — Colaborar no seminário e nas excursões.

CAPITULO IV

DAS PENALIDADES

- Art. 54.º — O professor catedrático será vitalício desde a data de posse e somente perderá o direito à cadeira nos seguintes casos:
- I — abandono da cadeira;
 - II — renúncia à cadeira;
 - III — destituição.
- Art. 55.º — Os professores catedráticos, os interinos e os auxiliares de ensino, serão passíveis das penas de advertência, suspensão e perda do cargo.
- Art. 56.º — Incorrerão nas penas do artigo os membros do corpo docente que:
- I — não apresentarem, em tempo hábil, os programas das cadeiras, a lista dos pontos para as provas ou as notas das mesmas;
 - II — faltarem aos exames ou às sessões da Congregação, sem motivo justificado;
 - III — deixarem de comparecer à Faculdade para o desempenho das funções por mais de oito dias consecutivos, sem causa participada e justificada;
 - IV — abandonarem ou afastarem de suas funções por mais de seis meses sem licença prévia;
 - V — Faltarem ao devido respeito ao Diretor, a qualquer autoridade de ensino, a qualquer membro do corpo docente e aos colegas;

- *de servirem da cadeira para fazerem propaganda politico-partidária de qualquer natureza;*
- VII — *infringirem qualquer disposição explícita ou implícita deste regimento.*
- 1.º — Os docentes que incorrerem nas culpas dos itens I, II e III ficarão sujeitos, além do desconto em folha de pagamento, à advertência do Diretor.
- 2.º — Os que incorrerem nas culpas do item IV, sofrerão a pena de perda de cargo, imposta pela Congregação.
- 3.º — Os que incorrerem na culpa do item V, sofrerão as penas de suspensão por oito a trinta dias, imposta pelo Conselho Técnico-Administrativo.
- Os que infringem disposições explícitas ou implícitas deste Regimento ou incorrerem na culpa do item VI, serão suspensos por tempo que julgar conveniente o Conselho Técnico-Administrativo.

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

CAPÍTULO I DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

- A Administração da Faculdade cabe aos seguintes órgãos:
à Diretoria,
à Congregação e
ao Conselho Técnico-Administrativo.

CAPÍTULO II DA DIRETORIA

A Diretoria será exercida por um Diretor, que terá, sob suas ordens, como órgãos administrativos:

a Secretária;

A Secção de Contabilidade.

o Diretor, órgão executivo da direção técnica e administrativa da Faculdade, será eleito por um triênio pela Congregação, por escrutínio secreto, devendo a escolha recair sobre professor catedrático.

o Diretor será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Vice-Diretor, membro do Conselho Técnico-Administrativo, por este eleito, e aceito pela SOCIEDADE EDUCADORA DA INFANCIA E JUVENTUDE.

Compete ao Diretor:

perintender todos os serviços administrativos da Faculdade;

- II — representar a Faculdade em juízo e perante os poderes públicos;
 - III — assinar, conjuntamente com o Inspetor Federal, os diplomas e com o Secretário da Faculdade os certificados regulamentares;
 - IV — convocar e presidir às reuniões do Conselho Técnico-Administrativo e da Congregação;
 - V — fiscalizar a fiel execução do regime didático, especialmente no que respeita à observância de horários e programas e às atividades dos professores, auxiliares de ensino e estudantes;
 - VI — manter a ordem e a disciplina em todas as dependências da Faculdade e aplicar penalidade regulamentares;
 - VII — conceder férias regulamentares;
 - VIII — dar posse aos docentes;
 - IX — apresentar anualmente à SOCIEDADE EDUCADORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE o balanço financeiro e o relatório dos trabalhos da Faculdade, dele enviando cópia autêntica à Diretoria do Ensino Superior;
 - X — nomear os auxiliares da administração e de ensino;
 - XI — encerrar os termos de matrícula e exames de alunos e de inscrição para concurso nas vagas do corpo docente;
 - XII — organizar comissões de exames;
 - XIII — fazer arrecadar a receita, efetuar as despesas e fiscalizar a aplicação das verbas;
 - XIV — designar interinamente professores, nos termos deste Regimento.
 - XV — velar pela fiel execução do Regimento Interno.
- Art. 62.º — A eleição do Diretor se realizará dentro dos trinta dias anteriores à extinção do mandato do que estiver em exercício e, em caso de morte ou renúncia, dentro dos trinta dias seguintes ao evento.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

- Art. 63.º — O Conselho Técnico-Administrativo será constituído de seis professores catedráticos, eleitos pela Congregação e renovados de um terço anualmente.
- Art. 61.º — São atribuições do Conselho Técnico-Administrativo:
- I — elaborar o Regimento Interno da Faculdade, o qual, depois de ouvidas a Congregação e a SOCIEDADE EDUCADORA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, será submetido à aprovação do Conselho Nacional de Educação;
 - II — elaborar a proposta do orçamento anual;

- designar três nomes para a constituição das comissões examinadoras de concurso catedrático, e para os exames dos cursos de aperfeiçoamento e dos cursos avulsos.
- IV — propor à SOCIEDADE EDUCADORA DA INFANCIA E JUVENTUDE os nomes dos professores que devem ser contratados, nos termos do art. 23.
- V — organizar as comissões de defesa de tese de doutoramento;
- VI — autorizar a realização dos cursos de aperfeiçoamento e de cursos avulsos e fixar as respectivas condições de inscrição e matrícula;
- VII — estudar e uniformizar os programas das cadeiras organizadas pelos professores, propondo as alterações e modificações que julgar convenientes e que serão submetidas à Congregação;
- VIII — fixar, anualmente, em dezembro, o número de alunos que possam ser admitidos à matrícula, respeitado o limite fixado no art. 80.
- IX — fiscalizar o ensino teórico e prático, como julgar conveniente, verificando o desenvolvimento dado aos programas, e apresentando semestralmente relatório que será levado ao conhecimento da Congregação.

fo único — Para cumprimento deste artigo deverão todos os professores enviar ao Conselho Técnico-Administrativo, quinze dias depois do encerramento dos cursos, comunicação escrita sobre a natureza e número dos trabalhos práticos executados, propondo ao mesmo tempo as alterações que julgarem necessárias.

- ° — O Conselho Técnico-Administrativo se reunirá quantas vezes o convocar o Diretor.
- ° — A convocação será feita com a antecedência de quarenta e oito horas.
- ° — Para o funcionamento do Conselho será necessário a presença de mais da metade dos seus membros.
- ° — Das suas reuniões lavrará o secretário da Faculdade uma ata que será assinada pelos presentes.
- O Diretor, como presidente do Conselho, tem voto de desempate.

CAPÍTULO IV DA CONGREGAÇÃO

- A Congregação é constituída, sob a presidência do Diretor, pelos professores, catedráticos.
 - São atribuições da Congregação:
 - Verificar em sua primeira reunião anual a presença dos
-

professores, indicando substitutos aos ausentes ou impedidos e submetendo tudo ao conhecimento da SOCIEDADE por intermédio do Diretor;

- II — resolver em grau de recurso todos os casos que lhe forem afetos, relativos aos interesses do ensino e da disciplina da Faculdade;
- III — escolher os membros das comissões julgadoras dos cursos, nos termos do § 1.º do art. 35.
- IV — tomar conhecimento da vacância ou criação de cadeiras, deliberar sobre a realização de concursos e aprovar o parecer das comissões julgadoras de concursos, nos termos do art. 47.
- V — deliberar sobre a criação ou supressão de cadeiras ou disciplinas, afim de submetê-lo à decisão da SOCIEDADE e ao Conselho Nacional de Educação;
- VI — aprovar os programas dos cursos normais, a divisão e distribuição do ensino, das diversas disciplinas, ouvido o Conselho Técnico-Administrativo;
- VII — deliberar quanto à realização dos cursos de aperfeiçoamento e dos cursos avulsos;
- VIII — propor à SOCIEDADE todas as medidas aconselhadas pela experiência e atinentes ao aperfeiçoamento do ensino;
- IX — prestar auxílio ao Diretor na observância do Regimento Interno;
- X — opinar sobre os contratos de professores e sua prorrogação;
- XI — opinar sobre qualquer assunto que interesse à Faculdade.

Art. 68.º — A Congregação se reunirá ordinariamente por ocasião da abertura e do encerramento do ano letivo, e, extraordinariamente, sempre que a convocar o Diretor.

Parágrafo único — Salvo caso de força maior, as convocações para sessão extraordinária da Congregação se farão por officio, com antecedência mínima de quarenta e oito horas e declaração dos respectivos fins.

Art. 69.º — Do que se passar nas sessões lavrará o Secretário, ata circunstanciada, na qual constará:

- a) quanto possível, o resumo da discussão havida;
- b) por extenso todas as propostas e declarações de votos.

Parágrafo único — À margem de cada ata será feita sumária indicação dos assuntos nela tratados.

Art. 70.º — O Diretor, em caso de empate, tem voto de qualidade, além do de membro da Congregação.

Art. 71.º — A votação será feita secretamente quando se tratar de

casos pessoais referentes a qualquer dos membros da Congregação, ou quando esta assim resolver a requerimento de um dos seus membros.

TÍTULO V
DO REGIME ESCOLAR
CAPÍTULO I
DOS PERÍODOS ESCOLARES

- O ano letivo é dividido em dois períodos: o primeiro de 1.º de Março a 30 de Junho, e o segundo de 1.º de Agosto a 30 de Novembro.
- As provas parciais serão realizadas na segunda quinzena de junho e de novembro.
- A prova final será prestada na segunda quinzena de Dezembro.
- O concurso de habilitação e os exames de segunda época serão realizados na segunda quinzena de fevereiro.
- os períodos correspondentes ao mês de julho e de 16 de dezembro a 16 de fevereiro são destinados às férias escolares.
- Os períodos a que se refere o artigo anterior ficam sujeitos a alterações, nos termos da Lei n.º 57, de 6 de agosto 1947.

CAPÍTULO II
DO CONCURSO DE HABILITAÇÃO

- O concurso de habilitação será realizado de conformidade com as instruções baixadas pelo Ministro da Educação e Saúde, nos termos da Lei n.º 20, de 10 de fevereiro de 1947.

CAPÍTULO III
DA MATRÍCULA INICIAL

- Serão exigidos para matrícula inicial, nos cursos ordinários, os seguintes documentos:
 -) certificado de aprovação no concurso de habilitação;
 -) prova de conclusão do curso secundário completo;
 -) carteira de identidade;
 -) atestado de idoneidade moral;
 -) atestado de sanidade física e moral;
 -) certidão de nascimento passada por oficial de Registro civil;
-

- g) prova de estar em dia com as obrigações do Serviço Militar;
- h) prova de pagamento das taxas de matrícula e de frequência;
- i) duas fotografias 3x4 para o cartão de matrícula.

§ 1.º — A exigência da alínea "b" poderá ser substituída pela apresentação de diploma registrado na Diretoria do Ensino Superior expedido por qualquer curso superior reconhecido.

§ 2.º — Nos termos do Art. 31, § 2.º do decreto-lei n.º 1190, de 4 de abril de 1939, com a redação que lhe deu o art. 1.º do decreto-lei 8195, de 20 de novembro de 1945, serão também dispensados da exigências da alínea "b":

- 1) os sacerdotes, religiosos e ministros de culto, que tenham concluído regularmente os estudos em seminário idôneo para os cursos de filosofia, letras clássicas, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas e pedagogia;
- 2) os professores normalistas, com curso regular de pelo menos seis anos e com exercício magisterial na disciplina escolhida, para os de pedagogia, letras neo-latinas, letras anglo-germânicas, letras clássicas, geografia e história;
- 3) os professores já registrados na Diretoria do Ensino Secundário, com exercício eficiente por mais de três anos nas disciplinas do curso em que pretendem matricular-se;
- 4) os autores de trabalhos publicados em livros, considerados de excepcional valor pelo Conselho Técnico-Administrativo, no curso correspondente ao assunto científico, literário, filosófico ou pedagógico em apreço.

§ 3.º — Os candidatos referidos no parágrafo anterior deverão observar:

- 1) Os sacerdotes, religiosos e ministros do culto farão prova mediante certidão do Reitor ou do Diretor do Seminário, com o visto da autoridade diocesana ou religiosa superior, com firmas reconhecidas, da qual constem a duração dos cursos e a seriação das cadeiras estudadas;
- 2) Os professores normalistas, além do diploma registrado na competente repartição estadual, deverão juntar certidões do histórico escolar completo e do exercício magisterial, esta passada pelo estabelecimento em que exerça a atividade didática;
- 3) os professores já registrados na Diretoria do Ensino Secundário juntarão o certificado desse registro em original

que poderá ser, oportunamente substituído por certidão da Diretoria do Ensino Secundário, e certidões de exercício eficiente, por mais de três anos, nas disciplinas do curso em que pretendam matricula, passadas pelos diretores dos estabelecimentos em que exercem ou exerceram a atividade didática, visadas pelo inspetor federal;

- 4) os autores de trabalhos publicados em livros, deverão juntar três exemplares de cada e requerer prévio reconhecimento de seu excepcional valor ao Conselho Técnico-Administrativo de estabelecimento em que pretendem ingressar. O julgamento constará de minucioso parecer escrito, que justifique amplamente as condições, constituindo a certidão do julgado documento hábil para inscrição, não podendo os exemplares ser devolvidos;
 - 76.º — Em nenhuma hipótese para a matricula na primeira série de qualquer dos cursos da Faculdade, aceitar-se-á concurso de habilitação realizado em outra, ou em anos anteriores.
 - 77.º — Sempre que do concurso de habilitação não resultar matricula, a Secretaria fará devolução imediata de todos os documentos apresentados pelo candidato para a inscrição no concurso de habilitação, desde que o mesmo requeira e dê recibo especificado.
 - 78.º — Efetuada a matricula, os documentos comprovando que o candidato estava em dia com as obrigações do serviço militar, os diplomas e a carteira de identidade, serão devolvidos depois de copiados ou extratados pela secretaria da Faculdade.
 - 79.º — No caso de o número dos candidatos habilitados no concurso de habilitação exceder o limite de matricula, será preenchido esse limite atendendo-se à ordem decrescente de classificação dos candidatos.
 - 80.º — O limite de matricula a que se refere o artigo anterior será fixado anualmente pelo Conselho Técnico-Administrativo e não poderá exceder de 50.
 - 81.º — Sem prejuízo dos candidatos à matricula em tôdas as séries de um curso ordinário, e uma vez que o permitem os horários, será lícito a qualquer candidato, que satisfaça as exigências do artigo 75, matricular-se apenas para frequência e exames de certas e determinadas disciplinas.
 - 82.º — Dos candidatos à matricula nos cursos de aperfeiçoamento exigir-se-á a apresentação do diploma de bacharel no curso ordinário com êles relacionado.
-

Art. 83.º — Sem prejuízo dos candidatos à matrícula como alunos regulares, será permitida a qualquer candidato, que satisfaça as exigências do art. 75, excluída a certidão de aprovação no concurso de habilitação, a matrícula como aluno ouvinte, para frequência de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários ou dos cursos extraordinários avulsos.

Parágrafo único — Poderá ser facultada a assistência dos cursos ordinários e extraordinários, como aluno ouvinte, a qualquer pessoa estranha à Faculdade, mediante licença do Diretor.

Art. 84.º — O aluno que se servir de documento falso, para se matricular em qualquer das séries dos cursos da Faculdade, terá nula a sua matrícula, bem como nulos em qualquer tempo todos os atos dela decorrentes, perdendo ainda a importância das taxas pagas.

Parágrafo único — Uma vez apurada qualquer fraude no ato da matrícula, a Diretoria da Faculdade remeterá os documentos relativos ao caso à Chefia de Polícia, dando conhecimento à Diretoria do Ensino Superior.

CAPÍTULO IV

DA MATRÍCULA SUBSEQUENTE

Art. 85.º — Para a matrícula no ano a que tenha sido promovido, o aluno apresentará, de 1.º a 15 de fevereiro de cada ano, o seu requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

- a) certidão de aprovação em todas as cadeiras do ano anterior;
- b) prova de pagamento da taxa da matrícula;
- c) dois retratos 3x4 para o cartão de matrícula e ficha individual.

Art. 86.º — O aluno dependente de habilitação numa única matéria por não ter prestado exame ou por ter sido nela reprovado, poderá matricular-se condicionalmente na série imediata à que estiver matriculado, pagas as devidas taxas.

CAPÍTULO V

DAS TRANSFERÊNCIAS

Art. 87.º — A transferência de alunos de estabelecimentos de ensino congêneres, brasileiros ou estrangeiros, só se efetuará na época de matrículas e depois de aprovada pelo Conselho Técnico-Administrativo, havendo vaga.

§ 1.º — O dispositivo acima não se aplica ao estudante militar ou ao funcionário público estudante, transferido em razão de